

CICLO DE ESTUDOS
MESTRADO EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

A imprensa anarquista e sindicalista revolucionária na Primeira Guerra Mundial Internacionalistas *versus* Intervencionistas

André Pinto Bastos Rodrigues

M

2024



André Pinto Bastos Rodrigues

A imprensa anarquista e sindicalista revolucionária na Primeira Guerra Mundial Internacionalistas *versus* Intervencionistas

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, orientada
pela Professora Doutora Ana Sofia de Matos Ferreira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2024

Resulta, pois, que se a história faz o homem, é o homem quem faz a história.

- Manuel Joaquim de Sousa

Ao meu avô

A todas as vítimas da Grande Guerra

Sumário

Declaração de honra.....	7
Agradecimentos.....	8
Resumo	9
Abstract	10
Introdução	11
1. Contextualização histórica	20
1.1. Guerra e Internacionalismo.....	20
1.2. Anarquismo e antimilitarismo	24
1.3. A Primeira Guerra Mundial	35
2. Os intervenientes no debate.....	47
2.1 Periodicos e respetivos colaboradores	47
2.2. O “Germinal” de Emílio Costa	48
2.3. "A Questão Social" de António Gonçalves Correia	54
2.4. "A Aurora"	58
2.5. "A Sementeira"	65
2.6. "A Greve"	71
3. A imprensa e o militarismo antes da Grande Guerra	77
3.1. Patriotismo, militarismo, colonialismo e a iminência da guerra europeia	77
3.2 Sindicalismo, anarquismo e combate ao militarismo	94
4. Os Intervencionistas	104
4.1. Apoio à <i>Triplice Entente</i> e oposição à <i>Triplice Alliance</i>	104
4.2. Antigermanismo	120

4.3. Romantização da França revolucionária	128
4.4. "A Questão Social"	133
5. Os Internacionalistas	138
5.1. Oposição à guerra inter-imperialista	139
5.2. Colonialismo e Guerra	155
5.3. Estado, capitalismo e paz na Europa	158
6. "A Aurora" VS "Germinal"	166
6.1. A cisão no movimento anarquista português: intervencionistas <i>versus</i> internacionalistas	166
6.2. De aliados e adversários	166
6.3. O movimento sindicalista revolucionário	178
Conclusão ou Considerações Finais.....	183
Arquivos	190
Fontes	190
Referências Bibliográficas.....	190

Declaração de honra

Declaro que a/o presente tese/dissertação/relatório é de minha autoria e não foi utilizada/o previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização de parte(s) da/o presente tese/dissertação/relatório, encontrando-se todas as interações (prompts e respostas) transcritas em anexo.

Porto, 31 de maio de 2024

André Pinto Bastos Rodrigues

Agradecimentos

À Professora Doutora Ana Sofia de Matos Ferreira, pela orientação, ajuda, e todo o auxílio prestado ao longo de vários meses de trabalho.

Ao Zezinho e ao Hugo Silva por me acompanharem incondicionalmente desde sempre e me ajudarem a crescer a nível pessoal.

À Camila pelo apoio e valorização constante em todos os bons e maus momentos.

À minha família por toda a colaboração.

Ao Hugo Cardoso pelo incentivo e por todas as conversas.

Ao Tiago e ao Bernardo pelas alegrias que passamos.

À Helena pela amizade imprescindível.

À Catarina, à Matilde e ao Macedo por fazerem parte da minha vida.

A todos os camaradas pelos momentos de solidariedade e luta.

Resumo

Esta dissertação procura analisar, interpretar e compreender os debates e discussões que se desenvolveram na imprensa anarquista e sindicalista revolucionária durante a Primeira Guerra Mundial. Ao longo de seis capítulos abordamos temas como o militarismo, o colonialismo, o capitalismo, o Estado e a relação de todos estes sistemas de relações sociais e instituições com a Grande Guerra, e a luta armada entre Estados de modo geral, do ponto de vista dos anarquistas portugueses do início do século XX. O principal foco deste estudo é oferecer uma interpretação informada, através do estudo da imprensa libertária, da divisão que se deu no movimento anarquista português entre 1914-1918, ao longo da Primeira Guerra Mundial, entre internacionalistas opositores de todas as guerras entre povos, e intervencionistas defensores da participação anarquista e sindicalista ao lado da *Triplice Entente*.

Palavras-chave: Anarquismo; Militarismo; Guerra; Internacionalismo; Intervencionismo.

Abstract

This dissertation seeks to analyze, interpret and comprehend the debates and discussions that developed in the anarchist and revolutionary syndicalist press during the First World War. Throughout six chapters we address topics such as militarism, colonialism, capitalism, the State and the relationship of all these systems or social relations and institutions with the Great War, and the armed struggle between States in general, from the point of view of the Portuguese anarchists at the beginning of the twentieth century. The main focus of this study is to offer an informed interpretation, through the study of the libertarian press, of the division that occurred in the Portuguese anarchist movement between 1914-1918, throughout the First World War, between internationalists who opposed all wars between peoples, and interventionists defenders of anarchist and syndicalist participation alongside the *Triplice Entente*.

Key-words: Anarchism; Militarism; War; Internationalism; Interventionism.

Introdução:

O movimento anarquista em Portugal viveu o seu período de maior influência na vida política e social portuguesa no início do século XX, nomeadamente após a implantação da República em 1910. A sua história e desenvolvimento foi estudada ao longo das últimas décadas com ênfase especial no impacto que teve dentro do movimento sindical operário, tanto urbano como rural¹, assim como no seu confronto com outros movimentos e projetos político-ideológicos, desde a Monarquia e os vários republicanismos, ao fascismo, passando pelo marxismo.²

Se esta tendência se tem vindo a modificar, com trabalhos mais recentes a focarem-se mais na cultura política libertária, na sua mundividência, formas de autogovernança,³ e influencia noutras áreas da vida e luta social para além da sindical,⁴ algumas questões têm continuado a ser largamente ignoradas. Entre essas mesmas

¹ Freire, João, *Freedom Fighters: Anarchist Intellectuals, Workers and Soldiers in Portugal's History*, Black Rose Books, 2021; Teodoro, José Miguel de Jesus, *A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013, Doutoramento em História, Especialidade de História Contemporânea.

² Chorão, Luís Bigotte, *Para uma História da repressão do anarquismo em Portugal no século XIX*, Letra Livre, 2015; Guimarães, Paulo, *Cercados e Perseguidos: a Confederação Geral do Trabalho (CGT) nos últimos anos do sindicalismo revolucionário em Portugal (1926-1938)*, Disponível em < https://colectivolibertarioevora.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/01/cgt_anos30_pguimaraes.pdf > Acedido em 21/05/2024.

³ Duarte, Diogo, *O anarquismo e a arte de governar: Portugal, última década do século XIX e primeiras décadas do século XX*, Outro Modo Cooperativa Cultural, junho, 2023.

⁴ Barreira, Luiz Carlos, *A função social da escola na ótica de Adolfo Lima, um educador português anarco-sindicalista*, Série Estudos – Periódico de Mestrado em Educação da UCDB, Campo Grande-MS, n.22, p. 192-204, jul./dez. 2006.

questões destacam-se debates e cisões internos do movimento anarquista português após o despoletar da Primeira Guerra Mundial. Consequentemente, foi precisamente nesse aspeto que nos decidimos focar para este estudo, sem, no entanto, deixar de o relacionar com o movimento sindicalista, visto entendermos ser impossível falar de ambos de forma separada neste período.

O tema deste trabalho é, portanto, a cisão do movimento anarquista e sindicalista revolucionário em Portugal durante a Primeira Guerra Mundial, mais especificamente entre as suas duas tendências dominantes, os intervencionistas e os internacionalistas. Estudamos a perspetiva política, social e filosófica anarquista em Portugal sobre a Grande Guerra, através do debate entre os diversos intervenientes e os seus respetivos posicionamentos teóricos e práticos, que se exprimiram acima de tudo através da imprensa. Procuramos responder a diferentes questões de investigação, nomeadamente quem eram os militantes anarquistas e sindicalistas revolucionários que estavam por detrás dos diversos órgãos de imprensa, que posição estes órgãos de imprensa tomaram no conflito, o que os distinguiu relativamente a assuntos como as causas da guerra e as suas consequências, e a influência que terão tido no movimento sindical português. Além disso, trabalhamos no sentido de compreender o que levou anarquistas a apoiar a *Triplíce Entente* na guerra, aparentemente violando os pressupostos anarquistas, e qual a solução que os anarquistas portugueses propuseram para o fim da guerra.

O espaço-tempo abordado circunscreve-se ao período entre 1912 e 1918, ou seja, sensivelmente desde o começo da Guerra dos Balcãs que precedeu a Grande Guerra em pouco mais de 2 anos, até ao fim da Primeira Guerra Mundial. Consequentemente, este estudo insere no período da Primeira República em Portugal. Este foi um período conturbado da história mundial, e naturalmente também da história de Portugal, e que teve repercussões que foram para além dos conflitos entre os Estados beligerantes. A Primeira Guerra Mundial intensificou as diferenças e divergências dentro do campo socialista, comunista e anarquista internacional, nomeadamente na Europa, e provocou uma cisão tanto dentro dos partidos Social-Democratas, como entre organizações anarquistas e muitos dos mais influentes revolucionários libertários.

A escolha do tema deve-se acima de tudo à quase inexistência de estudos anteriores realizados sobre o mesmo. Os únicos trabalhos publicados diretamente sobre esta matéria remetem já aos anos 80 e 90, e apesar da sua importância enquanto primeiras tentativas de explorar um campo desconhecido da história do anarquismo em Portugal e oferecer interpretações que muito nos auxiliaram ao longo da escrita desta mesma dissertação, apresentam certas limitações.

Relativamente à revisão da bibliografia, a primeira publicação científica sobre esta temática foi o artigo de António Louçã, em 1980, intitulado “A Aurora denuncia o significado da Guerra”.⁵ O autor analisa a forma como os anarquistas de “A Aurora”, um dos mais influentes grupos anarquistas da época, e o seu respetivo periódico, interpretação as causas da guerra, as suas consequências, e como se opuseram a todos os militarismos, defendendo apenas a luta de classes. É um artigo curto, mas o primeiro olhar sobre este tema, no qual o autor expõe as críticas anarquistas contra a guerra, considera como um confronto entre países imperialistas ao serviço dos interesses económicos capitalistas. Aborda ainda a problemática do derrotismo revolucionário, presente no movimento bolchevique russo, mas que António Louçã considera essencialmente ausente entre os anarquistas de “A Aurora”, salvo num artigo da autoria de Clemente Vieira dos Santos. No entanto, António Louçã justifica esta ausência com a falta de direção política que não poderia ser providenciada pelo anarco-sindicalismo, mas apenas futuramente pelo marxismo, caindo, numa narrativa teleológica e estatocêntrica nas suas afirmações, que demonstram algum desconhecimento sobre a mundividência anarquista. Veremos ao longo deste trabalho como as características principais do derrotismo revolucionário não se encontravam de todo ausentes do pensamento anarquista da época em Portugal.

Este tema voltou a ser abordado por através de um artigo da autoria de Maria Manuel Lima Santos e Olga Maria Vasco Ribeiro, “A Aurora e o antiguerrismo (1914-

⁵ Louçã, António, “1916: A Aurora denuncia o significado da Guerra”, *História*, Nº18, Abril, 1980, p. 56-68.

1918)”, publicado em 1986.⁶ As duas autoras abordam a posição internacionalista e anti intervencionista tomada pelos anarquistas portuenses durante o período de duração da Primeira Guerra Mundial, a forma como condenaram o conflito e procuraram trabalhar em direção à construção da paz com os seus camaradas dentro e fora do país. Vão além das temáticas trabalhadas por António Louçã, estudando as relações do periódico com o movimento internacional, com o movimento sindicalista da União Operária Nacional, e por fim o insucesso do antimilitarismo anarquista em mobilizar a população contra a guerra. No entanto, focaram-se única e exclusivamente neste periódico, deixando de parte todo o restante e abundante conjunto de periódicos anarquistas que participaram ativamente nos debates relativos à Grande Guerra, além de não terem analisado toda a complexidade do pensamento dos anarquistas de “A Aurora” e a sua relação com os libertários intervencionistas. Ao longo desta dissertação analisaremos não só essa relação, como a variedade de temas e influências que animaram as publicações de “A Aurora”, que se incluem o imperialismo, o colonialismo, o feminismo e a revolução russa.

Só em 1996 voltou a ser publicado algo dedicado ao anarquismo durante a Grande Guerra, com o artigo de Fernando Figueiredo intitulado “Os anarquistas e a guerra de 1914-1918”.⁷ O autor realiza apenas uma muito breve descrição daquilo que é o anarquismo, qual a sua conceção de antimilitarismo, e de como se consumou a divisão entre intervencionistas e internacionalistas, que o mesmo reduz a um confronto entre dois militantes libertários, Kropotkine e Malatesta. Mas Fernando Figueiredo para além de não investigar as consequências da cisão no movimento português, apenas mencionando a influência de Malatesta no periódico “A Sementeira”, comete ainda um

⁶ Santos, Maria Manuela Lima; RIBEIRO, Olga Maria Vasco, “A Aurora e o antiguerrismo (1914-1918). AA.VV., Portugal na Grande Guerra”, *“Guerristas e Antigueristas”*, Lisboa, CH-UL, 1986, p. 71-103.

⁷ Figueiredo, Fernando, “Os anarquistas e a guerra de 1914-1918”, *História*, Ano XVIII (Nova série), nº25, outubro, 1996, p. 28-35.

erro que consideramos particularmente relevante. Procura as causas da divisão entre Kropotkin e Malatesta em interpretações simplistas do pensamento de ambos os anarquistas. Figueiredo descreve Malatesta como um “voluntarista”, e Kropotkin como sendo mais “gradualista”, e procura aí em parte uma explicação para o primeiro se ter oposto à guerra, e o segundo ter apoiado a luta contra o militarismo alemão.

Para além de ser impossível compreender a cisão no seu todo focando-se apenas em dois indivíduos, por muito influentes que eles fossem dentro do movimento, tendo em conta a pluralidade que caracterizava o anarquismo a nível internacional, estas considerações sobre os dois autores parecem-nos erradas. Malatesta foi um defensor do gradualismo revolucionário ao longo de boa parte da sua vida, apesar de ter promovido o insurreccionalismo durante um breve período da sua militância. O revolucionário italiano via no anarquismo um movimento que só podia caminhar em direção à livre associação de indivíduos gradualmente, num processo de longo prazo.⁸ Simultaneamente, Kropotkin, que sem dúvida via a evolução rumo à anarquia e ao comunismo como um processo de evolução gradual, dificilmente pode ser considerado um anti insurreccionalista, tendo em conta que ao longo da sua vida como rebelde libertário promoveu o uso de táticas insurreccionais.⁹

Para além disto, apenas algumas superficiais referências e interpretações foram realizadas por um muito pequeno leque de autores, como João Freire¹⁰, João Carlos

⁸ Malatesta, Errico, *Gradualism*, < Disponível em <https://theanarchistlibrary.org/library/errico-malatesta-gradualism> > Acedido em 15/05/2024

⁹ Corrêa, Felipe, “Kropotkin e as estratégias anarquistas: educacionismo, insurreccionalismo e sindicalismo revolucionário”. Disponível em < <https://itha-iath.org/felipe-correa-kropotkin-e-as-estrategias-anarquistas-educacionismo-insurreccionalismo-e-sindicalismo-revolucionario/> > Acedido em 15/05/2024

¹⁰ Freire, João, “Malatesta e o anarquismo português”, *Ler História*, nº6, 1985, p. 35-49.

Marques¹¹ e Joana Dias Pereira¹². João Freire contribuiu com o seu estudo da revista “A Sementeira” para vagamente mencionar a sua oposição à guerra, e com um breve artigo sobre a influência de Malatesta no anarquismo português. Neste, Freire argumenta que o confronto entre intervencionistas e internacionalistas, e mais especificamente entre Neno Vasco e Emílio Costa, se deve não tanto a uma questão de maior ou menor fidelidade aos ideais anarquistas, mas antes a um confronto entre uma análise de um “espírito analítico metódico”, de “formação científica e sem dogmatismos”, da parte de Emílio, contra uma “posição de princípio moral” de Neno Vasco. No entanto, Freire não apresenta os critérios sobre os quais classifica uma posição como científica e a outra como simplesmente uma questão de moral, além de não realizar qualquer tipo de verdadeiro estudo das complexas posições de ambos os lados, de modo que não consideramos que haja algo de muito relevante nestas considerações. Por fim, João Carlos Marques publicou apenas um breve estudo que se foca essencialmente no movimento anarquista brasileiro durante a Grande Guerra, com uma menção aos intervencionistas do jornal “Germinal”, mas a sua análise reduz-se a algumas citações e uma resumida e simplista interpretação do seu posicionamento.

A escolha deste período específico deve-se ao facto de os debates sobre antimilitarismo e internacionalismo na imprensa anarquista se terem intensificado após o começo da Guerra dos Balcãs. Além disso, o estudo do posicionamento dos anarquistas nos seus órgãos de imprensa nos anos imediatamente anteriores à guerra, antes de qualquer tipo de cisão, permitiram-nos ver de que forma uns e outros se mantiveram mais ou menos coerente nas suas análises, que mudanças de perspectiva ocorreram, e que tipo de continuidade teórica e ideológica existiu.

¹¹ Marques, João Carlos, *Guerra a Guerra: os movimentos anarquistas na Grande Guerra*. Universidade de Lisboa, vol. 6, Nº2, Jul./Dez. 2015, p. 157-171.

¹² Pereira, Joana Dias, *Sindicalismo Revolucionário: A História de uma Idéa*, Lisboa: FCSH- UNL, 2008 (Dissertação de Mestrado em História Contemporânea).

As fontes utilizadas para este estudo cingiram-se quase exclusivamente a fontes hemerográficas. Consistem, acima de tudo, em periódicos anarquistas e sindicalistas ligados á imprensa operária da época. Foram escolhidos jornais e revistas de diferentes pontos do país, de modo a procurar integrar ao máximo as posições do movimento libertário, de sul a norte de Portugal, nas zonas rurais e urbanas. Selecionei o jornal “Germinal”, a revista “A Sementeira”, o jornal “Terra Livre” e o diário operário “A Greve”, todos de Lisboa, além do jornal anarquista portuense “A Aurora”, e do jornal anarquista alentejano “A Questão Social”. Estas foram as fontes selecionadas, visto que era principalmente nos seus órgãos de imprensa que os anarquistas e sindicalistas revolucionários frequentemente partilhavam a sua propaganda, procuravam educar os trabalhadores e desenvolviam os seus debates internos.

Relativamente à metodologia, foi utilizado o método comparativo, através da recolha da informação relevante existente nas fontes, da sua categorização e comparação, de modo a filtrar os argumentos de cada parte as suas motivações e discernir os pontos de concórdia e discórdia existentes entre os diversos periódicos. Isto permitiu também facilitar o cruzamento de informação e acompanhar cronologicamente o desenrolar dos debates, inerente à publicação das notícias e artigos políticos na imprensa anarquista.

De modo a responder a fundo às questões de investigação levantadas, realizamos ainda um mapeamento das zonas de produção e publicação dos diversos periódicos, assim como um estudo biográfico breve dos colaboradores dos jornais e revistas selecionados, e da ligação que os órgãos de imprensa terão tido ou não com o movimento anarquista e sindicalista revolucionário em outros. Neste ponto interessam-nos ligações como, correspondência que os membros dos órgãos de imprensa possam ter mantido com militantes e organizações anarquistas estrangeiros, publicações nos respetivos periódicos que façam referência a periódicos do resto do mundo ou contactos diretos estabelecidos entre os periódicos portugueses e os periódicos internacionais.

Por fim, este estudo encontra-se dividido em seis capítulos. O primeiro capítulo consiste numa breve contextualização histórica, focando-se resumidamente na Primeira

Guerra Mundial, as suas causas e consequências, e no impacto que a mesma teve no movimento socialista de modo geral, assim como no anarquismo especificamente. Este capítulo aborda ainda o conceito de anarquismo e a história do movimento a nível internacional.

No segundo capítulo abordamos as origens dos diversos órgãos de imprensa anarquista e sindicalista revolucionária que participaram no debate interno sobre a Grande Guerra entre 1914 e 1918, e qual o caráter de cada um deles, no que diz respeito aos temas sobre os quais mais se incidiram. Simultaneamente apresentamos informações biográficas sobre os principais fundadores e colaboradores de cada periódico.

O terceiro capítulo é dedicado à interpretação das publicações e discussões na imprensa anarquista portuguesa entre 1912 e 1914, antes do começo da guerra. Procuramos compreender como se posicionava o movimento de modo geral em relação ao internacionalismo, a guerra, o antimilitarismo e a escalada armamentista. Os periódicos estudados neste capítulo foram “A Aurora”, “A Sementeira” e o “Terra Livre”.

No quarto capítulo focamo-nos no estudo dos anarquistas intervencionistas, ou seja, aqueles que ao longo da Grande Guerra apoiaram a intervenção libertária no conflito ao lado das forças da *Triplíce Entente*, em especial da França e da Inglaterra. Atenção especial foi dada ao jornal “Germinal”, que é protagonista de quase todo o capítulo, com uma breve análise do jornal “A Questão Social”. Procuramos aqui explicar o posicionamento dos intervencionistas e o que os levou a entrar em conflito com a maior parte do movimento anarquista, apoiando a luta contra a Alemanha.

Em seguida o quinto capítulo tem como objetivo explicar o posicionamento dos anarquistas e sindicalistas revolucionários internacionalistas e anti intervencionistas, a partir de periódicos como “A Aurora”, “A Sementeira” e “A Greve”. Aqui apresentamos uma interpretação das teses da maioria do movimento libertário e sindicalista relativamente à oposição à guerra entre povos e defesa da guerra de classes.

Por último, o sexto capítulo desta dissertação, aborda especificamente o embate entre “A Aurora” e o “Germinal”, a relação entre os dois periódicos e entre militantes de

ambos os grupos. Estes dois periódicos foram os mais ativos no debate público entre intervencionistas e internacionalistas no movimento libertário e sindicalista, e como tal refletem bem as diferenças fundamentais entre os envolvidos na cisão provocada pela Grande Guerra.

1- Contextualização Histórica

1.1 Guerra e Internacionalismo:

A Primeira Guerra Mundial foi o primeiro conflito armado internacional a envolver povos e nações de todos os continentes, no qual foram utilizadas armas destruição nunca antes vistas, e que constituiu a primeira forma de guerra total.¹³ Matou cerca de 20 milhões de pessoas entre 1914 e 1918, devastou grande parte da Europa e parte de África e Ásia, e provocou parcialmente uma crise económica e de carestia de vida que afetou centenas de milhões de pessoas.¹⁴ Dividiu Estados, nações, comunidades, classes e partidos políticos. Marcou e influenciou a história política, económica, social e cultural mundial de forma irreversível.

Especificamente no campo político e social, a Grande Guerra provocou uma crise no campo socialista e uma onda de cisões, tanto nos Partidos Sociais Democratas Europeus de índole marxista¹⁵, como no movimento anarquista e suas diversas organizações. Ao apoiar os seus respetivos Estados na guerra, os Partidos marxistas traíram princípios base do movimento socialista, tais como internacionalismo e antimilitarismo. A Grande Guerra simbolizou precisamente a derrota do internacionalismo de classe e a vitória do nacionalismo e patriotismo militarista. No movimento anarquista representou ainda o fracasso do ideal da greve geral antimilitarista, iniciou uma crise nas hostes sindicalistas revolucionárias e

¹³ Traverso, Enzo, “Guerra y memoria: Una mirada sobre el siglo XX desde el presente”, *Sociohistórica*, Universidade Nacional de La Plata. Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, Centro de Investigações Sócio Históricas, 2003(13-14): 215-228.

¹⁴ Sheffield, Gary, *Uma Breve História da Primeira Guerra Mundial*, Editorial Presença, 1ª edição, Lisboa, 2018, p. 145-152.

¹⁵ Ferro, Marc, *A Grande Guerra 1914-1918*, Edições 70, 2ª edição, 2023, p. 62-67.

anarcossindicalistas, e dividiu anarquistas entre intervencionistas e anti intervencionistas, termos sobre os quais expandiremos adiante.¹⁶

Portugal não ficou imune a tudo isto, experienciando as suas próprias cisões e debates internos entre anarquistas e sindicalistas revolucionários, embora também com as suas próprias idiossincrasias. O objetivo a que me proponho atingir com este estudo é lançar luz sobre este período da história do movimento anarquista e sindicalista revolucionário português, oferecendo uma interpretação do confronto ideológico entre intervencionistas e anti intervencionistas e da complexidade de visões e práticas dos mesmos perante a Grande Guerra.

Este estudo enquadra-se, portanto, na história da Primeira República portuguesa, fundada a 5 de outubro de 1910 e derrubada a 28 de maio de 1926 com o início da ditadura militar. O anarquismo tornou-se ao longo da Primeira República a cultura política e ideológica hegemónica entre as classes populares e trabalhadoras em Portugal, o que se traduziu na sua influência tanto no movimento sindical, como na construção de formas alternativas de educação, organização e ação social, cultural e de novas práticas individuais e coletivas quotidianas e institucionais.¹⁷ Os anarquistas, homens e mulheres, foram determinantes na construção de sindicatos, federados e confederados, de escolas libertárias para crianças e trabalhadores, de periódicos divulgados de norte a sul do país, de ateneus libertários e coletivos de inquilinos, envolvendo mais de uma centena de milhar de pessoas.¹⁸ A luta das classes

¹⁶ Baker, Zoe, *Means and Ends: The revolutionary strategy of anarchism in Europe and the United States*, AK Press, 2023, p. 110

¹⁷ Freire, João, *Freedom Fighters: Anarchist Intellectuals, Workers and Soldiers in Portugal's History*, Black Rose Books, 2021, p. 22.

¹⁸ Teodoro, José Miguel de Jesus, *A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013 (Doutoramento em História. Especialidade em História Contemporânea), p. 34-35 e p. 83.

trabalhadoras neste período foi mediada principalmente pelo movimento e pela ideologia anarquistas.

Irei apoiar-me quase exclusivamente de fontes hemerográficas, ou seja, nos principais órgãos de imprensa libertaria e sindicalista revolucionária da época envolvidos no debate em questão. Sendo a imprensa, os periódicos produzidos, distribuídos e vendidos pelos sindicatos e coletivos anarquistas o principal veículo de propaganda libertária neste período histórico, é através destas mesmas fontes primárias que poderemos estudar o tema. Foi na imprensa que ocorreram os debates, a troca de ideias, argumentos e por vezes insultos, a partilha e divulgação das atividades práticas de ação e organização anarquista e sindicalista revolucionária e o desenvolvimento de um corpo teórico libertário relacionado com o militarismo, nacionalismo e internacionalismo, e a sua relação com a luta contra o capitalismo e o Estado.

As divergências e debates sobre a participação na Primeira Guerra Mundial no seio dos movimentos anarquista e sindicalista revolucionário é um tema que tem sido pouco trabalhado na historiografia portuguesa, em termos da profundidade com o qual foi estudado e da complexidade que não lhe foi reconhecida. Não pretendo reivindicar qualquer pioneirismo na abordagem desta questão, mas continuar o trabalho iniciado por várias mulheres¹⁹ e homens²⁰ muito antes de mim, trabalho no qual me apoio e ao qual espero ser capaz de dar continuidade. O estudo do movimento anarquista em Portugal durante a Primeira República incidiu, até hoje, principalmente na sua relação com o sindicalismo e o mundo do trabalho, tendência que tem vindo a mudar através de estudos recentes sobre o anarquismo enquanto cultura e arte de governação,

¹⁹ Santos, Maria Manuela Lima; RIBEIRO, Olga Maria Vasco, “A Aurora e o antiguerrismo (1914-1918). AA.VV., Portugal na Grande Guerra”, *“Guerristas e Antigueristas”*, Lisboa, CH-UL, 1986, p. 71-103.

²⁰ Marques, João Carlos, *Guerra a Guerra: os movimentos anarquistas na Grande Guerra*. Universidade de Lisboa, vol. 6, Nº2, Jul./Dez. 2015, p. 157-171.

envolvendo um conjunto de saberes e práticas institucionais e quotidianas.²¹ Os debates internos ideológicos e suas ramificações entre 1914 e 1918 sobre os temas da guerra e do militarismo foram sempre brevemente mencionados no seio desses mesmos estudos. Todos os trabalhos anteriores estudaram apenas superficialmente este tema, focando-se somente num muito reduzido número de militantes e periódicos, e não permitindo compreender e interpretar toda a complexidade e pluralidade de posições existentes entre os anarquistas e sindicalistas revolucionários portugueses ao longo da Grande Guerra. Nesse sentido, este é o primeiro trabalho que tem em consideração a grande diversidade de envolvidos nos debates libertários sobre o conflito, além de procurar abordar algumas caracterizações incorretas que foram feitas em estudos anteriores, como veremos adiante.

Alguns trabalhos foram produzidos especificamente sobre os anarquistas e a Grande Guerra em Portugal, nomeadamente nos anos 80 e 90, mas estes ou apenas abordaram a questão de forma muito superficial ou investigaram a fundo apenas o jornal *A Aurora* da cidade do Porto²², um dos periódicos anarquistas mais influentes no movimento libertário e sindicalista português da Primeira República. As divergências e posições do movimento sindicalista revolucionário foram da mesma forma estudadas apenas de modo superficial em trabalhos mais gerais, dedicados a esse mesmo movimento, com destaque para a obra de Joana Dias Pereira.²³

Consequentemente, nas páginas que se seguem iremos procurar compreender e interpretar a pluralidade de visões das organizações e militantes anarquistas e

²¹ Duarte, Diogo, *O anarquismo e a arte de governar: Portugal, última década do século XIX e primeiras décadas do século XX*, Outro Modo Cooperativa Cultural, junho, 2023.

²² Louçã, António, “1916: A Aurora denuncia o significado da Guerra”, *História*, Nº18, Abril, 1980, p. 56-68.

²³ Pereira, Joana Dias, *Sindicalismo Revolucionário: A História de uma Idéa*, Lisboa: FCSH- UNL, 2008 (Dissertação de Mestrado em História Contemporânea).

sindicalistas revolucionários de Portugal entre 1914 e 1918, relativamente á Grande Guerra, assim como analisar a cisão e confronto ideológico entre intervencionistas e anti intervencionistas em toda a sua complexidade. Fá-lo-emos através de um método comparativo de análise da informação retirada das fontes hemerográficas, do estudo da vida, militância e ideias dos principais indivíduos por detrás dos periódicos e organizações estudadas, e do público-alvo da propaganda e organização libertária da época.

1.2 Anarquismo e antimilitarismo:

Definir anarquismo é simultaneamente uma tarefa simples e complexa. Simples porque aquilo que o anarquismo representa e representou ao longo da história é, na sua raiz, a abolição mais ou menos violenta de todas as relações sociais de dominação existentes. Complexa porque além de o anarquismo envolver um corpo teórico e ideológico complexo e ser uma filosofia política caracterizada pela sua pluralidade, a palavra “anarquia” está associada a caos e desordem no imaginário coletivo. Esta pluralidade traduz-se na existência de diversas correntes do anarquismo, mas ainda assim há um conjunto de valores, princípios e práticas que unem os diferentes anarquismos e uma origem comum para o movimento anarquista hegemónico, que tipicamente é chamado de anarquismo de massas.²⁴

O anarquismo é uma filosofia política e movimento político-social que surgiu na segunda metade do século XIX, como parte do mais abrangente movimento político e ideológico socialista. É um movimento socialista revolucionário anti Estado que surgiu no seio da Primeira Internacional nos anos 60 e 70 do século XIX, dentro da ala federalista da organização. A construção das suas ideias, princípios, métodos de organização e fins foi uma obra coletiva, o resultado de discussões, debates e lutas do movimento operário e diversas organizações de trabalhadores na Europa, e

²⁴ Schimdt, Michael; WALT, Lucien Van Der, *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism*, AK Press, 2009, p. 204.

posteriormente da América do Sul e Egito.²⁵ Muitas vezes chamado de socialismo libertário, de modo a diferenciar-se do socialismo autoritário blanquista ou marxista-leninista, o anarquismo baseia-se em práticas como a autogestão, ação direta, democracia direta, solidariedade, apoio mútuo e federalismo e tem como objetivo a construção de uma sociedade comunista, sem Estado nem propriedade privada, gerida coletivamente por uma larga confederação de organizações de poder popular de base, de baixo para cima e da periferia para o centro.²⁶

Para os propósitos desta dissertação, esta será a definição de anarquismo na qual nos iremos basear. O debate em volta do funcionamento e estruturação das organizações anarquistas, a sociedade que as mesmas procuram prefigurar para o futuro e os métodos utilizados para tal, a denominada prefiguração, uma das bases do movimento, apresenta uma certa complexidade, mas esses são assuntos que fogem ao tema deste estudo. De modo a compreender as questões que serão abordadas adiante basta saber que os anarquistas acreditam que de modo a construir uma sociedade comunista libertária, na qual os trabalhadores controlam coletivamente e comunitariamente em autogestão os meios de produção e as suas comunidades, sem relações sociais de dominação, as organizações sociais de classe trabalhadora devem prefigurar o tipo de organizações e praticas coletivas e individuais que pretendem ver no futuro.²⁷

A prefiguração da sociedade anarquista-comunista e a luta contra o Estado e o capitalismo é feita a partir de organizações populares de base, de classe trabalhadora,

²⁵ Baker, Zoe, *Means and Ends: The revolutionary strategy of anarchism in Europe and the United States*, AK Press, 2023, p. 43

²⁶ Ervin, Lorenzo Kom`boa, *Anarquismo e a Revolução Negra e Outros Textos do Anarquismo Negro*, Coletivo Editorial Sunguilar, 2015, p. 120-121.

²⁷ Federação Anarquista do Rio de Janeiro, *Anarquismo Social e Organização*, Brasil, 2008. Disponível em: < <http://www.farj.org/> > Acedido em 25/05/2024.

tais como sindicatos, soviets, comunas, cooperativas, coletivos queer, ecologistas, antirracistas, culturais e outros que respondam às necessidade e vontades das comunidades num determinado local e período histórico.²⁸ Tem por base a defesa da coerência entre meios e fins, a ideia de que são os meios utilizados que definem os fins atingidos. Ou como disse Errico Malatesta: “Quem se mete a caminho e se engana na estrada, não vai aonde quer, mas aonde o leva a estrada percorrida”.²⁹

Por isso mesmo os anarquistas combatem o racismo, patriarcado, a transfobia, colonialismo, imperialismo, militarismo, especismo, destruição ambiental, juntamente com o Estado e o capitalismo. Rejeitam a tomada de poder do Estado pois entendem que este é baseado em relações sociais de dominação e que historicamente serve para produzir e perpetuar essas mesmas relações, consequentemente incapaz de por termo ao capitalismo.³⁰ Apesar de ser uma filosofia com origem na Europa, ao longo da história influenciou movimentos de trabalhadores e povos indígenas de grande dimensão em África, na Ásia, América e Oceânia³¹, e destes surgiram novas contribuições como o anarquismo negro, o especificismo, o plataformismo e outras variantes anarquistas.

De entre as questões atrás mencionadas algumas serão especificamente relevantes para nós, nomeadamente o antimilitarismo, assim como o anti-imperialismo e o anticolonialismo. Os anarquistas consideraram desde sempre o militarismo e os exércitos permanentes como algo a combater e eliminar, juntamente com o nacionalismo. Para o anarquista, o militarismo representa violência do Estado, a

²⁸ Idem, *Ibidem*, p. 123-124.

²⁹ Malatesta, Errico, *The Method of Freedom: An Errico Malatesta Reader*, AK Press, Oakland, 2014, p. 281-282.

³⁰ Baker, Zoe, *Means and Ends: The revolutionary strategy of anarchism in Europe and the United States*, AK Press, 2023, p. 142-143.

³¹ Hirsh, Steven; WALT, Lucien Van Der, *Anarchism and Syndicalism in the colonial and postcolonial world 1870-1940*, Studies in Global Social History, Leiden Boston, 2010.

subjugação e domesticação do indivíduo ao poder, dominação e autoridade dos seus superiores e o culto da violência, da morte e da conquista. Os exércitos permanentes são encarados como ferramentas do governo e das classes dominantes para reprimir as convulsões populares internas e impor a vontade do Estado-nação sobre outros povos, como resultado do nacionalismo, patriotismo, colonialismo e imperialismo.³² Dentro do exército, o indivíduo é reduzido a um autômato que perde toda a sua individualidade e liberdade de pensamento e ação, sendo educado apenas para obedecer e matar.³³

Os militantes e organizações anarquistas historicamente relacionaram o militarismo com o patriotismo e o nacionalismo. Ambos, embora principalmente o nacionalismo, eram vistos como construções burguesas e do Estado, impostas a partir dos seus sistemas de educação e propaganda ideológica, como forma de criar comunidades mais facilmente manipuláveis e que servissem os interesses dos nascentes Estados-nação europeus do século XIX e da burguesia capitalista industrial. O nacionalismo conduziria ao ódio fanático contra o estrangeiro, o outro, à defesa das fronteiras nacionais artificiais e consequentemente à legitimação dos exércitos permanentes, que canalizariam esses sentimentos para o uso de violência contra povos de outros Estados-nação rivais e no caso dos Estados imperialistas, para a conquista e subjugação violenta dos povos indígenas das colônias de outros continentes, nomeadamente da África.³⁴

³² Schimdt, Michael; WALT, Lucien Van Der, *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism*, AK Press, 2009, p. 212-2018.

³³ Libertad, Albert; MAHÉ, Anna, *To The Conscripts*, l'anarchie, 27 setembro, 1906, Disponível em < <https://mgouldhawke.wordpress.com/2023/09/11/to-the-conscripts-lanarchie-1906/> > Acedido em 10/10/2023

³⁴ Goldman, Emma, *Anarquismo e Outros Ensaios*, Letra Livre e A Batalha, 2020, p. 153-173.

No final do século XIX e início do século XX o movimento anarquista defendeu diversas táticas de combate contra o militarismo e o imperialismo colonial. Entre os métodos utilizados e incentivados, predominavam deserção, o boicote, a greve, a sabotagem e a propaganda dentro dos quartéis.³⁵ Em determinados contextos históricos foram organizadas milícias populares armadas para combater os exércitos estatais, como no caso da revolução na Ucrânia em 1918, na Manchúria em 1929 e em Espanha em 1936.³⁶

O antimilitarismo anarquista surge desde os escritos de Joseph Déjacque, um dos primeiros autoproclamados anarco-comunistas do século XIX, que afirmava “A polícia, como o exército, são abolidos (...) O exército, enquanto uma força organizada em apoio à Autoridade e à guerra contra a liberdade, desde o interior ao exterior, deve desaparecer”.³⁷ Tanto na teoria como na prática, os anarquistas continuaram a defender estas mesmas ideias. Para Errico Malatesta, um dos revolucionários anarquistas mais influentes na história do movimento, e um dos protagonistas dos debates libertários sobre a Grande Guerra, “A guerra é uma ameaça que paira para sempre sobre a cabeça do proletariado europeu, uma ameaça ao progresso, uma ameaça às nossas maiores esperanças.” Relacionava a guerra com “o orgulho patriótico que alimenta” e declarava

³⁵ Schimdt, Michael; WALT, Lucien Van Der, *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism*, AK Press, 2009, p. 212-218.

³⁶ Linhares, Thaís, *Anarquismo e a Questão Militar*, Trabalho apresentado no III Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da UNESP/Marília, 2019.

³⁷ Déjacque, Joseph, *Legislação Direta e Universal*, 1859, < Disponível em <http://joseph.dejacque.free.fr/ecrits/legislation.htm> > Acedido em 10/10/2023

“Longa vida á fraternidade entre os povos; longa vida á Internacional dos Trabalhadores”.³⁸

Malatesta via ainda a guerra como algo que beneficiava apenas “um pequeno grupo de monopolistas e fornecedores militares”, combatendo simultaneamente os argumentos da guerra em nome da civilização. Aprofundaremos ao longo deste estudo os argumentos antimilitaristas do anarquista italiano, bastante influente no movimento português.

Mikhail Bakunin, principal figura anarquista e rival de Karl Marx na Primeira Internacional, apontava que a revolução social implicava a “radical dissolução do Estado centralizado, agressivo e autoritário, incluindo as suas instituições militares, burocráticas, governamentais, administrativas, judiciais e legislativas”, substituído pela “liberdade para todos, tanto para indivíduos como para órgãos coletivos, associações, comunas, províncias, regiões e nações, e a garantia mútua desta liberdade pela federação”. Para Bakunin, triunfos militares “inevitavelmente levam ao cesarismo”.³⁹ A crítica anarquista do Estado e do capitalismo estavam intimamente relacionadas com o seu antimilitarismo. Novamente Bakunin descrevia o Estado como uma instituição burocrático-militar centralizada, escrevendo “O Estado moderno é por natureza um Estado militar; e todo Estado militar deve necessariamente tornar-se um conquistador, Estado invasor”, de modo que a paz entre os povos seria impossível enquanto Estados existissem.⁴⁰

No início do século XX, a anarquista Emma Goldman foi uma das mais determinadas opositoras do militarismo nos Estados Unidos, disseminando propaganda

³⁸ Malatesta, Errico, *The European War and the International Workers' Organization*, < Disponível em < <https://theanarchistlibrary.org/library/errico-malatesta-the-european-war-and-the-international-workers-organization> > Acedido em 10/10/2023

³⁹ Bakunin, Mikhail, *Bakunin On Anarchy*, Nova Iorque, 1972, Disponível em < <https://theanarchistlibrary.org/library/mikhail-bakunin-on-anarchy-en#toc1> >.

⁴⁰ Idem, *Ibidem*.

entre as classes trabalhadores incentivando á deserção dos exércitos e recusa da conscrição obrigatória. Acusou o espírito militar de ser “o mais impiedoso, sem coração e brutal em existência”, os exércitos de conduzir apenas á “matança universal”.⁴¹ Para Goldman, “O militarismo consome os elementos mais fortes e produtivos de cada nação. O militarismo engole a maior parte da receita nacional. Quase nada é gasto em educação, arte, literatura e ciência em comparação com o montante dedicado ao militarismo em tempos de paz, enquanto em tempos de guerra tudo o resto é reduzido a nada; toda a vida estagna, todo esforço é restringido; o próprio suor e sangue das massas são usados para alimentar este monstro insaciável – o militarismo.”⁴²

Por fim, Emma Goldman via o exército como uma ferramenta de proteção das classes dominantes que exploravam economicamente e politicamente as classes trabalhadoras e via no patriotismo uma das causas da expansão militarista. O patriotismo seria nada mais do que uma ficção, artificialmente construída que separava os povos e inspirava o odio entre os mesmos, justificando a construção de grandes exércitos.⁴³ Esta mesma ligação entre patriotismo, capitalismo, Estado e imperialismo, está presente na obra do anarquista japonês Kotoku Shusui, “*Imperialismo: monstro do século XX*”,⁴⁴ e de outros militantes do sul global como o indígena mexicano Ricardo

⁴¹ Goldman, Emma, *What I Believe*, Nova Iorque, 1908, Disponível em < <https://theanarchistlibrary.org/library/emma-goldman-what-i-believe#toc3> > Acedido em 10/10/2023

⁴² Goldman, *Preparedness, The Road to Universal Slaughter*, Nova Iorque, 1915, Disponível em < <https://theanarchistlibrary.org/library/emma-goldman-preparedness-the-road-to-universal-slaughter> > Acedido em 10/10/2023

⁴³ Goldman, Emma, *Anarquismo e Outros Ensaio*s, Letra Livre e A Batalha, 2020, p. 153-173.

⁴⁴ Tierney, Robert Thomas, *Monster of the Twentieth Century: Kotoku Shusui and Japan's First Anti-Imperialist Movement*, University of California Press, 2015.

Flores Magón⁴⁵. Magón escreveu em 1910 aos proletários no seu órgão de imprensa, *Regeneración*, “Percorram as páginas da história e nelas descobrirão que nas lutas armadas em que participaram as classes dominantes, o vosso papel sempre foi o de bucha de canhão, pela simples razão de que não quiseram passar pela dor de pensar com as vossas próprias cabeças e de empreender a tarefa de vossa própria redenção.”

46

No que diz respeito ao movimento anarquista português, o antimilitarismo manifestou-se com igual intensidade, apesar de certas contradições se terem igualmente registado na primeira década do século XX. A propaganda centrou-se principalmente na produção de pequenos panfletos, impressos e difundidos nos círculos populares, tais como o “Pátria e Internacionalismo” de Augustin Hamon, mas o livro deste mesmo autor, “Psicologia do Militar Profissional” foi também uma das obras de maior influência entre grupos anarquistas.⁴⁷

Na viragem do século uma grande quantidade de textos antimilitaristas seria redigida por anarquistas portugueses, tais como o “*A Guerra não findará?*” de César Porto, “*Carta a um Soldado*” de Emílio Costa, “*Últimas da Guerra*” de Pinto Quartim e “*O Perigo Militar*” de José do Vale. João Freire aponta a existência de 16 grupos

⁴⁵ Goldman, Emma, *Anarquismo e Outros Ensaios*, Letra Livre e A Batalha, 2020, p. 153-173.

⁴⁶ Ricardo Flores Magón (1873-1922) foi um militante revolucionário anarquista mexicano indígena Mazatec. Fundou o Partido Liberal Mexicano, que viria a tornar-se uma organização anarco-comunista e a participar ativamente na Revolução mexicana de 1910 e na expropriação e coletivização de terras pelos camponeses na Baja Califórnia. Magón foi também fundador e colaborador do jornal *Regeneración*. Ver Ricardo Flores Magón, “Terra e Liberdade, Antologia de textos escolhidos: Documentos - Artigos – Contos 1906-1918”, publicado pela Barricada de Livros em 2020.

⁴⁷ Freire, João, *Freedom Fighters: Anarchist Intellectuals, Workers and Soldiers in Portugal's History*, Black Rose Books, 2021, P. 146-148.

antimilitaristas neste período, referindo a fundação da Associação Antimilitarista Internacional em 1904, para combater os perigos do capitalismo, militarismo e da guerra. Segundo este mesmo autor, é em 1909 que a propaganda anarquista portuguesa ataca mais agressivamente o exército, através de militantes como Augusto Machado e António Silva Júnior, assim como pela ação de coletivos anarquistas como “Novos Horizontes”, “Força e Matéria”, “Ação Direta” e “Militar Insurgente”.⁴⁸

A crítica antimilitarista estendia-se à questão da educação e da pedagogia libertária. Anarquistas acusavam a escola tradicional estatal, quer monárquica quer republicana, de legitimar o militarismo, o Estado e ensinar o ódio ao estrangeiro. O anarquista Adolfo Lima criticou a militarização das escolas, que impunha um regime hierárquico e autoritário rígido sobre os alunos, criando indivíduos subservientes, sem individualidade nem autonomia: “Toda a instrução que é dirigida para exaltar a ideia de pátria, cujo único fito é fazer soldados, não faz um povo inatacável, faz apenas um rebanho estagnado na rotina, submisso, só cuidando em lisonjear os superiores para viver uma existência de pura animalidade”.⁴⁹

A posição dos anarquistas portugueses perante o perigo do militarismo para a emancipação social da humanidade parece ser bem representada por uma tese apresentada no 1º Congresso Anarquista da região portuguesa de 1911. Esta tese declara:

“Um espírito de classe surge nos quartéis, com privilégios garantidos. Aquele que não é um soldado não é um cidadão respeitável. E arrogância e vaidade são unidos pela crueldade mais refinada e pelo espírito mais degradante. Militarismo dá aso à inversão sexual, sífilis e alcoolismo. Homens degenerados, máquinas de matar...a convenção anarquista afirma a necessidade de lutar contra o espírito do militarismo mais doutrinariamente; da escola aos quartéis, assim como

⁴⁸ Idem, *Ibidem*.

⁴⁹ Duarte, Diogo, *O anarquismo e a arte de governar: Portugal, última década do século XIX e primeiras décadas do século XX*, 2022, p. 128.

proclamar a deserção, como um ato de justiça e humanidade. Para esta propaganda produzir resultados práticos é necessário começar por distribuir panfletos nos quartéis a incitar á aversão ao serviço militar, á autoridade e à Pátria, como um instrumento de servidão humana. É imperativo resistir á onda do militarismo e para citar Tolstoy: “Recusar fazer serviço militar!”. ⁵⁰

Excluindo o comentário homofóbico referente á “inversão sexual”, os restantes pontos desta tese refletem os ideais anarquistas de fraternidade humana, liberdade, autonomia e oposição perante a autoridade, ação direta e antipatriotismo. Posto isto, nos últimos anos da Monarquia o movimento libertário dividiu-se entre militantes dedicados exclusivamente com a ação sindicalista e operária, e os chamados intervencionistas, termo que neste trabalho irá adquirir um significado diferente. Antes da implantação da República, intervencionistas eram anarquistas que viam na República um passo em frente na emancipação social, rumo á revolução socialista libertária. Estes militantes optaram por colaborar com o movimento republicano na luta contra a monarquia e na fundação da República.

É nestes anarquistas intervencionistas que vemos as primeiras contradições dentro do movimento libertário português. Alguns anarquistas desde o final do século XIX organizaram células secretas dentro das unidades militares do exército e da marinha com o objetivo de semear a revolta por dentro e consequentemente armar o povo, concretizar a revolução social e abolir o exército. Mas os intervencionistas foram mais longe, formando organizações como “A Luz Militar” ⁵¹ que depois integraram Carbonária e combateram lado a lado com os republicanos civis e militares nos dias 4 e 5 de outubro de 1910, sob o nome de “artilharia civil” e seriam determinantes na vitória sobre as forças da monarquia. ⁵²

⁵⁰ Freire, João, *Freedom Fighters: Anarchist Intellectuals, Workers and Soldiers in Portugal's History*, Black Rose Books, 2021, P. 147-148.

⁵¹ Idem, *Ibidem*, P. 18

⁵² Valente, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo*, Círculo de Leitores, 3ª Edição, Maio de 1999.

Estes exemplos não demonstram propriamente um abandonar dos princípios antimilitaristas libertários, mas demonstram a tendência de um número relevante de militantes para colaborarem com grupos políticos com ideais opostos na luta por objetivos comuns, assim como uma prática de infiltração em instituições estatais que parece contradizer até certo ponto a prática prefigurativa anarquista. A contradição advém da infiltração no exército e colaboração com forças militares, não no ato de pegar em armas e participar na luta armada. Para os anarquistas, antimilitarismo implica a rejeição da organização hierárquica, autoridade e estatal do exército burgues, não a rejeição da luta armada, desde que esta seja feita pelas organizações populares autónomas, horizontais e de massas.⁵³

Por fim resta-nos ver de que forma os anarquistas em Portugal procuraram combater o militarismo na prática, até 1914. Para além das já mencionadas ações de propaganda, disseminada nos bairros operários e nos quartéis, e dos apelos á deserção, os anarquistas focavam a sua ação nos sindicatos. A propaganda contra o militarismo e a existência de exércitos permanentes abundava principalmente entre os militantes mais ligados ao sindicalismo revolucionário, de modo que era nos sindicatos operários que se centrava a ação militante.⁵⁴

O sindicalismo revolucionário tinha surgido sob a influencia tanto de anarquistas como de marxistas e em 1908 a CGT francesa tinha votado uma moção contra a guerra e o exército, preconizando as decisões tomadas em 1906 em Amiens, quando a CGT redigiu o documento fundacional do sindicalismo revolucionário, a *Carta de Amiens*. Este documento, juntamente com a CGT, foi influenciado pelos anarcossindicalistas

⁵³ Linhares, Thaís, *Anarquismo e a Questão Militar*, Trabalho apresentado no III Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da UNESP/Marília, em 2019.

⁵⁴ Pereira, Joana Dias, *Sindicalismo Revolucionário: A História de uma Idéia*, Lisboa: FCSH- UNL, 2008 (Dissertação de Mestrado em História Contemporânea), p. 74-78.

franceses, e esta mesma relação íntima entre anarquismo e sindicalismo revolucionário registou-se em Portugal.⁵⁵

A Comissão Executiva do Congresso Sindicalista de 1909 seguiu o caminho da CGT e defendeu a greve geral insurrecional em caso de mobilização militar e conflagração de guerra. O operário anarquista e dirigente sindical, Manuel Joaquim de Sousa, acompanhou estas mesmas posições e escreveu literatura antimilitarista difundida nos meios sindicais. Os sindicalistas revolucionários, apoiados pelo anarquismo operário, foram os principais responsáveis pelo crescimento das ideias antimilitaristas entre as classes trabalhadoras, denunciando os exércitos como defensores dos interesses da burguesia e do Estado contra o proletariado.⁵⁶ Declarariam em conjunto com o movimento anarquista “Guerra à guerra”, como veremos.

1.3 A Primeira Guerra Mundial:

Quando a Grande Guerra começou, no Verão de 1914, a Europa era o centro industrialmente mais desenvolvido do globo, e as suas maiores potências eram também os países económica e militarmente mais poderosos, a par dos Estados Unidos da América. Existiam apenas três Repúblicas (Portugal, Suíça e França) num mar de Monarquias, regimes tradicionalistas e velhos Estados, alguns deles multiétnicos. As únicas nações com sufrágio universal, incluindo direito de voto para mulheres, eram a Noruega e a Finlândia, sendo que esta última não era ainda independente, mas uma região autónoma do Império Russo. A população da Europa contava-se em cerca de 480 milhões de pessoas, os países mais desenvolvidos como a Alemanha e a França tinham uma percentagem cada vez maior de população urbana e no caso do Reino Unido este já tinha mesmo ultrapassado a percentagem de população rural, sinal do ritmo progressivamente acelerado de industrialização.⁵⁷

⁵⁵ Idem, *ibidem*, p. 21-24.

⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 43-48.

⁵⁷ Hobsbawm, Eric, *A Era do Império: 1875.1914*, Editorial Presença, Lisboa, 1990.

Os novos meios de transporte, nomeadamente os caminhos de ferro, expandiam-se pelo continente. Meios de comunicação como o telefone e o telégrafo eram utilizados por todos os países europeus, pelo menos nos centros urbanos. Era mais fácil do que nunca viajar entre países e continentes, assim como comunicar quase instantaneamente com alguém do outro lado do planeta. Este avanço tecnológico pós-segunda revolução industrial compreendeu ainda o desenvolvimento da indústria armamentista. Em 1910 as despesas militares das grandes potências europeias correspondiam a 288 milhões de libras. Em 1914 esse valor já tinha aumentado para quase 400 milhões.⁵⁸ A Primeira Guerra Mundial viu serem utilizadas armas de destruição e morte, incluindo contra as populações civis, incomparáveis com tudo aquilo que tinha sido utilizado previamente, o que levou também historiadores como Enzo Traverso a classificar o conflito como o primeiro exemplo de guerra total.⁵⁹

Ao fim de pouco mais de 4 anos de guerra cerca de 20 milhões de pessoas tinham morrido, além de centenas de milhares de soldados e civis africanos, tanto mobilizados pelos impérios coloniais para combater na Europa, como mortos na sua terra natal. O Império Russo, o Império Otomano, o Império Alemão e o Império Austro-húngaro deixaram de existir. Países como a Polónia, a Checoslováquia e a Finlândia tornaram-se Estados-Nação independentes, a União Soviética o primeiro Estado autoproclamado socialista da história e consequentemente, os mapas da Europa, África e partes da Ásia foram redesenhados.⁶⁰

As causas para o começo da Grande Guerra são múltiplas, complexas, tópico de debate entre historiadores e uma discussão que foge à temática deste estudo. Mas

⁵⁸ Idem, *Ibidem*.

⁵⁹ Traverso, Enzo, “Guerra y memoria: Una mirada sobre el siglo XX desde el presente”, *Sociohistórica*, Universidade Nacional de La Plata. Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, Centro de Investigações Sócio Históricas, 2003(13-14): 215-228.

⁶⁰ Sheffield, Gary, *Uma Breve História da Primeira Guerra Mundial*, Editorial Presença, 1ª edição, Lisboa, novembro, 2018, p. 188-192.

entre os principais motivos apontados podemos referir o crescimento do nacionalismo exacerbado, o fim do concerto da Europa e do sistema de alianças cuidadosamente construído na Europa no século XIX, com destaque para o papel diplomático de figuras como Bismarck, o início do *weltpolitik* alemão, a rivalidade e competição política, económica, imperialista e colonialista entre os grandes impérios europeus como França, Inglaterra e Alemanha, assim como as tensões exacerbadas nos Balcãs entre novos Estados independentes e os Impérios Austro-húngaro e Otomano.⁶¹

O crescimento do militarismo, da indústria armamentista e da competição entre as grandes potências industriais europeias pela posse de colónias e acesso a mercados e recursos naturais são catalisadores do conflito que estão interligados. As tensões nacionalistas de povos oprimidos no seio dos Impérios Europeus exerceram pressão sobre estes Estados. Nos anos antes de 1914 a Alemanha do Kaiser Guilherme II abandonou a política delineada com Bismarck e inicia uma confrontação mais agressiva com a Inglaterra e a França. O investimento germânico na marinha provocou tensões com os britânicos, que dominavam nesse departamento, e a disputa por territórios no Norte de África aproximou estes dos franceses contra a Alemanha. A pressão interna do crescimento do Partido Social Democrata alemão também poderá ter levado o Estado germânico a procurar uma política externa mais agressiva, de modo a reforçar a sua posição aos olhos do povo alemão.⁶²

Mas é no Império Austro-húngaro que a guerra tem início. A guerra dos Balcãs tinha resultado na independência de novas nações, na expansão territorial de outras pequenas nações e na perda de território por parte do Império Otomano. Do ponto de vista do Império Austro-húngaro estas consequências enfraqueciam potencialmente o seu controlo sobre a região e reforçava as aspirações nacionalistas e independentistas

⁶¹ Ferro, Marc, *A Grande Guerra 1914-1918*, Edições 70, 2ª edição, abril, 2023, p. 37-47.

⁶² Sheffield, Gary, *Uma Breve História da Primeira Guerra Mundial*, Editorial Presença, 1ª edição, Lisboa, novembro, 2018, p. 15-30.

dos seus vários povos.⁶³ Estes são problemas semelhantes aos enfrentados pelo Império Otomano. Ambos eram grandes Impérios monárquicos, multiétnicos, multirreligiosos e multilinguísticos, o que numa era de nacionalismo e modernização de inspiração ocidental colocava em risco a existência destes impérios. Para além disto, o Império Austro-húngaro estava cada vez mais a ficar para trás em termos de desenvolvimento industrial e económico quando comparado com outras grandes nações europeias como a Rússia, França e Alemanha.⁶⁴

A 24 de Junho o arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono do Império Austro-húngaro, foi assassinado em Sarajevo, na Bósnia, por Gavrilo Princip da “Mão Negra”, uma organização nacionalista servia. O Império reagiu com um ultimato ao Estado Sérvio, apesar de este não ser diretamente culpado pelo assassinato. A Servia aceitou todas as exigências exceto o ponto 6. A Áustria-Hungria declarou então guerra á servia no dia 28 de julho de 1914, dando início á Primeira Guerra Mundial.⁶⁵

O sistema de alianças formado nas décadas anteriores tornou-se um dos fatores determinantes do escalar do conflito. A França e a Rússia aliaram-se em 1891, após a Alemanha ter abandonado o Tratado de Resseguro assinado com a Rússia. Previamente, em 1882 tinha sido formada a *Tríplice Aliance* entre a Alemanha, o Império Austro-húngaro e o Reino da Itália, para isolar a França no contexto militar e político europeu. O Reino Unido no final do século XIX apresentava-se como um tradicional amigo da Alemanha, mais do que da França, e em 1898 teve inclusive próxima de um conflito com a França devido a conflitos de interesse imperialistas em África. Simultaneamente, o

⁶³ Rosas, Fernando; ROLLO, Fernanda, *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2021, p. 259-263.

⁶⁴ Sheffield, Gary, *Uma Breve História da Primeira Guerra Mundial*, Editorial Presença, 1ª edição, Lisboa, novembro, 2018, p. 15-30.

⁶⁵ Ferro, Marc, *A Grande Guerra 1914-1918*, Edições 70, 2ª edição, abril, 2023, p. 69-73.

Reino Unido era tradicionalmente inimigo da Rússia na disputa de territórios asiáticos como o Afeganistão.⁶⁶

Mas a ascensão económica e militar alemã começou a ameaçar os interesses hegemónicos britânicos, nomeadamente, como já foi referido, no controlo dos mares, através das Leis Navais do governo do Kaiser. Desta forma, em 1904 o Reino Unido assinou a *Entente Cordiale* com a França e em 1907 assinou a *Entente Anglo-Russa* com o Imperio Russo. Estas duas alianças em conjunto com o acordo já assinado entre a França e a Rússia, conduziram à materialização da *Tríplice Entente* em 1914.⁶⁷

Em julho de 1914 a guerra começa como um confronto entre estes dois blocos militares. De um lado a *Tríplice Aliance* com a Alemanha e o Imperio Austro-húngaro, sendo que a Itália fica inicialmente de fora do conflito, e a *Tríplice Entente* com a Rússia, França e Reino, além de aliados menores como a Sérvia. Em 1915 a Itália entrou na guerra, mas do lado da *Entente* e o Imperio Otomano junta-se à *Tríplice Alliance* em outubro de 1914 devido ao seu confronto com a Rússia.⁶⁸

Neste contexto, Portugal viria a entrar na guerra em 1916, do lado da *Tríplice Entente*, por fruto da sua velha aliança com a Inglaterra. A 24 de Fevereiro de 1916, a pedido do governo britânico, o Estado português apoderou-se dos navios mercantes alemães que se encontravam estacionados em Lisboa e refugiados em águas portuguesas desde o início do conflito. A medida foi justificada com base na necessidade urgente de resolver a crise das subsistências, ao que a Alemanha respondeu com um ultimato e a consequente declaração de guerra no dia 9 de março de 1916. Os intervencionistas republicanos viam na participação portuguesa na guerra uma oportunidade de fortalecimento do regime através da união da nação, enfraquecendo

⁶⁶ Sheffield, Gary, *Uma Breve História da Primeira Guerra Mundial*, Editorial Presença, 1ª edição, Lisboa, novembro, 2018, p. 15-30.

⁶⁷ Idem, *Ibidem*.

⁶⁸ Ferro, Marc, *A Grande Guerra 1914-1918*, Edições 70, 2ª edição, abril, 2023, p. 97-112.

os rivais monárquicos e conservadores, assim como a possibilidade de reconhecimento internacional e a defesa dos seus territórios coloniais em África.⁶⁹

As tropas portuguesas foram mobilizadas para combater, na Flandres e em África, com a maior parte das mortes a ocorrer nesta última frente. Para além das consequências que a crise internacional provocou a nível interno, como a carestia de vida, o desemprego e a fome, surgiram conflitos no seio das forças armadas em combate, causados pelos mesmos problemas que todos os exércitos enfrentavam nas trincheiras. O desgaste físico e psicológico, resultado da falta de condições de higiene e alimentação decente, e dos confrontos com as tropas inimigas, e a ausência da rotação de tropas, que levava á longa duração da presença das mesmas unidades na frente, agravou estas condições e originou casos de revoltas, deserções e protestos da parte dos soldados.⁷⁰

Não sendo possível de momento analisar até que ponto a propaganda antimilitarista promovida pelos anarquistas portugueses, dentro do exército, terá influenciado parcialmente a insubordinação dos soldados, nas trincheiras registaram-se 50 condenações, 24 por insubordinação, 13 por deserção e 1 por traição, com uma condenação á morte, apenas em 1917. Em 1918 os números aumentaram para 322 condenações, incluindo 95 por insubordinação, 68 por deserção e 102 por envolvimento em motins.⁷¹

Resta-nos analisar em que estado de organização se encontrava o movimento operário e socialista em 1914. O movimento marxista era representado hegemonicamente pelos Partidos Sociais Democratas que compunham a II Internacional socialista. Estes partidos de orientação marxista existiam na Áustria, Itália, França,

⁶⁹ Rosas, Fernando; ROLLO, Fernanda, *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2021, p. 267-276.

⁷⁰ Idem, *ibidem*, p. 301-317.

⁷¹ Freire, João, *Freedom Fighters: Anarchist Intellectuals, Workers and Soldiers in Portugal's History*, Black Rose Books, 2021, P. 149.

Rússia, Portugal, nos vários países nórdicos, mas era o Partido Social Democrata Alemão o maior e mais influente da Europa.⁷² Deste mesmo partido faziam parte algumas das principais referências do movimento marxista, como Kautsky, Bernstein e Babel.⁷³ O PSD alemão e os restantes partidos da II Internacional declaravam-se antimilitaristas e nos anos que precederam a guerra procuraram alguma aproximação entre as classes trabalhadoras dos vários países, opondo-se à escalada armamentista e a qualquer guerra entre os seus Estados. Mas com o início da guerra, a generalidade destes partidos apoiou os seus próprios Estados e aprovou os créditos de guerra, o que não só chocou o movimento socialista internacional, como consumou uma derrota do internacionalismo socialista contra o patriotismo e o nacionalismo. O resultado eventualmente foi uma série de cisões que dariam origem aos diversos Partidos Comunistas marxistas-leninistas após a revolução russa.⁷⁴

O movimento anarquista, pela sua pluralidade já mencionada, apresentava maior heterogeneidade. Mas o anarco-sindicalismo e o anarquismo voltado para o movimento operário e para o sindicalismo revolucionário era hegemónico em todos os países europeus e não europeus. Este organizava-se com base em práticas de organização dual, ou seja, por um lado existiam os coletivos especificamente anarquistas, geralmente federados entre si, e por outro lado existiam as federações sindicais de organizações de operários e camponeses. Os anarquistas trabalhavam no seio destas organizações para influenciar o movimento operário no sentido de práticas

⁷² Hobsbawn, Eric, *A Era do Império: 1875.1914*, Editorial Presença, Lisboa, 1990, p. 167-176.

⁷³ Ferro, Marc, *A Grande Guerra 1914-1918*, Edições 70, 2ª edição, abril, 2023, p. 63.

⁷⁴ Schmidt, Bernadotte, *The First World War 1914-1918, Proceedings of the American Philosophical Society*, Vol. 103, No. 3, junho, 1959, pp. 321-331.

libertárias e revolucionárias, e em muitos casos tornavam-se dirigentes das organizações operárias.⁷⁵

A Confederação Geral Francesa era a organização operária revolucionária autónoma mais relevante, organizando centenas de milhares de trabalhadores em França com base nos princípios do sindicalismo revolucionário e com vários anarquistas em posições de liderança. Mas em 1914 a organização encontrava-se progressivamente ameaçada por práticas reformistas e infiltração de militantes de partidos políticos, apesar de cerca de 100 mil membros da CGT ainda declararem a sua identificação com o anarquismo.⁷⁶ Em Espanha, o movimento anarcossindicalista centrava-se na Confederação Nacional do Trabalho, em Itália na União Sindical Italiana, e mais algumas federações anarcossindicalistas existiam na Suécia e na Bélgica. Na Alemanha o movimento representava uma facção minoritária do movimento operário, tipicamente de dissidentes do PSD. Nos Estados Unidos os anarquistas eram os mais influentes entre o movimento operário, nomeadamente a partir da Industrial Workers of the World (IWW).⁷⁷

Nos países do sul global, o anarquismo foi o principal movimento de oposição ao capitalismo, imperialismo e colonialismo ao longo do século XIX e mantinha essa posição no início do século XX. Desta forma, nas organizações anarquistas e sindicalistas revolucionárias do Brasil, Argentina, África do Sul, entre outras, a oposição à guerra e ao militarismo manifestava-se com maior intensidade.⁷⁸

Tal como ocorreu com os partidos marxistas, denominados sociais-democratas na época, o movimento anarquista experienciou uma cisão a nível internacional, embora manifestando-se de forma diferente, tendo em conta os diferentes modos de

⁷⁵ Baker, Zoe, *Means and Ends: The revolutionary strategy of anarchism in Europe and the United States*, AK Press, 2023.

⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 258-262.

⁷⁷ Idem, *ibidem*, p. 262-277.

⁷⁸ Idem, *ibidem*, p. 262-277.

organização. No começo da guerra a maior parte dos militantes e coletivos anarquistas declararam a sua oposição á guerra, mantendo-se fiéis aos princípios antimilitaristas.⁷⁹ Mas uma parte do movimento apoiou uma posição intervencionistas na guerra, apesar de argumentarem não ter abandonado os velhos ideais antimilitaristas. Estes apoiavam o direito da França á autodefesa contra a Alemanha, e as democracias liberais da Tríplice Entente contra as autocracias monárquicas da *Tríplice Aliance*, uma posição com certas contradições, que analisaremos ao longo deste estudo, tais como a tensão entre internacionalismo e patriotismo, anarquismo e defesa do Estado-nação, e antimilitarismo e apoio aos exércitos estatais imperialistas. Os intervencionistas tinham como principais figuras nomes influentes do movimento libertário, como Kropotkin, Jean Grave e Charles Malato. Juntamente com mais 13 anarquistas da Europa, África e Ásia, redigiram e publicaram o *Manifesto dos Dezasseis*, no qual defendiam que a Grande Guerra era uma guerra de agressão alemã, apoiando a França e Bélgica na sua luta.⁸⁰

Em oposição a esta ala intervencionista, encontravam-se os anti intervencionistas ou antimilitaristas. Eram representados principalmente por militantes como Malatesta, Emma Goldman e Alexander Berkman, que juntamente com mais 34 anarquistas publicaram em 1915 o *Manifesto Anarquista Internacional Antiguerra*. O manifesto criticava o carater imperialista e colonialista da Grande Guerra, defendendo o antimilitarismo e a revolução social. Atacava o militarismo de todos os Estados envolvidos e o massacre de milhões de pessoas, as conquistas coloniais, a conscrição

⁷⁹ Idem, *ibidem*, p. 110.

⁸⁰ Kropotkin, Peter, Manifesto of the Sixteen, fevereiro, 1916, Disponível em <
<https://www.marxists.org/reference/archive/kropotkin-peter/1916/sixteen.htm> >

Acedido em 08/10/2023

forçada de soldados negros e defendia que os trabalhadores armados deveriam direcionar as suas armas contra os seus próprios Estados e classes dominantes.⁸¹

À semelhança do que aconteceu com os marxistas, os anarquistas rapidamente apontaram o falhanço do antimilitarismo e da proclamação da greve geral revolucionária que tinha sido prometida em caso de guerra. Nenhuma greve geral se materializou nos países participantes no conflito e mesmo as confederações sindicalistas revolucionárias como a CGT francesa se colocaram ao serviço do esforço de guerra do seu Estado-Nação.⁸² Nas nações que por enquanto se mantinham neutras o caso foi distinto. A Confederação Operária Brasileira⁸³ e a CNT espanhola⁸⁴ rapidamente atacaram a guerra inter-imperialista. A União Sindical Italiana (USI) anarcossindicalista experienciou uma cisão entre antimilitaristas e intervencionistas, com os segundos a formar uma nova organização, em 1918.⁸⁵

O operariado português na União Operária Nacional, maioritariamente se opôs à guerra, embora inicialmente mais nas secções do norte do país do que no sul. Com o decorrer do conflito a posição anti intervencionista viria a ganhar cada vez mais

⁸¹ Anti-War Manifesto, fevereiro, 1915, Disponível em < <https://www.marxists.org/archive/malatesta/1915/manifesto.htm> > Acedido em 08/10/2023

⁸² Rosas, Fernando; ROLLO, Fernanda, *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2021, p. 260.

⁸³ Mateus, José Gabriel da Fonseca, “O sindicalismo revolucionário como estratégia dos Congressos Operários (1906, 1913, 1920)”, *Revista Enfrentamento*, ano 7, nº 12, ago./dez. 2012, p. 8-9.

⁸⁴ “Hacia El Desastre”, *Solidariedad Obrera*, Ano III, 3ª época, Nº 64, 6 de agosto, 1914, Barcelona, p.1.

⁸⁵ Levy, Carl, *Currents of Italian Syndicalism before 1926*, *International Review of Social History* 45 (2000), pp. 209–25, p. 213.

popularidade e a envolver a totalidade da confederação operária.⁸⁶ Em Portugal não existia ainda a CGT, que só seria fundada após a guerra em, 1919, mas desde o congresso sindicalista de 1909 que o anarquismo tinha suplantado o socialismo marxista reformista dentro dos sindicatos. Os anarcossindicalista e sindicalistas revolucionário dirigiam grande parte dos sindicatos que desde 1910 tinham formado federações a nível regional e nacional. Em março de 1914, alguns meses antes do começo da guerra, a União Operária foi fundada no Congresso de Tomar, com base no sindicalismo revolucionário e influenciada pelo movimento anarcossindicalista.⁸⁷ Fora dos sindicatos, existiam as diversas federações anarquistas regionais, com mais de uma centena de coletivos existentes.⁸⁸

O movimento marxista em Portugal era bastante mais fraco do que noutros países, centrado no Partido Socialista Português, não tinha representação parlamentar, vinha de anos de perda de influência no movimento sindical para o anarquismo e após o início da guerra acabou por também se dividir perante a questão do intervencionismo. Concluindo esta breve contextualização histórica, definição dos conceitos de anarquismo e antimilitarismo, ilustração da situação internacional, do começo da Grande Guerra e do estado da organização operária e socialista em 1914, poderemos compreender as questões que serão analisadas e interpretadas adiante. Nos meses e anos que precederam o despoletar da Grande Guerra, o movimento operário, quer fosse dirigido por marxistas ou por anarquistas, tinha ameaçado a declaração da greve geral revolucionária, da deserção em massa dos exércitos e com recusa do recrutamento militar obrigatório. No verão de 1914 nada disso se concretizou. Grande parte das classes trabalhadoras apoiou o seu próprio Estado-nação com furor nacionalista e

⁸⁶ Pereira, Joana Dias, *Sindicalismo Revolucionário: A História de uma Idéa*, Lisboa:

FCSH- UNL, 2008 (Dissertação de Mestrado em História Contemporânea), p. 43-48.

⁸⁷ Idem, *ibidem*, 88-91.

⁸⁸ Freire, João, *Freedom Fighters: Anarchist Intellectuals, Workers and Soldiers in Portugal's History*, Black Rose Books, 2021, P. 110.

patriótico, e os partidos socialistas e as confederações sindicalistas revolucionárias mobilizaram-se a favor do esforço de guerra ou foram incapazes de o contrariar.

Em Portugal, a divisão de opiniões não seria imediata, visto que o país só entrou no conflito em 1916, e a mobilização da classe trabalhadora apresentou determinadas idiossincrasias, visto que o território português se manteve longe da ação, excluindo as posses coloniais. Não obstante, os debates nacionais replicaram eventualmente aqueles que se manifestavam nos restantes países, e o movimento anarquista e sindicalista revolucionário seriam agitados pela problemática do intervencionismo *versus* anti intervencionismo.

2. - Os Intervenientes no debate

2.1 Periódicos e respetivos militantes e colaboradores:

Entre 1914 e 1918, durante a Primeira Guerra Mundial, o movimento anarquista ferveceu com os debates internos sobre a problemática do intervencionismo, que como já foi explicado, dividiu o movimento a nível internacional. Numerosas organizações libertárias e militantes participaram nesses mesmos debates, provocando cisões, dividindo opiniões, ferindo sentimentos e sensibilidades e conduzindo a discussões acaloradas entre anarquistas que nos anos que antecederam a guerra tinham muitas das vezes trabalhado lado a lado nos mesmos coletivos, colaborado nos mesmos periódicos revolucionários e militado nos mesmos sindicatos e ateneus.

Devido à crescente influência dos anarcossindicalistas dentro das organizações operárias, que se encontravam já federadas entre si na União Operária Nacional, promovendo as ideias e práticas do sindicalismo revolucionário, o debate alastrou-se a estas mesmas organizações. Os trabalhadores rurais e urbanos, os mais afetados pela guerra, pela carestia de vida e pelo militarismo, estiveram igualmente envolvidos neste debate, que se desenvolveu no seio dos sindicatos de Norte a Sul do país. A influência dos anarquistas no movimento sindicalista revolucionário é visível na forma como a questão intervencionista e militarista são debatidas na imprensa respetiva através dos mesmos termos, conceitos e problemáticas presentes na imprensa libertária.

Foi através dos seus órgãos de imprensa que as organizações e militantes anarquistas e sindicalistas revolucionários apresentaram os seus argumentos e pontos de vista ao público geral, nomeadamente às classes trabalhadoras. Consequentemente, será a partir de alguns destes órgãos que iremos agora analisar esses mesmos pontos de vista, a distinção entre eles e a forma como os debates se desenrolaram e influenciaram os movimentos anarquista e sindicalista. Os periódicos que discutiremos adiante foram selecionados de modo a representar a pluralidade de posições existentes. A popularidade destes periódicos e dos respetivos coletivos, assim como dos militantes por detrás dos mesmos, também influenciaram a sua escolha. Por fim, esta seleção foi determinada com base na representação de diversas geografias e de militantes de

diferentes classes sociais e profissionais. Como tal, iremos agora apresentar um a um os periódicos consultados, respetivos coletivos e os anarquistas e sindicalistas que os produziram, publicaram e divulgaram.

2.2 *Germinal* de Emílio Costa:

“*Germinal*” foi o nome adotado por um coletivo anarquista socialista de Lisboa após o início da Grande Guerra, e responsável pela redação, administração e publicação de um jornal com o mesmo nome ao longo da primeira metade do ano de 1915, e posteriormente uma revista mensal de fevereiro de 1916 até julho de 1917. O grupo “*Germinal*” foi fundado por um conjunto de militantes libertários bastante conhecidos no seio do movimento e maioritariamente oriundos das classes médias e intelectuais, entre os quais se destacava Emílio Costa.

O grupo apresentou-se ao público a 1 de janeiro de 1915 com a publicação da primeira edição do seu jornal, vendido por um centavo cada exemplar e anunciando que seria publicado nos dias 1, 10 e 20 de cada mês. Este cenário não se confirmou, e o jornal acabou por ser regularmente publicado de duas em duas semanas, com edições de 4 páginas. No topo da primeira página o jornal abria com uma frase do anarquista francês Elisee Reclus⁸⁹, “Nenhuma revolução pode fazer-se sem evolução prévia”, aludindo à máxima anarquista do gradualismo revolucionário e da importância de um longo período de educação e evolução revolucionária que conduziria à revolução social.⁹⁰

A referência a Reclus carrega certo simbolismo especial no movimento anarquista português. Este teve um papel importante na propagação das ideias

⁸⁹ Elisee Reclus (1830-1905) foi um geógrafo e militante anarquista, membro da Primeira Internacional e combatente da Comuna de Paris de 1871. Promoveu ideais como o vegetarianismo, o feminismo, o anticolonialismo e a defesa de uma relação mais íntima entre o ser humano e a natureza, além da pedagogia libertária e o amor livre. Mais informações sobre Reclus na obra de Max Netlau, “*A Short History of Anarchism*”.

⁹⁰ *Germinal*, N 1º, Ano I, 1 de janeiro, 1915, Lisboa, p.1.

anarquistas durante a sua visita a Portugal, em 1886 e 1887, no seguimento da qual foram fundadas as primeiras organizações anarco-comunistas no país, o Grupo anarquista-comunista de Lisboa, e o Grupo anarquista-comunista do Porto.⁹¹ Emílio Costa, diretor do jornal “Germinal” e o seu mais frequente colaborador, foi também aluno de Elisee Reclus durante o período em que viveu em França, sendo bastante influenciado pelas suas ideias.⁹²

O Germinal apresentou-se na sua primeira edição coma seguinte declaração:

“Aos seus colegas da imprensa operária, ou afecta ao operariado- socialista, anarquista, sindicalista e independente; aos que lutam pela emancipação humana, em qualquer das suas três formas, económico-social, intelectual e moral: a todos os deserdados, O GERMINAL, envia as suas saudações fraternais.

“⁹³

O jornal tinha muito claramente como publico alvo as classes trabalhadoras, especificamente a classe operária afeta ao movimento socialista anarquista e sindicalista. Como era habitual entre comunistas libertários, o objetivo de emancipação da classe trabalhadora é visto como parte da mais abrangente emancipação de toda a humanidade. No texto intitulado “Leitor”, o grupo expões os motivos por detrás da fundação do jornal e os ideais que inspiram o coletivo, dizendo “Há um bom número d’anos que servimos este ideal – a constituição de uma sociedade livre – e defendemos a sua doutrina – a do comunismo anarquista”.⁹⁴

Nesta mesma introdução ao jornal, o grupo realça a influencia da Grande Guerra na sua fundação e a necessidade sentida pelos membros de corrigir os erros cometidos

⁹¹ Freire, João, *Freedom Fighters: Anarchist Intellectuals, Workers and Soldiers in Portugal’s History*, Black Rose Books, 2021, P. 8-10.

⁹² Costa, Emílio, *Resumo da Minha Vida*, Seara Nova, julho de 1953, p. 67.

⁹³ *Germinal*, N 1º, Ano I, 1 de janeiro, 1915, Lisboa, p.1.

⁹⁴ “Leitor”, *Germinal*, N 1º, Ano I, 1 de janeiro, 1915, Lisboa, p.1.

recentemente pelo movimento anarquista, tais como excessivo dogmatismo, propaganda insuficiente e incapacidade em persuadir os trabalhadores. Do seu ponto de vista, os eventos recentes demonstraram a falta de eficácia nas táticas utilizadas e a importância de desenvolver novas formas de ação com base numa análise científica da realidade existente:

“A guerra europeia veio acabar de nos convencer de que alguns, senão muitos erros se tem praticado, que importa corrigir para o bem do ideal e da doutrina que defendemos. A vida, para nós, é uma serie de experiencias e uma serie de lutas, que constituem lições a aproveitar, conservando-se o que é bom e rejeitando-se o que é mau (...) desde o princípio científico mais fortemente estabelecido até á tática mais comezinha de uma luta ocasional”.⁹⁵

A Grande Guerra e as suas consequências foram efetivamente centrais na fundação do grupo e do periódico, e como veremos a esmagadora maioria das questões abordadas nas suas páginas estão relacionadas precisamente com a guerra e os debates entre internacionalistas e intervencionistas. O *Germinal* posicionou-se, como veremos ao longo deste estudo, do lado intervencionista, sendo de facto o principal defensor desta posição no panorama libertário revolucionário português, embora não o único. Por fim, o grupo alertava para a possibilidade de alguns camaradas considerarem o seu trabalho “nocivo ou inútil”, mas realçando a importância da “harmonia”, “tolerância”, “a máxima autonomia” e a “máxima solidariedade”, de modo a evitar divisões que apenas beneficiariam os seus adversários.⁹⁶

O jornal foi brevemente publicado semanalmente a partir de abril de 1915, mas interrompeu as suas publicações após a edição 19, de dia 30 de maio do mesmo ano, até existir um ambiente mais propício à propaganda das ideias, pois “Continuando a agitação politica a desviar o grande publico da leitura de jornais que fazem propaganda

⁹⁵ Idem, *Idibem*.

⁹⁶ Idem, *Idibem*.

de ideias”, cancelando a publicação prevista para 16 de junho.⁹⁷ A agitação mencionada coincide com a queda da ditadura de Pimenta de Castro algumas semanas antes, num golpe que levou à morte de centenas de pessoas e iniciou um novo período de instabilidade governativa e o regresso do Partido Democrático ao poder.

O *Germinal* retomou as suas publicações em fevereiro de 1916, através de uma revista mensal. Esta revista apresenta em cada uma das suas edições de 36 páginas, reduzido para 32 a partir da edição 13, um trabalho muito mais extenso, pormenorizado e profissional da parte do grupo. Este profissionalismo reflete-se na alargada dimensão das publicações e na apresentação visual, contendo uma capa personalizada. O valor dos exemplares naturalmente aumentou para 5 centavos e a revista apresentava-se agora como “Mensário dedicado aos trabalhadores”.⁹⁸ A 5 de outubro de 1916 o grupo reconstitui-se com o nome de *Grupos de Estudos Sociais “Germinal”*, que se dedicou à edição e venda de obras anarquistas. Também organizou cursos de Sociologia e Ciências Físico Naturais em Associações de Classe operárias, dando aulas aos trabalhadores nas sedes dos seus sindicatos. O grupo referia que “O seu objetivo imediato é desenvolver a cultura da classe trabalhadora” utilizando vários métodos, entre eles “pela instituição e manutenção de cursos populares, como o de Sociologia Elementar e o de Ciências Físico-Naturais, já estabelecidos”.⁹⁹

O “*Germinal*” era impresso nas Oficinas Gráficas na Rua do Poço dos Negros, enquanto a sua redação e administração se encontrava na Rua da Barroca, ambas as ruas naturalmente situadas em Lisboa.¹⁰⁰ Tal como acontecia com a maioria dos periódicos que aqui vamos analisar, o jornal era vendido sobretudo em quiosques e tabacarias, em zonas como a Travessa de São Domingos, Rua da Palma, Largo da Graça,

⁹⁷ *Germinal*, N 19º, Ano I, 30 de maio, 1915, Lisboa, p.1.

⁹⁸ *Germinal*, N 1º, 1 de fevereiro, 1916, Lisboa.

⁹⁹ *Germinal*, N 14º, março, 1917, Lisboa, p.2.

¹⁰⁰ *Germinal*, N 1º, Ano I, 1 de janeiro, 1915, Lisboa, p.1.

Poço dos Negros, Rua da Escola Politécnica, em Alcântara e na Praça do Rio de Janeiro.¹⁰¹ Podemos já apontar que em locais como o quiosque de Alcântara, a Tabacaria Saraiva no Largo de São Domingos e a Tabacaria Vouga na Praça do Brasil, por exemplo, também se vendiam outros jornais libertários, nomeadamente “A Aurora” de modo que podemos assumir que ambos partilhavam o mesmo publico leitor na capital do país. Por fim, este era também vendido no Cais do Sodré.¹⁰²

Pelo que nos foi possível apurar, a divulgação do periódico limitava-se á cidade de Lisboa, de acordo com as informações disponibilizadas pelo mesmo nas suas páginas. Podemos desta forma concluir que não terá tido o mesmo alcance e popularidade nacional dentro do movimento anarquista e sindicalista que iremos ver em periódicos como a “A Aurora” e “A Sementeira”. Relativamente ao publico leitor, tendo em conta a geografia da cidade nesta época, provavelmente situava-se entre as classes trabalhadoras lisboetas, principalmente o operariado. Tabacarias e quiosques correspondiam a locais onde tipicamente eram vendidos os períodos libertários e sindicalistas, disponibilizando-os ao povo da cidade.

No que diz respeito aos militantes que compunham o grupo e que colaboraram mais assiduamente com o mesmo, encontramos um grupo de anarquistas bastante influentes no movimento e autores de uma relevante produção teórica e intelectual. O diretor era o já mencionado Emílio Costa, jornalista e professor anarquista que trabalhou em diversos jornais e revistas e foi autor de uma grande quantidade de textos e contribuições teóricas sobre o anarquismo e o socialismo. Entre estes textos destacam-se “*Ação Direta e Ação Legal*”, “*As Mulheres e o Feminismo*”, “*Sindicalistas e Anarquistas*”¹⁰³ e da primeira biografia portuguesa de Karl Marx, assim como uma

¹⁰¹ *Germinal*, N 6º, Ano I, 14 de fevereiro, 1915, Lisboa, p.4.

¹⁰² *Germinal*, Nº 9, Ano I, 7 de março, 1915, Lisboa, p.4.

¹⁰³ Freire, João, *Freedom Fighters: Anarchist Intellectuals, Workers and Soldiers in Portugal's History*, Black Rose Books, 2021, P. 140-141.

biografia de Lenin que não chegou a ser publicada devido á censura salazarista.¹⁰⁴ Colaborou em periódicos anarquistas e sindicalistas como “Terra Livre”, “A Sementaria”, “A Batalha” e “O Sindicalista” e traduziu algumas das principais obras do sindicalismo revolucionário francês para português no início do século XX.¹⁰⁵

O professor e advogado anarquista Adolfo Lima foi outro dos membros mais influentes da organização. Ao longo da sua vida dedicou-se à promoção da pedagogia libertária, incluindo nas páginas do Germinal, tendo sido um dos dirigentes da Escola Oficina Nº 1 e dos serviços escolares da sociedade “A Voz do Operário”.¹⁰⁶ No campo da advocacia escreveu também alguns contributos para a construção de uma justiça libertária em obras como “O Contrato de Trabalho” que serviu de base para a definição de linhas teóricas do movimento sindicalista associado á CGT.¹⁰⁷

Entre os restantes colaboradores podemos mencionar César Porto, pedagogo libertário que trabalhou na Escola Oficina Nº1 com Adolfo Lima,¹⁰⁸ Severino de Carvalho, intelectual de família burguesa e colaborador na imprensa anarquista e operária,¹⁰⁹ e Mário Costa, editor do jornal e da revista do grupo Germinal, sobre quem não foi

¹⁰⁴ Costa, Emílio, “Resumo da Minha Vida (para dar a conhecer aos filhos)”, *Seara Nova*, Nº 1276-1277, 17 de julho de 1953.

¹⁰⁵ Pereira, Joana Dias, *Sindicalismo Revolucionário: A História de uma Idéia*, Lisboa:

FCSH- UNL, 2008 (Dissertação de Mestrado em História Contemporânea), p.35.

¹⁰⁶ Candeias, António, “A Escola Oficina Nº1: esboço de análise de uma escola alternativa”, *Análise Social*, (1987), 3 (V): 387412.

¹⁰⁷ Freire, João, *Freedom Fighters: Anarchist Intellectuals, Workers and Soldiers in Portugal's History*, Black Rose Books, 2021, P. 141.

¹⁰⁸ Idem, *Ibidem*.

¹⁰⁹ Rodrigues, Edgar, *A Oposição Libertária em Portugal 1939-1974*, Edições Sementeira, Lisboa, 1982.

possível encontrar mais informações. As conclusões que podemos tirar desta análise é a composição de classe do grupo Germinal e a forma como este contrastava com os restantes coletivos que iremos analisar. Todos os integrantes fazem parte da classe média e intelectual, alguns mesmo com origem burguesa, com formação no ensino superior e dedicados às áreas da pedagogia, da advocacia e do ensino. Ou seja, militantes que faziam parte de uma minoria de anarquistas deste período não pertencentes á classe operária. A única exceção entre todos os colaboradores da revista foi Manuel Ferreira Quartel, que contribuiu para a revista em 3 ocasiões, que era trabalhador rural da Associação dos Trabalhadores Rurais de Coruche e viria a abandonar o anarquismo e constar entre os fundadores do Partido Comunista Português.¹¹⁰

2.3 A *Questão Social* de António Gonçalves Correia:

No início de 1916 foi fundado um novo periódico anarquista no sul do país, intitulado “*A Questão Social*”, produzido em Cuba, no Alentejo, inicialmente na tipografia de “A Folha de Beja”. Ao longo do ano o jornal mudou várias vezes de local de impressão, primeiro para Lisboa e a partir da edição 12 para Tomar. A primeira edição do jornal foi publicada no dia 2 de janeiro de 1916,¹¹¹ e manteve a sua publicação semanalmente, todos os domingos, até junho de 1916, com um total de 22 edições. No entanto, não nos foi possível aceder às 3 últimas edições, visto não se encontrarem digitalizadas e não ter sido possível apurar de que forma poderiam ter sido consultadas fisicamente.

Por detrás da fundação e produção de “*A Questão Social*” conta-se um pequeno número de anarquistas, com destaque para António Gonçalves Correia, proprietário do jornal. António Gonçalves Correia nasceu em 1886 no concelho de Castro verde, em São

¹¹⁰ Pina, André Costa, *A Federação Maximalista Portuguesa e a sociogénese do Partido Comunista Português*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Sociologia, setembro de 2018, p. 54.

¹¹¹ *A Questão Social*, Ano 1º, Nº1, 2 de janeiro, Nº 1, 1916, Cuba, p.1.

Marcos da Ataboeira, filho de um sapateiro e uma trabalhadora doméstica. Trabalhou como caixeiro-viajante, vendendo cordoaria, mercearias e madeiras, publicando inclusive anúncios para os seus produtos nas próprias páginas de “A Questão Social”. Viveu em Beja com a mulher e os seus 10 filhos e começou como republicano na sua juventude, tornando-se anarquista por volta dos seus 25 anos de idade. Colaborou num conjunto de periódicos anarquistas e sindicalistas, tais como “A Aurora”, “O Construtor”, “A Batalha” e “Luz ao Povo”.¹¹²

Nos seus escritos, Gonçalves Correia divulgou as ideias do anarquismo, comunismo libertário, vegetarianismo, naturalismo, feminismo, antimilitarismo e tolstoísmo (ideais de Leo Tolstoy e cristianismo anarquista).¹¹³ São estes os tópicos que enchem as páginas de “A Questão Social”, embora com foco especial no antimilitarismo e no anarquismo, visto a sua publicação ter coincidido com o decorrer da Grande Guerra. António Gonçalves Correia fundou duas comunas anarquistas ao longo da sua vida, a Comuna da Luz e a Comuna Clarão, ambas no Alentejo, divulgando a fundação da primeira nas páginas do seu jornal. Foi preso na consequência da Greve Geral de 18 de novembro de 1918 no Vale de Santiago e novamente em 1932 devido à reedição da sua obra de promoção do vegetarianismo intitulada “A felicidade de todos os seres na Sociedade Futura”, apresentada pela primeira vez em 1922 no V Congresso dos Trabalhadores Rurais.¹¹⁴

¹¹² Bicho, Francisca, *Gonçalves Correia: a utopia de um cidadão*, Exposição de 21 de maio a 16 de junho, Biblioteca Municipal de Beja – José Saramago, p. 7-8.

¹¹³ Cristianismo anarquista refere-se a uma corrente do pensamento e prática libertaria influenciado pelas ideias de Leo Tolstoy, que conquistou alguns seguidores na Rússia. Anarquistas cristãos defendiam o pacifismo e a desobediência civil, assim como o vegetarianismo: <https://theanarchistlibrary.org/library/alexandre-christoyannopoulos-christian-anarchism> Acedido em 15/05/2024

¹¹⁴ Idem, *Ibidem*, p. 9-13.

Gonçalves Correia não só promoveu o vegetarianismo e o naturismo como práticas individuais e coletivas através dos seus escritos, como participou no I Congresso Vegetariano Naturista da Península em Lisboa em 1919. Neste mesmo congresso defendeu a proposição “Naturismo e Comunismo: uma aliança sagrada”. Manteve-se um defensor e promotor das ideias anarquistas e sindicalistas ao longo da sua vida, mesmo durante a ditadura do Estado Novo.¹¹⁵

O editor do jornal foi Borralho Lucas até à edição 5 de 30 de janeiro de 1916, a partir da qual foi substituída por Luiz Godinho,¹¹⁶ que também se tornou administrador e gestor na edição 12 de 26 de novembro de 1916,¹¹⁷ por incapacidade de António Gonçalves Correia manter essas funções. Na edição 14 de 9 de abril de 1916 um novo editor é apresentado, com o nome Alves Jorge.¹¹⁸ Não fomos capazes de encontrar informações sobre a vida individual de nenhum destes membros, quer sobre a sua classe social e atividade profissional, quer relativamente ao seu percurso ideológico.

Como era habitual em diversos periódicos desta época, “A Questão Social” abre todas as suas edições com uma citação inspiradora no topo da primeira página, neste caso de um autor não libertário, Guerra Junqueiro, com a frase “há mais luz nas 24 letras do alfabeto do que em todas as constelações do firmamento”. O primeiro artigo do jornal intitulado “Quem somos e o que queremos” apresenta os colaboradores como defensores do amor entre todos os seres, das ideias da liberdade, igualdade económica, sindicalismo, ação direta, solidariedade e anarquismo, escrevendo: “Queremos, por

¹¹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 9-13.

¹¹⁶ *A Questão Social*, Ano 1º, Nº 5, 30 de janeiro, 1916, Cuba, p.1.

¹¹⁷ *A Questão Social*, Ano 1º, Nº 12, 26 de março, 1916, Cuba, p.1.

¹¹⁸ *A Questão Social*, Ano 1º, Nº 14, 9 de abril, 1916, Cuba, p.1.

isso, o triunfo da igualdade economia, cujo meio é a associação de forças, o sindicalismo consciente, de ação direta, e cujo fim reside no formoso ideal anarquista”.¹¹⁹

Entre referencias á fraternidade “que abate fronteiras” e aos princípios de justiça e amor, afirmando que “O nosso jornal é para afastar o odio e para proclamar a harmonia”, promovem “o triunfo da revolução social”, referindo como influencias anarquistas como Kropotkin, Jean Grave, Errico Malatesta e Faure. Resumindo os seus objetivos, os autores referem “a igualdade económica da humanidade e a alimentação racional naturista, da nossa espécie”. Por fim, a questão guerrista e militarista é mencionada, com referências aos tempos “de luto por motivos de ambições desmedidas de tiranos abandonados” e remetendo para os debates dentro do movimento libertário quando afirmam defender a verdade “até mesmo contra os da casa”.¹²⁰

Sobre a questão do patriotismo e internacionalismo, tema de destaque no período da Grande Guerra, afirmam que “O nosso jornal não será patriótico, no sentido básico em que o termos caiu”, reconhecendo no entanto “a saudade que se tem pelo sitio onde se nasce”, e terminando com uma afirmação de fidelidade aos ideias internacionalistas: «A Questão Social» será internacionalista e combaterá as pretensões infames de certos empresários patrioteiros que de tal termo se servem para fins de rapina e de canalhismo miserável”.¹²¹

A partir desta introdução podemos tirar algumas conclusões. “A Questão Social” apresenta-se como um representante de algumas ideias minoritárias dentro do movimento, nomeadamente o vegetarianismo e o naturismo, mas simultaneamente

¹¹⁹ “Quem somos e o que queremos”, *A Questão Social*, Ano 1º, Nº, 2 de janeiro, Nº 1, 1916, Cuba, p.1.

¹²⁰ “Quem somos e o que queremos”, *A Questão Social*, Ano 1º, Nº1,2 de janeiro, Nº 1, 1916, Cuba, p.1.

¹²¹ “Quem somos e o que queremos”, *A Questão Social*, Ano 1º, Nº1, 2 de janeiro, Nº 1, 1916, Cuba, p.1.

mantém-se no campo do anarcossindicalismo e do comunismo libertário, à semelhança da generalidade do movimento anarquista português e do grupo “Germinal”. Aparenta à primeira vista, posicionar-se do lado internacionalista e anti-guerra, mas veremos nos capítulos seguintes que o seu ponto de vista apresenta maior complexidade, aproximando-se mais dos intervencionistas. Nas páginas das edições seguintes, por mais de uma ocasião, Emílio Costa aparecerá a defender as mesmas ideias promovidas no “Germinal”, e António Gonçalves Correia também partilhará visões semelhantes.

Sobre a popularidade do jornal entre os leitores alentejanos e de outras zonas do país, as evidências apontam para que esta tenha sido reduzida. Ao longo da sua existência foram recorrentes as queixas por falta de pagamento de edições enviadas a subscritores, o que contribuiu para as dificuldades financeiras que parecem sempre ter assombrado os editores, rogando por vezes a devolução dos exemplares.¹²² Para além de publicar em Cuba, onde estava sediada a redação até à edição 19 de 21 de maio de 1916, altura em que se muda para Aljustrel, a única referência a outro local de publicação é em Coimbra, na casa de Izaías Pombal.¹²³ As dificuldades financeiras terão sido possivelmente o principal motivo para o fim do jornal. Sendo Cuba uma pequena região rural tradicionalmente agrícola, é provável que parte do público leitor do jornal se encontrasse entre os trabalhadores rurais assalariados, mas tal informação não nos é confirmada pelas fontes.

2.4 A Aurora:

O jornal libertário português “A Aurora” foi fundado poucos meses antes da implantação da República, publicando o seu primeiro número no dia 10 de julho de 1910. O periódico resulta de um projeto dos mesmos membros que previamente tinham constituído o grupo “A Vida”, organização anarquista portuguesa, extinta em 1909,

¹²² *A Questão Social*, Ano 1º, Nº 10, 5 de março, Nº 1, 1916, Cuba, p.3.

¹²³ *A Questão Social*, Ano 1º, 21 de maio, Nº 19, 1916, Cuba, p.1.

liderado por António Alves Pereira.¹²⁴ O levantamento revolucionário da Catalunha de 26 de julho de 1909, no contexto da Guerra em Marrocos, mais especificamente Melilla, foi evocado pelos membros como inspiração para a fundação de “A Aurora”. Os militantes formaram também o Grupo Aurora Social, dedicado a distribuir circulares em associações de classe, organizando uma sociedade de instrução livre e social para operários e várias escolas racionalistas. O Grupo de Propaganda Libertária do Porto estava simultaneamente associado a “A Aurora”, dedicando-se este principalmente à difusão das ideias anarquistas e sindicalistas revolucionárias nas organizações operárias do norte.¹²⁵

A primeira edição do jornal refere imediatamente a sua ligação com a extinta “A Vida”, tanto por estar sinalizada como fazendo parte da II serie, como por anunciar na primeira página, “A “Vida” suspende a sua publicação”. O proprietário e diretor nesta altura é ainda António Alves Pereira, com redação e administração sediadas na Rua da Bainharia e a compra e impressão organizada na Rua dos Mercadores.¹²⁶ “A Aurora” foi um dos mais influentes periódicos anarcossindicalistas do movimento em Portugal. Manteve-se em atividade entre 1910 e 1919, e posteriormente sobreviveu num novo formato e com novo nome, “A Comuna”, entre 1920 e 1926. Foi, portanto, um dos periódicos anarquistas do país que se manteve ativo durante mais tempo, desde o final

¹²⁴ *A Aurora*, Serie II^o, Ano I, 10 de julho, 1910, Porto, p.1.

¹²⁵ Cruz, Manuel Carvalho Ferreira, *O Movimento Libertário Portuense à Luz do periódico - A Aurora (1910-1919)*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Dissertação de Mestrado, p. 27-28. Disponível em: < <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/66256> >

¹²⁶ *Aurora*, Serie II^o, Ano I, 10 de julho, 1910, Porto, p.1.

da monarquia até á queda da Primeira República, o que também demonstra a sua relevância no movimento e popularidade.¹²⁷

A venda do jornal ocorreu num grande número de localidades ao longo da sua história, tanto na cidade do Porto como em Lisboa, mas são mencionados principalmente a Tabacaria Prazeres no Largo da Graça, Tabacaria Vouga na Rua da Prata, a Tabacaria Saraiva na Travessa de São Domingos, no Quiosque de Alcântara, e na Tabacaria e Papelaria de António Lopes G. Da Costa na Rua do Loreto. No Porto a sua venda alastrava-se ainda a quiosques na Praça Carlos Alberto, em Costa Cabral e às zonas de Santo Ildefonso e Sá da Bandeira. Fora das duas maiores cidades do país, a “Aurora” foi vendida em Aveiro e Beja.¹²⁸ Manteve relações próximas com vários outros jornais e revistas libertários e operários do país, como são exemplo o “Terra Livre”, “A Sementeira” e “A Greve”, todos de Lisboa. Este último, que ainda iremos analisar, enquanto jornal operário e promotor do sindicalismo revolucionário, regularmente publicitava o jornal “A Aurora” e as suas próprias edições eram vendidas na sede da mesma.

Olhando para as localidades da cidade do Porto nas quais o jornal era produzido e vendido, através de uma história da geografia da cidade e da sua composição em termos de classes sociais, podemos concluir que o publico alvo do jornal e aquele que consumia o mesmo era sem dúvida a classe trabalhadora. Em Santo Ildefonso, Cedofeita junto á Praça Carlos Alberto, em Costa Cabral, na Rua dos Mercadores e na Bainharia, todas estas zonas eram tipicamente residenciais da classe operária portuense no início do século XX, ou sediavam cooperativas de trabalhadores, sindicatos operários, juventudes sindicalistas e diversas outras organizações libertárias. A própria sede de “A

¹²⁷ Freire, João, *Freedom Fighters: Anarchist Intellectuals, Workers and Soldiers in Portugal's History*, Black Rose Books, 2021, P. 199.

¹²⁸ Santos, Maria Manuela Lima; Ribeiro, Olga Maria Vasco, “A Aurora e o antiguerrismo (1914-1918). AA.VV., Portugal na Grande Guerra”, “*Guerristas e Antigueristas*”, Lisboa, CH-UL, 1986, p. 72.

Aurora”, na Rua da Bainharia, era vizinha da sede da Associação de Classe dos Tipógrafos do Porto, o que explica talvez o porquê de ser desta classe que originam dois dos principais membros do grupo, António Alves Pereira e Clemente Vieira dos Santos.¹²⁹

O novo grupo introduz-se na primeira edição através do artigo intitulado “Reaparece A Aurora”, no qual expõe os seus ideias libertários e a oposição ao Estado e à Igreja, denunciando a ligação intrínseca entre estas duas instituições opressoras, na mesma linha argumentativa de influentes anarquistas como Bakunin. Os militantes declaram estar empenhados “na propagação do bem e na destruição de tudo quanto é mau”, denunciando a sociedade existente como criminosa, “creada por deus para a gloria do estado, e amparada pelo estado para gloria de deus”. Neste sentido, “A «Aurora» combaterá (...) todos os deuses e todos os estados quer seja um deus mitológico, teológico ou metafísico; quer seja um estado monárquico, republicano ou social-democrata.” Nesta primeira aparição em publico, terminam com a promessa de combater toda a reação “inspirados no sublime ideal da Anarquia” e procurar educar o povo, sendo este o único capaz de conduzir á felicidade de toda a humanidade.¹³⁰

Em 1914, com o começo da Grande Guerra e o início das polémicas discussões em volta do intervencionismo ou antimilitarismo internacionalista, “A Aurora” ficará do lado internacionalista, combatendo as ideias intervencionistas dentro do movimento anarquista e sindicalista revolucionário. Enquanto o “Germinal” representou o principal defensor das ideias intervencionistas entre os anarquistas de portugueses, “A Aurora” desempenhou o mesmo papel no lado oposto da barricada. As páginas de ambos os periódicos frequentemente foram utilizadas como espaço de discussão entre os dois grupos, procurando rebater e criticar as posições um do outro. Se o “Germinal” se

¹²⁹ Freire, João; LOUSADAS, Maria Alexandra Lopes Campanhã, *Roteiros da Memória Urbana – Porto: marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*, Edições Colibri, outubro, 2013, p. 21-41.

¹³⁰ “Reaparece A «Aurora», *Aurora*, Serie II^o, Ano I, 10 de julho, 1910, Porto, p.1.

posicionou com Kropotkin, “A Aurora” promoveu os escritos de Malatesta. “A Aurora” via apenas duas posições perante o conflito militar internacional: encará-lo como o resultado de um estágio degradado do imperialismo e contribuir para o acelerar, ou condenar o conflito e o regime capitalista totalitário que o alimentava. Ao longo deste estudo iremos aprofundar esta visão em toda a sua complexidade e diversidade de temáticas relacionadas.¹³¹

“A Aurora” publicava-se, por norma, todas as quintas-feiras, variando de formato, número de páginas e conteúdo, consoante os meios materiais e humanos à sua disposição, embora de modo geral cada edição fosse composta por quatro páginas. A direção do jornal manteve-se nas mãos de Alves Pereira até março de 1917. A partir desse momento é substituído por Manuel Joaquim de Sousa e 1 ano depois o jornal passa para as mãos de A. Gomes do Amaral. A posição de editor alternou entre Maciel Barbosa e Norberto Teixeira. Entre os fundadores e colaboradores do grupo constavam ainda Clemente Vieira dos Santos, Anthero de Brito e Leopoldo Bonafulla.¹³²

À semelhança dos problemas que encontramos relativamente a alguns dos restantes periódicos aqui estudados, não foi possível encontrar informações biográficas sobre todos os principais membros e colaboradores do grupo. No entanto, possuímos informação suficiente para apresentar uma imagem daquilo que terá sido a origem de classe dos mesmos, qual o seu percurso político e social, e desta forma apresentar uma interpretação dos factos, mesmo que limitada.

De acordo com Clemente Vieira dos Santos, um dos membros do grupo, António Alves Pereira nasceu no Porto a 3 de setembro de 1885, de origem humilde, e estudou na Escola Industrial do Infante D. Henrique, especializado na profissão de litógrafo

¹³¹ Santos, Maria Manuela Lima; RIBEIRO, Olga Maria Vasco, “A Aurora e o antiguerrismo (1914-1918). AA.VV., Portugal na Grande Guerra”, *“Guerristas e Antigueristas”*, Lisboa, CH-UL, 1986, p. 72.

¹³² Idem, *Ibidem*.

estampador, de que foi mestre. Trabalhou ainda no jornalismo, utilizando o pseudónimo de Alfredo Guerra. Realizou palestras sobre anarcossindicalismo, promovendo as ideias libertárias e estudando a filosofia de uma vasta gama de pensadores libertários ou associados às ideias libertárias, tais como Stirner, Godwin, Proudhon, Malatesta, Bakunin e Kropotkin. Traduziu e publicou artigos e contos de autores espanhóis e franceses e organizou um Almanaque de “A Aurora”.¹³³

Enquanto operário Alves Pereira foi militante sindicalista na Associação de Classe dos Litógrafos do Porto e terá representado esta mesma associação nos Congressos Nacional Operários da CGT e no Congresso de Artes Gráficas, em Santarém, em 1924. Nesse mesmo ano participou na Conferência Gráfica em novembro na Casa do Povo Portuense, e apresentou um trabalho intitulado “Os Conselho Técnicos e os Conselhos de Fábrica”. Previamente no contexto da Primeira Guerra Mundial, Alves Pereira representou a Organização Anarquista do Norte no Congresso Internacional Pró-Paz de Ferrol em 1915, sendo depois preso na fronteira portuguesa juntamente com os restantes delegados. Voltaria a ser preso no período da ditadura do Estado Novo.¹³⁴

Um nome incontornável do Grupo Aurora Social, de Propaganda Libertária, e de todo o movimento anarcossindicalista português era Manuel Joaquim de Sousa, que já mencionamos no seu papel de curta duração como diretor do jornal. Manuel Joaquim de Sousa nasceu no Porto em 1883, filho de um operário e irmão mais novo de operários

¹³³ Dados recolhidos em http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/AHS_JPG/C_Militantes/CSC%20Clemente%20Vieira%20Odos%20Santos/Biografia/ Acedido em 24/05/2024

¹³⁴ Dados recolhidos em http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/AHS_JPG/C_Militantes/CSC%20Clemente%20Vieira%20Odos%20Santos/Biografia/ Acedido em 24/05/2024

igualmente militantes socialistas e anarquistas.¹³⁵ Começou a trabalhar muito jovem como sapateiro, por volta dos 12 anos, e aprendeu a ler e escrever nas fraternidades sindicais do setor do calçado. Participou na greve geral do Porto de 1903, nos Congressos Sindicalistas de 1909 e 1911¹³⁶, e foi eleito secretário-geral da União Operária do Porto.¹³⁷

Foi ao longo da sua vida um dos principais dirigentes sindicais portuenses e em 1919, no Congresso de Coimbra, no qual foi fundada a Confederação Geral do Trabalho, foi eleito secretário-geral da organização que confederou pela primeira vez todas as uniões e federações sindicais de Portugal. Foi autor de um conjunto de artigos e textos dedicados à teoria e história do anarquismo e do sindicalismo em Portugal, tais como *“Sindicalismo e Ação Direta”*, *“O Sindicalismo em Portugal”* e *“Últimos Tempos de Ação Sindical Livre e do Anarquismo Militante”*. Além de fazer parte do Grupo Aurora Social desde a sua fundação, foi redator do jornal *“A Batalha”* e um dos fundadores da Federação Anarquista Ibérica. Morreu em 1944, em pleno Estado Novo.¹³⁸

O último dos militantes do Grupo Social Aurora que fomos capazes de investigar é Clemente Vieira dos Santos, o autor da curta biografia de António Alves Pereira que referenciamos neste capítulo. Tal como Alves Pereira, Vieira dos Santos foi operário das Artes Gráficas, tendo sido membro da Liga das Artes Gráficas do Porto. Da mesma forma que os seus camaradas, nasceu na cidade do Porto, com origem humilde, segundo Edgar

¹³⁵ Sousa, Manuel Joaquim, *Últimos Tempos de Ação Sindical Livre e do Anarquismo Militante*, Antígona, 1989, p. 143-151.

¹³⁶ Sousa, Manuel Joaquim, *Sindicalismo em Portugal*, Afrontamento, 1972, p. 80-88.

¹³⁷ Freire, João; Lousadas, Maria Alexandra Lopes Campanhã, *Roteiros da Memória Urbana – Porto: marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*, Edições Colibri, outubro, 2013, p. 75-76.

¹³⁸ Idem, *Ibidem*.

Rodrigues, dedicando-se à profissão de tipógrafo. No campo do jornalismo colaborou principalmente para “A Aurora” e a “Comuna”, mas também em vários outros periódicos libertários e operários, tais como “Terra Livre” e inclusivamente alguns jornais estrangeiros. Faleceu em 1960 sem ver a queda da ditadura em Portugal.¹³⁹ Sobre os restantes militantes mencionados como membros de “A Aurora”, sabemos apenas que Maciel Barbosa trabalhou como operário e foi membro da Associação de Classe dos Marceneiros do Porto.¹⁴⁰

Já vimos que “A Aurora” era produzida e divulgada no seio da classe operária, nos espaços por ela frequentados, e nas sedes das suas organizações operárias. Tendo visto a biografia dos seus principais militantes, podemos concluir no mesmo sentido que “A Aurora” é efetivamente um periódico operário. Não só era dirigido e dedicado à classe operária, e popular entre esta mesma classe, mas era simultaneamente produzido por membros da classe operária. António Alves Pereira, Clemente Vieira dos Santos, Manuel Joaquim de Sousa e Maciel Barbosa eram todos eles operários e militantes sindicalistas, e alguns foram mesmo dirigentes sindicais. Para terminar, é possível constatar que “A Aurora” e o “Germinal” não divergiam apenas nas suas opiniões relativamente à postura dos anarquistas perante a Grande Guerra, como divergiam na sua composição de classe, classe operária e classe média intelectual respetivamente.

2.5 A Sementeira:

“A Sementeira” é o título de uma revista anarquista fundada na cidade de Lisboa em 1908 e que se manteve ativa até 1919, salvo uma interrupção prolongada entre

¹³⁹ Rodrigues, Edgar, *A Oposição Libertária em Portugal 1939-1974*, Edições Sementeira, Lisboa, 1982.

¹⁴⁰ Cruz, Manuel Carvalho Ferreira, *O Movimento Libertário Português à Luz do periódico - A Aurora (1910-1919)*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Dissertação de Mestrado, p. 46. Disponível em: < <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/66256> > Acedido em 24/05/2024

março de 1913 e dezembro de 1915. Foi o periódico anarquista que atingiu maior longevidade na história do movimento em Portugal, se considerarmos periódicos que mantiveram o nome e formato ao longo da sua existência. Foi publicado em quatro volumes, o primeiro entre setembro de 1908 e agosto de 1911, o segundo entre setembro de 1911 e março de 1913, momento no qual interrompe a sua publicação durante mais de 2 anos. O terceiro volume será publicado entre janeiro de 1916 e dezembro de 1917 e o quarto volume entre janeiro de 1918 e agosto de 1919.¹⁴¹

A revista tinha como descrição na sua primeira página “Publicação Mensal Ilustrada – Crítica e Sociologia”, e ao longo da sua história focou as suas publicações num conjunto de temáticas que João Freire identificou como sendo a afirmação de princípios ideológicos e organizativos anarquistas, as questões internacionais como a guerra, as repressões e as revoluções na Rússia em 1905 e 1917, México em 1910 e Alemanha, e por fim, a atualidade política nacional. Neste último ponto a questão da república e da repressão anti anarquista e anti sindicalista operária são os assuntos mais discutidos em “A Sementeira”, excluindo os primeiros dois anos de atividade da revista, ainda durante a vigência da monarquia. As diversas lutas dos trabalhadores e sindicatos em Portugal, França e Inglaterra são tópicos regularmente noticiados.¹⁴²

“A Sementeira” destaca-se de muitos dos restantes periódicos não só pela sua longevidade e influencia no movimento, que veremos mais adiante, mas também pela grande variedade de temas abordados nas suas páginas e pela pluralidade de posições que nelas encontraram espaço ao longo dos anos. A pedagogia libertária¹⁴³ foi promovida em conjunto com as ideias sindicalistas revolucionárias e comunistas

¹⁴¹ Freire, João, “«A Sementeira», do Arsenalista Hilário Marques”, *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3.º-4.º, 767-826, p. 767-768.

¹⁴² Idem, *Ibidem*, p. 768-770.

¹⁴³ Lima, Adolfo, “Lição de Pedagogia e Pedagogia Experimental”, *A Sementeira*, Nº27, Ano III, Serie 1, novembro de 1910, Lisboa, P.2-3

libertárias e de emancipação da mulher, como estando interrelacionadas.¹⁴⁴ As ciências naturais e humanas, tais como a biologia e a história eram discutidas na sua relação com os ideais de libertação humana, através do combate a ideias pseudocientíficas como o darwinismo social¹⁴⁵ e a antropologia criminal,¹⁴⁶ por exemplo.

A divulgação histórica focava-se nomeadamente em artigos sobre a história da classe trabalhadora, dos movimentos sindicais, anarquistas, socialistas e na publicação de pequenas biografias, não só de personalidade importantes do movimento anarquistas e socialistas como Kropotki e Blanqui, mas também de Marie Curie, Charles Darwin e Henrik Ibsen. Por fim, peças de teatro e textos de autores estrangeiros encheram as colunas de “A Sementeira”.¹⁴⁷

Na questão do intervencionismo versus antimilitarismo e internacionalismo que dividiu anarquistas, socialistas e sindicalistas durante a Grande Guerra, “A Sementeira” posicionou-se indubitavelmente do lado antimilitarista. No entanto, veremos adiante que esta revista manifestou algumas peculiaridades que a diferenciam de outros periódicos anarquistas e sindicalistas revolucionários do período.

A redação, administração e tipografia da revista estavam sediadas na Rua das Salgadeiras e a sua impressão era realizada na Rua do Diário de Notícias.¹⁴⁸ Novamente através do trabalho de João Freire sabemos que “A Sementeira” era mais vendida nos

¹⁴⁴ Freadom, “Os métodos anarquistas no sindicalismo revolucionário”, *A Sementeira*, Nº40, Ano IV, Serie 1, janeiro de 1912, Lisboa, P.4-5

¹⁴⁵ Delage, Y; Goldsmith, M, “O Darwinismo”, *A Sementeira*, Lisboa, Nº35, Ano III, Serie 1, julho de 1911, Lisboa, P.3-4

¹⁴⁶ Gori, Pietro, “Da evolução da sociologia criminal”, *A Sementeira*, Nº21, Ano III, Serie 1, março de 1911, Lisboa, P.7-8

¹⁴⁷ Freire, João, “«A Sementeira», do Arsenalista Hilário Marques”, *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3.º-4.º, 767-826, p. 770

¹⁴⁸ *A Sementeira*, Ano I, Nº 1, setembro de 1908, Lisboa, p.1.

meios operários das cidades do Porto, Lisboa e Coimbra. Administrações de outras revistas e jornais libertários, tais como “A Aurora” e “A Vida” no Porto, na Casa do Trabalhador em Coimbra e locais públicos e quiosques em Lisboa, eram os principais locais onde se podia comprar a revista. Esta encontrava-se, portanto, disponível ao público em geral, apesar da sua maior difusão entre os meios operários e libertários. A sobrevivência da revista encontrava-se dependente, não só do apoio financeiro dos membros da revista e militantes libertários, mas também de donativos de leitores da mesma e simpatizantes. A revista recebia ainda apoio financeiro de portugueses emigrados no Brasil e Estados Unidos, demonstrando que esta teria algum alcance internacional, que era reforçado pelas relações de “A Sementeira” com outras revistas e jornais libertários estrangeiros.¹⁴⁹

A revista estreou em setembro de 1908, no contexto do intensificar de propaganda anarquista que se fez sentir no rescaldo do regicídio de fevereiro do mesmo ano. Na primeira edição, a redação da revista apresenta o caráter da mesma e os seus objetivos. Os autores realçam o objetivo de combater “as mentiras económicas, políticas e religiosas”, que afligem a população e que permitem a manutenção do estado de coisas a nível social. Invocando a ideia de Bakunin de destruição criativa, os autores apontam querer colaborar na parte “demolidora e reconstrutiva” na obra de “saneamento moral e social”. Define como métodos de ação propagar ideias e definir os princípios defendidos por anarquistas como Malatesta, Kropotkin, Malato e Grave. Defendem que a base da sociedade igualitária e livre do futuro terá de assentar no “livre acordo dos indivíduos conscientes” e na intolerância perante a “opressão política e autoritária”. Termina esta primeira aparição declarando que “a república, o socialismo ou a anarquia, terão tanto mais rápida realização quanto mais numerosa e intensiva for a propaganda desenvolvida pelos adeptos de qualquer dessas escolas”. Contra toda a

¹⁴⁹ FREIRE, João, “«A Sementeira», do Arsenalista Hilário Marques”, *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3.º-4.º, 767-826, p. 782.

“ação patronal e governamental”, “A Sementeira” defende uma vida “sem exploração e sem opressão de quaisquer espécies”.¹⁵⁰

Relativamente aos autores da revista e seus proprietários, a sua composição de classe e profissão surge mais heterogénea do que nos periódicos que até aqui analisamos, além de apresentar um vasto leque de colaboradores. O fundador e proprietário foi Hilário Marques operário arsenalista que participou na fundação de outros grupos anarquistas, como o grupo “Ação Direta”, que editou obras de Kropotkin, Malatesta e Cláudio de Lisle. Lima Costa desempenhou o papel de tipógrafo, mas sobre este militante não encontramos qualquer tipo de informação. Sabemos que entre os colaboradores do projeto de destacaram Ismael Pimentel, Neno Vasco, Emílio Costa e Alexandre Vieira.¹⁵¹

Ismael Pimentel desempenhou o cargo de editor da revista a partir de novembro de 1910, escreveu artigos para a mesma sob o pseudónimo de Ismaelita e exerceu a profissão de farmacêutico. Colaborou em vários outros periódicos anarquistas, tais como o “Terra Livre”.¹⁵² Entre os colaboradores que publicaram com maior ou menor frequências os seus artigos na revista, estão incluídos o médico Afonso Manaças, o advogado Sobral de Campos, o economista José Carlos de Sousa e Campos Lima. Campos Lima foi o militante libertário mais influente no movimento português, exerceu a posição de advogado e escreveu um conjunto vasto de obras dedicadas ao anarquismo e sindicalismo.¹⁵³ Todos estes anarquistas se inserem no grupo dos intelectuais que colaboraram na revista “A Sementeira”.

¹⁵⁰ *A Sementeira*, Ano I, Nº 1, setembro de 1908, Lisboa, p.1.

¹⁵¹ FREIRE, João, “«A Sementeira», do Arsenalista Hilário Marques”, *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3.º-4.º, 767-826, p. 773-803.

¹⁵² *Idem, Ibidem*, p. 774.

¹⁵³ *Idem, Ibidem*.

Neno Vasco, era um intelectual, e um dos mais brilhantes teóricos anarquistas do movimento anarquista em Portugal. Nasceu em Penafiel, mas viveu alguns anos no Brasil, onde militou em vários órgãos de imprensa libertaria brasileira, reforçando o internacionalismo que unia Portugal e Brasil, sendo ele próprio luso-brasileiro. No Brasil destacou-se pela sua participação no jornal “Amigo do Povo” e em Portugal escreveu para um grande número de periódicos, tais como “A Sementeira” e “A Comuna”, da cidade do Porto. Produziu obras de teoria anarquista e sindicalista revolucionária que sistematizaram coerentemente as ideias anarquistas socialistas, com destaque para “Conceção Anarquista do Sindicalismo”, “Sindicalismo e Anarquismo” e “Os Anarquistas no Movimento Operário”. No período da Grande Guerra, escreveu diversos artigos antimilitaristas e anti intervencionistas, como “O anão vai para a guerra” e “A Conflagração Europeia”. A nível de relações internacionais, trocou correspondência com o italiano Malatesta e brasileiros, como Edgar Leuroth.¹⁵⁴

Os dois últimos militantes mencionados são casos especiais. Alexandre Vieira não se autoidentificava abertamente como anarquista, mas apenas como sindicalista revolucionário, mas colaborou ao longo da sua vida em diversos jornais e revistas anarquistas, entre os quais constou “A Sementeira”. Escreveu ainda para “A Batalha” e dirigiu o jornal sindicalista revolucionário “O Sindicalista”, além de ter sido um ativo militante sindicalista tipógrafo e membro da comissão administrativa da União Operária Nacional em 1917. Mas a participação de Alexandre Vieira na revista foi apenas casual, visto que este não se identificava como anarquista, mas apenas como sindicalismo revolucionário.¹⁵⁵

Sobre Emílio Costa já falamos previamente, e aqui notamos que foi um dos militantes que mais defendeu a tese intervencionista encontrou espaço para defender

¹⁵⁴ Samis, Alexandre Ribeiro, *A minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o anarquista e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*, 1ª edição, Lisboa, Letra Livre, 2009.

¹⁵⁵ Vieira, Alexandre, *Em Volta da Minha Profissão: subsídios para a história do movimento operário no Portugal Continental*, Edição do Autor, Lisboa, 1950.

essa mesma tese nas páginas de “A Sementeira”, já em plena Grande Guerra, apesar de tal contrariar a posição antimilitarista e internacionalista da revista.¹⁵⁶

A partir daqui podemos tirar algumas conclusões relevantes para o nosso estudo. “A Sementeira” foi produzida principalmente pelo operário Hilário Marques, mas teve como colaboradores um alargado número de militantes, entre os quais se destacaram tanto militantes operários, como militantes intelectuais. O público alvo da revista era claramente as classes trabalhadoras, nomeadamente o operariado, e foi nesses meios que o periódico se difundiu, influenciando as ideias que circulavam nos meios sindicais. Por fim, não deixa de ser relevante mencionar a maior abertura da revista perante posições divergentes dentro do movimento anarquista. Emílio Costa já colaborava com a revista desde os primeiros anos da sua existência, e apesar de todas as cisões, cortes de relação e mal-estar que a Grande Guerra provocou, continuou a ter liberdade para promover as suas visões pessoais em “A Sementeira”.

2.6 A Greve:

O último periódico que iremos considerar no contexto do debate de diferentes posições do movimento anarquista e sindicalista revolucionário português durante a Grande Guerra, é o semanário operário lisboeta “A Greve”. O jornal foi fundado originalmente com o mesmo nome em 1908, enquanto órgão do Grupo de Propaganda Social, tendo como redator principal Alexandre Vieira, de quem já falamos. Este periódico foi fundado como colaboração de operários, nomeadamente tipógrafos, tanto anarquistas, como socialistas e sindicalistas, inspirado pelas ideias do sindicalismo revolucionário francês.¹⁵⁷ No verão de 1917 o jornal renasce com novos militantes por detrás do projeto e com novos objetivos.

¹⁵⁶ Costa, Emílio, “Palavras Ao Vento”, *A Sementeira*, Nº4(56), Ano 1º, 2ª Serie, abril de 1916, Lisboa, P.1-2.

¹⁵⁷ Pereira, Joana Dias, *Sindicalismo Revolucionário: A História de uma Idéia*, Lisboa:

FCSH- UNL, 2008 (Dissertação de Mestrado em História Contemporânea), p. 33-37.

O jornal manteve-se propriedade do Grupo de Propaganda Social A Greve, e começou a publicação com “Ano 1 (serie2)” em , sinalizando a continuidade com a velha versão do periódico. O redator principal nesta época era Carlos José de Sousa e o editor J. Fernandes dos Santos, ambos operários tipógrafos das Artes Gráficas. Não foi possível encontrar informação detalhada sobre estes militantes, nem sobre outros autores que recorrentemente publicaram no jornal, de modo que nos iremos basear apenas naquilo que conseguimos apurar sobre o Grupo de Propaganda. Primeiro de tudo, era formando inteiramente por operários gráficos e impresso na Tipografia da Associação de Classe dos Compositores, da qual os militantes do grupo faziam parte. O subtítulo de “Semanário Operário” desta forma sinalizava não só qual o publico alvo do periódico, mas também a que classe social pertenciam os seus editores, a classe operária. Era também na Tipografia da Associação de Classe dos Compositores que estava sediada a redação e administração, de modo que o periódico funcionava regularmente como órgão de imprensa desta associação de classe, além de órgão de propaganda dos ideais do sindicalismo revolucionário e anarcossindicalista que nesta altura orientavam as práticas da maior parte da organização sindical nacional, na União Operária Nacional.¹⁵⁸

A orientação ideológica do Grupo de Propaganda Social A Greve não era assumidamente anarquista ou marxista, mas certamente aproximava-se mais do anarquismo comunista libertário do que da ideologia dos partidos socialistas. A ideologia anarquista influenciava o seu conceito de sindicalismo, assim como as suas visões antimilitaristas, de libertação das mulheres e luta internacionalista. Este facto não impedia, no entanto, que os autores se inspirassem também na filosofia política de Karl Marx. Em outubro de 1917 o jornal “A Greve” apontava num dos seus artigos relacionados com a carestia de vida e a agitação social revolucionária que:

“A Revolução Franceza do seculo XVIII teve o seu início na falta pão. Ela originou uma maior intensificação do descontentamento contra a realeza, e o materialismo histórico de Carlos Marx tem ali uma confirmação, pois todos os

¹⁵⁸A Greve Ano 1, 2º Serie, Nº 3, 19 de agosto de 1917, Lisboa.

sucessos políticos depois ocorridos tiveram um início verdadeiramente económico”.¹⁵⁹

A mútua influência do marxismo e do anarquismo na ideologia do periódico pode ser interpretada quando, ao falar dos “precedentes da revolução russa”, são mencionados lado a lado Marx e Bakunin.¹⁶⁰

A defesa de algumas das ideias marxistas nunca foi contraditório com a ideologia anarquista, tópico abordado por anarquistas como Luigi Fabbri.¹⁶¹ E foi a ideologia anarquista aquela que conduziu os escritos do periódico, enquanto forte aliada do sindicalismo revolucionário. Logo nos primeiros números do periódico é um publicado em diversas partes um artigo intitulado, “O ideal anarquista”, no qual são enaltecidos os escritos de “Krapotkine, Gorki, Faure”. O autor do artigo afirma “É assim que a filosofia anarquista quer para todos os homens a máxima liberdade, igualdade e fraternidade. A cada um segundo as suas necessidades; de cada um segundo as suas

¹⁵⁹A *Greve*, Ano 1, 2ª Serie, Nº 12, 28 de outubro de 1917, Lisboa, p. 1.

¹⁶⁰“Duas Revoluções”, *A Greve*, Ano 1, 2ª Serie, Nº 27, 17 de fevereiro de 1918, Lisboa, p. 1.

¹⁶¹ “Nós não somos marxistas. Mas seria erróneo tomar o marxismo como termo de diferenciação entre o anarquismo e o socialismo. Poder-se-ia teoricamente em rigor ser anarquista e marxista, e vice-versa, ser socialista anti-anárquico e não marxista. É claro que por marxismo entendemos aqui o complexo de teorias desenvolvidas por Marx nas suas obras (materialismo histórico, luta de classes, concentração capitalista, mais-valia, etc.), e não as abordagens políticas práticas do segundo período da sua atividade, desenvolvida em grande parte para combater a corrente anarquista da Internacional. De facto, teoricamente, nas ideias dos vários escritores socialistas e anarquistas, nem sempre houve absoluta incompatibilidade entre anarquismo e marxismo.” FABBRI, Luigi, *O marxismo e a ideia de ditadura*, 1921, Disponível em: < <https://ultimabarricada.wordpress.com/2020/06/22/o-marxismo-e-a-ideia-da-ditadura-luigi-fabbri/> > Acedido em 15/05/2024

forças, eis aí o lema do ideal anarquista”, relacionando o anarquismo com o comunismo.

162

As críticas ao partido socialista português pelo seu eleitoralismo, reformismo e pelas suas posições perante a Grande Guerra são recorrentes, sempre de uma perspectiva anti estatal e sindicalista. E é através do sindicalismo e das táticas de luta contra os problemas imediatos das classes trabalhadoras, que a influencia do anarquismo entre os autores mais claramente é expresso. Ao discutir como solucionar a questão da carestia de vida, no inverno de 1918, “A Greve” lamenta que em todas as soluções apresentadas pelas diversas escolas políticas “a ideia geratriz, a ideia mater consiste no apelo aos governantes, na intercessão estatal, na interferência autoritária”. Em contraste, propõe que a solução deve partir da própria ação dos trabalhadores fora do Estado e contra o Estado, parafraseando Bakunin, “o problema das subsistências (...) tem, não podia deixar de ter, uma solução – solução extra-legal, fora e contra todos os governos – que é anti-autoritária e anti-estatal, e que só será resolvida pela ação revolucionária dos trabalhadores.”. Concluindo a análise da incapacidade do governo e dos capitalistas em resolver os problemas por si provocados, os autores, mencionando a inspiração nos eventos da revolução russa, remata com “Expropriação diária, constante, e intensa agitação, tendendo a criar na opinião popular uma consciência firme da solução social e económica, que libertará as massas trabalhadoras da opressão capitalista e governamental”.¹⁶³

A tática da expropriação direta dos meios de produção pelos trabalhadores foi expandida posteriormente no artigo “A Greve Geral Expropriadora”, juntamente com a critica dos métodos dos partidos políticos parlamentares. Este texto começa imediatamente com essa mesma crítica, apontando:

¹⁶² J.G., “O ideal anarquista”, *A Greve*, Ano 1, 2ª Serie, Nº 3, 19 de agosto de 1917, Lisboa, p. 4.

¹⁶³ “Magno Problema”, *A Greve*, Ano 1, 2ª Serie, Nº 26, 10 de fevereiro de 1918, Lisboa, p. 1.

“Acordando em que pela ação parlamentar, pelo moderantismo exagerado dos partidos sociais-democratas, aburguesados muito além de um ponto rasoável, jamais veríamos a Revolução Social realizada, as classes trabalhadoras elaboraram, perante a necessidade de agir num futuro muito próximo, uma nova tática, um novo método de ação: a Greve Geral Expropriadora”.¹⁶⁴

O momento propício para esta ação direta revolucionária do proletariado, no contexto da época, seria após o retorno dos soldados da frente de batalha, quando já não tivessem de se preocupar com o inimigo. Mas sobre a questão da luta proletária e a guerra falaremos nos capítulos IV e V.

Por fim, a influência anarquista entre os militantes do Grupo Social de Propaganda vem ao de cima quando analisamos os locais onde era vendido o periódico. Este marcava presença a nível nacional, de norte a sul do país. No Porto era vendido na sede de “A Aurora”, na Rua do Sol,¹⁶⁵ e o jornal anarquista português era simultaneamente publicitado nas páginas de “A Greve”, assim como outros periódicos libertários, nomeadamente “A Sementeira”, o que reforça a popularidade que ambos tinham entre as classes trabalhadores que mencionamos previamente.¹⁶⁶ “A Greve” podia ser encontrada, segundo os próprios, em todas as tabacarias de Lisboa e vários quiosques da cidade, em Beja, Setúbal, Barreiro,¹⁶⁷ Olhão¹⁶⁸, Viana do Castelo, Coimbra,¹⁶⁹ e chegava à província a todos aqueles que fossem assinantes, de modo que tinha um

¹⁶⁴ “A Greve Geral Expropriadora”, *A Greve*, Ano 1, 2ª Serie, Nº 32, 31 de março de 1918, Lisboa, p. 1.

¹⁶⁵ S.T., *A Greve*, Ano 1, 2ª Serie, Nº 4, 26 de agosto de 1917, Lisboa, p. 4.

¹⁶⁶ S.T., *A Greve*, Ano 1, 2ª Serie, Nº 4, 26 de agosto de 1917, Lisboa, p. 4.

¹⁶⁷ S.T., *A Greve*, Ano 1, 2ª Serie, Nº 4, 26 de agosto de 1917, Lisboa, p. 4.

¹⁶⁸ S.T., *A Greve*, Ano 1, 2ª Serie, Nº 25, 3 de fevereiro de 1918, Lisboa, p. 4.

¹⁶⁹ S.T., *A Greve*, Ano 1, 2ª Serie, Nº 32, 31 de março de 1918, Lisboa, p. 4.

alcance alargado pelo país. Importa ainda registar que o jornal recebia donativos voluntários de trabalhadores.¹⁷⁰

Em tom de conclusão, podemos afirmar que “A Greve” era um periódico feito por operários e para operários, intimamente ligado ao movimento sindicalista e revolucionário e ao movimento anarquista. Era influenciado principalmente pelo anarcossindicalismo, apesar de não se apresentar especificamente como tal, criticando o reformismo social-democrata marxista, mas promovendo simultaneamente as ideias e o legado de Karl Marx, o que por si não era de todo inédito entre anarquistas. O periódico terá sido consideravelmente popular entre as classes trabalhadoras, divulgado a nível nacional e promovendo as visões das associações de classe operárias. Nos capítulos seguintes será possível expandir sobre a natureza antimilitarista e internacionalista igualmente importante do semanário “A Greve”.

¹⁷⁰ S.T., *A Greve*, Ano 1, 2ª Serie, Nº 32, 31 de março de 1918, Lisboa, p. 4.

3. - A imprensa e o militarismo antes do início da Grande Guerra:

O início da Grande Guerra foi precedido por um período de intensificação da corrida às armas e do investimento na indústria militar por parte dos maiores Estados da Europa, dos Estados Unidos e do Império Otomano. Simultaneamente, como já falamos no capítulo I, as tensões internacionais nos relacionamentos entre os vários Estados e as alianças militares de que faziam parte também se intensificaram. Estes desenvolvimentos provocaram reações no movimento socialista libertário e anarcossindicalista, que se manifestaram tanto na imprensa e panfletos publicados, como nas práticas organizacionais dos sindicatos e coletivos anarquistas. São estas reações que vamos agora analisar, a partir da imprensa libertária portuguesa do período pré-guerra, especificamente de 1911 até ao verão de 1914, ou seja, sensivelmente desde o início da Guerra dos Balcãs até ao início da Grande Guerra.

3.1 Patriotismo, militarismo, colonialismo e a iminência da guerra europeia:

A Europa não viu nenhum grande conflito entre os seus principais Estados e nações durante quase meio século, desde 1871 até 1914, mas este cenário de relativa paz encontrava-se progressivamente fragilizado. Em 1911 começou a guerra ítalo-turca, na Líbia, entre o Reino de Itália e o Império Otomano, e em 1912 começou a primeira Guerra dos Balcãs, também com o Império Otomano como um dos protagonistas, desta feita contra a Bulgária, Sérvia, Grécia e Montenegro. Perante a iminência de uma guerra europeia, o movimento anarquista começa a vocalizar cada vez mais alto as suas opiniões antimilitaristas.

A revista “A Sementeira”, informava desde 1912 os seus leitores sobre a guerra ítalo-turca e as suas repercussões em Itália entre as classes trabalhadores e as organizações socialistas, anarquistas e republicanas italianas. Em abril a revista informa como “Colhido de improviso pela guerra ítalo-turca, o proletariado italiano começa agora a reentrar na posse de si mesmo e a manifestar os seus verdadeiros sentimentos e interesses”, descrevendo as manifestações desencadeadas pelo país. Os sentimentos antipatriótico e antimilitarista dos anarquistas de “A Sementeira” ficam patentes no ataque desencadeado contra as demonstrações pró-guerra que ocorreram no mesmo

período em Itália, descrevendo-as como “manifestações patrioteiras e militaristas dos parasitas e apaniguados políticos”.¹⁷¹ Em junho de 1912, a revista volta a dar ênfase às lutas relacionadas com a guerra na Líbia, desta vez para denunciar as perseguições policiais contra anarquistas e grevistas italianos antiguerra, unindo a crítica ao militarismo com a crítica à polícia. Os autores começam por alertar para como “A guerra desencadeou na Itália um temporal de reação (...) Processos contra «cabeças» de greve, processos por «delitos» de imprensa, por subscrições em favor de foragidos e desertores, invenções policiais, etc.”, e na conclusão lançam um último ataque à polícia, afirmando que “De algum modo hão de justificar a sua profissão, fazer jus ao que ganham e dar provas de finura”.¹⁷²

Em 1913, prosseguiram as manifestações antiguerra em vários países da Europa, vindo até a intensificarem-se. “A Sementeira” expõe as suas próprias visões antimilitaristas através da publicação de artigos traduzidos de periódicos anarquistas estrangeiros. A divulgação internacional da mundividência e opiniões dos diversos grupos anarquistas do continente, constituía um dos principais métodos de manifestação de ideias e solidariedade. Em janeiro, a revista traduzia de um quinzenário anarquista suíço, “Em Berlim, Roma, Paris, na Suíça, organizaram-se vastas reuniões populares, perante as exigências dos proletários inquietos, e os chefes social democráticos foram forçados a seguir o movimento e a falar contra a guerra”. Perante a iminência de uma guerra europeia, a solução para os anarquistas passava pela movimentação de massas dos trabalhadores contra qualquer movimentação militarista dos seus Estados. Ou nas palavras dos libertários suíços traduzidas por “A Sementeira”, “é preciso resistir à guerra pela ação popular, e sobretudo pela greve geral, antes da

¹⁷¹ “Vida Social”, *A Sementeira*, Serie 1, N 42º, abril, 1912, Lisboa, p.7.

¹⁷² “Vida Social”, *A Sementeira*, Serie 1, N 44º, junho, 1912, Lisboa, p.6.

declaração das hostilidades”, para impedir aquilo que os mesmos descrevem como “guerra capitalista”.¹⁷³

Parte da análise antimilitarista dos libertários, e da sua argumentação, consistia também nos danos que as guerras provocavam no desenvolvimento económico das nações e nas condições de vida e trabalho das populações. Os anarquistas apontavam como as guerras conduziam sempre à paralisação do comércio, à destruição e/ou paralisação das fábricas e dos campos, ao aumento do custo de vida e alertavam que uma guerra moderna seria “um verdadeiro crime contra o progresso económico da humanidade”.¹⁷⁴ Pegando na Guerra dos Balcãs como exemplo, ainda em 1913, os autores de “A Sementeira” apontam uma lista de consequências, entre as quais, “Paragem completa do comércio de exportação”, “Encerramento de inúmeras fábricas”, “Elevação do custo de vida”, “Falta de crédito” e “Falência de inúmeras empresas industriais e comerciais”. A conclusão tirada a partir deste conflito que precedeu a Grande Guerra era clara, “Não a repetirá a classe operária organizada!”.¹⁷⁵

A partir destes exemplos podemos ver como a corrida aos armamentos e o desencadear de novas guerras entre as nações europeias ou entre Estados europeus e Estados ou nações da Ásia e África, colocou os libertários em estado de alerta, com referências a uma possível “guerra moderna”¹⁷⁶ na Europa, que estes previam, seria desastrosa. A oposição ao militarismo e a luta contra o patriotismo interligavam-se na análise dos autores de “A Sementeira”, e o texto de Neno Vasco em agosto de 1912 é disso bem ilustrativo. Neno Vasco ridiculariza aqueles que defendiam a necessidade de

¹⁷³ “As manifestações contra a guerra”, *A Sementeira*, Serie 1, N 51º, janeiro, 1913, Lisboa, p.5.

¹⁷⁴ V.R., “A mobilização austríaca”, *A Sementeira*, Serie 1, N 51º, janeiro, 1913, Lisboa, p.5.

¹⁷⁵ *Idem, Ibidem.*

¹⁷⁶ *Idem, Ibidem.*

Portugal se reforçar militarmente com a construção de uma força aérea, referindo como “nos grandes planos dos nossos aéreos patrióticos, Portugal há de vir a ser uma grande potencia militar, - «sobre a terra e sobre o mar», e nas regiões atmosféricas”. Com um tom sarcástico, Neno integra na sua critica a ligação entre patriotismo, colonialismo e militarismo, ao afirmar “a integridade da pátria e das colónias ficará deste modo plenamente garantida contra as cubiças conquistadoras das nações e contra os arranjos diplomático-financeiros entre os grandes colossos europeus...”. A questão económica volta a ser mencionada como forma de menosprezar a importância dos projetos militaristas, assim como a incapacidade de estes serem realizados. Sem um prévio desenvolvimento industrial e a educação necessária, não só não haveria como financiar tais projetos, como não haveria o que proteger. Ou como Neno Vasco afirmou, “para valer a pena conservar e defender colónias, é necessário antes poder «colonizá-las» e valorizá-las”.¹⁷⁷ É relevante mencionar, no entanto, que uma genuína análise anticolonialista parece estar ausente do discurso do anarquista português.

Prosseguindo os ataques ao militarismo internacional, encontrava-se um dos mais populares periódicos anarquistas publicados antes do começo da guerra, “Terra Livre”, jornal lisboeta que esteve em atividade apenas durante o ano de 1913. A relevância deste periódico é demonstrável, em parte, pela colaboração de um grande número de militantes anarquistas e sindicalistas populares no movimento nas páginas do jornal. Entre estes anarquistas estavam vários daqueles que já mencionamos no capítulo II, que irão estar envolvidos no debate entre intervencionistas e internacionalistas, nos dois lados da barricada.

A Guerra dos Balcãs foi acompanhada com especial atenção pelos anarquistas da “Terra Livre”, focando-se na publicação das consequências deste conflito para as populações das nações afetadas, em especial, nas visões das classes populares e trabalhadoras. A guerra é vista acima de tudo como o resultado de um conflito inter-imperialista, opondo os dois blocos militares já conhecidos, a Tríplice Alliance e a Tríplice

¹⁷⁷ Zeno Vaz, “Notas Perdidas”, *A Sementeira*, Serie 1, N 46º, agosto, 1912, Lisboa, p.3.

Entente. No meio deste confronto, as nações dos Balcãs são essencialmente usadas como ferramentas para alimentar as ambições económicas e políticas ora de um lado, ora do outro, sendo que é precisamente a existência de interesses económicos irreconciliáveis entre os diversos Estados, o que impede o restabelecimento da paz. As verdadeiras vítimas deste confronto, no qual as duas alianças militares ameaçam arrastar a Europa para uma guerra em breve, são os povos da Bulgária, Grécia e Sérvia. Como aponta o periódico:

“De um lado a Triplice Aliança vai mostrando ativa ao adversário ousados os seus dez milhões de soldados; do outro a Triplice Entente contrapõe-lhe orgulhosa os seus doze milhões. E é esta horda enorme de aguerridos soldados quem promete lançar-se, uns contra os outros, em peleja feroz, a incendiar a Europa”.¹⁷⁸

A moralidade era uma componente importante na argumentação dos militantes libertários portugueses contra o militarismo. A descrição dos horrores da guerra, do sofrimento infligido sobre as populações, o desprezo pela vida humana, agravado quando se tratava da vida de povos considerados inferiores ou menos importantes, compunham os ataques anarquistas á falsa moralidade burguesa, e apelava ao sentido moral dos leitores. A “Terra Livre” destacava em janeiro de 1913:

“Que lucrarão os búlgaros, os sérvios, os gregos, além dos pesados encargos, das tremendas consequências que a guerra lhes trará, e de que os enormes empréstimos contraídos durante ela são já flagrante testemunho? Morrer pela pátria é talvez doce, mas o recurso da medalha é bem amargo!”.¹⁷⁹

Após um extenso relato dos ferimentos contraídos pelos soldados búlgaros na Guerra dos Balcãs, entre os quais soldados sem língua, amputados, com cérebros gangrenados, para além da elevada mortandade, os autores concluem “Juncam aos milhares os

¹⁷⁸ “A Guerra dos Balcãs”, *Terra Livre*, Nº 1, Ano 1, 13 de fevereiro de 1913, Lisboa, p.6.

¹⁷⁹ *Idem, Ibidem.*

mortos os campos de combate, e aos milhares os feridos estendem-se tristemente pelos catres dos hospitais de sangues”.¹⁸⁰

No mesmo sentido, a repressão das liberdades individuais e coletivas eram associadas às problemáticas militaristas e ao seu impacto na classe operária, através de mecanismos estatais e capitalistas como a censura, o estado de sítio e o controlo da produção direcionada principalmente para objetivos militares. O internacionalismo enquanto forma de solidariedade entre todos os trabalhadores do mundo que vimos presente nas páginas de “A Sementeira” está igualmente presente na “Terra Livre”, que apresenta ao publico português as dificuldades enfrentadas pelos operários dos Balcãs. Baseando-se na correspondência das associações operárias da Sérvia e da Bulgária, o periódico afirma que, “Na Sérvia, as sedes das associações operárias foram ocupadas militarmente, proibida a publicação dos jornais operários, destruídas as tipografias.” e que na Bulgária, “A guerra paralisou a produção: só se trabalha para o ezército (sic) (...) As associações – não o Estado, não a «Pátria» - teem procurado valer às desgraçadas famílias dos associados partidos para a guerra.”, contrastando a solidariedade entre operários organizados com o abandono protagonizado pelo Estado.¹⁸¹

Na sua critica ao militarismo e aos efeitos da guerra, os libertários serviam-se simultaneamente da questão da mulher e das reivindicações feministas. A divulgação de obras feministas e de mulheres anarquistas era uma das funções por vezes desempenhadas pelos periódicos libertários. A “Terra Livre” não era exceção. Publicando um texto de Urban Gohier, figura bastante polemica pelas suas visões antissemitas, apesar de dedicado antimilitarista, o jornal apresenta o modo como a guerra afeta especificamente as mulheres. A argumentação baseia-se num conjunto de pontos principais: primeiro o papel importante que as mulheres desempenham na tarefa de socorrer os feridos, lutar pelas crianças e educá-las contra a aprendizagem

¹⁸⁰ Idem, *Ibidem*.

¹⁸¹ “Os efeitos da Guerra”, *Terra Livre*, Nº 2, Ano 1, 20 de fevereiro de 1913, Lisboa, p.8.

militarista, destacando as “mulheres que fundam ligas para convidar os governos a manterem a paz” e “sociedades para socorrer feridos”.¹⁸²

Em segundo, a forma como o militarismo incentiva comportamentos patriarcais e imorais entre os soldados, visto que é na caserna que “os homens aprendem a desprezar a mulher (...) todos voltam do regimento moralmente diminuídos (...) fisicamente estragados, tuberculosos, sífilíticos, alcoólicos”, relacionando a presença na guerra com o desenvolvimento de doenças e vícios morais. Assim como vimos anteriormente, a questão moralista desempenhava um papel importante na crítica libertária ao militarismo.¹⁸³

Em terceiro lugar, o autor ataca a educação militarista nas escolas, e aqui culpa também as mulheres que pela sua influência na formação dos filhos, que por vezes “os impelem para a vida militar” e afirmando inclusive que “a mulher tem a maior parte da responsabilidade na cabotinagem guerreira dos machos” e que é necessário ela aperceber-se dos danos que provoca às outras mulheres e raparigas com estas ações. A solução para este problema surgiria quando a mulher “compreender que o roubo, a violação, o incendio e o assassinato (...) não diferem das proezas de um Tropaman ou dum Vacher civil – ela declarará guerra à guerra, e conseqüentemente guerra ao militarismo”.¹⁸⁴

A visão partilhada neste texto apresenta um tom paternalista e de culpabilização da vítima, contendo na verdade pouco de verdadeiramente feminista. A mulher é primeiro apresentada como vítima da guerra e dos efeitos perniciosos que a organização militarista tem sobre os homens ao nível de uma formação machista e violenta, mas, no entanto, direciona o seu ataque as essas mesmas mulheres, apresentando-as mesmo

¹⁸² Gohier, Urban, “As Mulheres”, *Terra Livre*, Nº 6, Ano 1, 20 de março de 1913, Lisboa, p.4.

¹⁸³ Idem, *Ibidem*.

¹⁸⁴ Idem, *Ibidem*.

como as principais culpadas da educação militarista dos seus filhos, que era sua responsabilidade. Esta é uma análise que contrasta diretamente com outros pontos de vista libertários da época que já mencionamos no primeiro capítulo, nos quais a educação militarista do sistema de ensino estatal é vista como o culpado pela formação de indivíduos violentos e sem autonomia, juntamente com a instituição do exército. A “Terra Livre” acaba por destacar o importante papel da mulher na luta antimilitarista e o sofrimento estrutural e específico que lhe atinge, mas fá-lo de uma perspetiva que coloca a mulher como causador número um da sua própria opressão, contradizendo os pressupostos libertários. Esta é uma de várias contradições existentes no pensamento e praticas anarquistas do início do século XX, no que ao antimilitarismo diz respeito.

No entanto, noutra situação, “Terra Livre” dá protagonismo a uma voz feminina, através de um artigo escrito pela anarquista Emília Garrido, com o título “Militarismo”, em junho de 1913. Emília Garrido apresenta como principais dificuldades e tristezas enfrentadas pelas mulheres no que diz respeito ao militarismo, a dor de criar e educar um filho, quando posteriormente “lhe aparece um aviso para se apresentar no quartel”. Em seguida ataca outros alvos da crítica libertária do militarismo, como a educação militar, mencionando que “já só se fala em armas, e em matar”, e o patriotismo que é usado como ferramenta legitimadora do ato de matar outros seres humanos. Emília Garrido afirma que a pátria que é preciso defender é, “uma pátria sem fronteiras. Unamos a nós os irmãos dalém fronteiras e ponhamos à nossa frente uma única bandeira”, defendendo ainda a necessidade de “estabelecer entre os povos a mais fraternal solidariedade”.¹⁸⁵ Contrastando com o artigo anterior, Emília volta a centralizar o Estado, o patriotismo e a educação militarista como alvos da investida libertária.

Mas, a mais concisa e coerente crítica antimilitarista presente nas páginas da “Terra Livre”, surge através do artigo de Max Nordau intitulado, novamente,

¹⁸⁵ Garrido, Emília, “Militarismo”, *Terra Livre*, Nº 20, Ano 1, 26 de junho de 1913, Lisboa, p.8.

“Militarismo”, publicado em maio de 1913. Nordau foi um autor bastante citado na imprensa anarquista desta época pelas suas visões sobre militarismo, religião e parlamentarismo, de tendências libertarias. Para Nordau, todos os governos se baseiam na força das armas, e é precisamente pelo uso da força e da autoridade do Estado que o capitalismo sobrevive. O militarismo é, portanto, uma característica intrínseca de todos os Estados e da sociedade capitalista. Nas palavras do autor, “A Autoridade é a forma abstrata da opressão concreta do mais fraco por parte do mais forte. Esta abstração incarna-se no homem fardado e armado”. Nesta análise, o soldado “é, pois, o símbolo do princípio fundamental do edifício do Estado e da sociedade”.¹⁸⁶

Consequentemente, a conclusão anarquista é que a abolição do militarismo implica a abolição da sociedade atualmente existente, a abolição do Estado, do exército e do capitalismo. Ou nas palavras de Nordau, “sonham a abolição do militarismo e querem ao mesmo tempo conservar a organização social existente? Não se pode conservar esta sem conservar aquele”. Nordau ataca a ideia de que um Estado possa não ser militarista, de que militarismo apenas ocorre quando um Estado se submete ao exército e este se torna o fim e não um meio do Estado. Aponta que “O militarismo desenvolve-se necessariamente, inevitavelmente, da própria existência do exército”. O exército, à semelhança do Estado e das restantes instituições humanas mantém sempre uma tendência, a de crescer e de se auto perpetuar. O militarismo alimenta-se da organização económica, social e política capitalista e “O regime capitalista sem militarismo marcha a direito e rapidamente para o esfacelamento”. Como tal, a única alternativa a uma sociedade capitalista, estatal e militarista baseada na autoridade é uma organização coletiva, baseada na solidariedade. As duas forças elementares que se enfrentam ao longo da história, mencionadas por Nordau, seriam “autoridade e solidariedade – ou egoísmo e altruísmo- ou mais simplesmente, violência e amor”.¹⁸⁷

¹⁸⁶ Nordau, Max, “Militarismo”, *Terra Livre*, Nº 13, Ano 1, 8 de maio de 1913, Lisboa, p.4.

¹⁸⁷ *Idem, Ibidem.*

O último periódico que iremos analisar neste capítulo é o jornal português “A Aurora”, que pelo menos desde 1911 publicou frequentemente artigos antimilitaristas nas suas páginas. “A Aurora” destaca-se dos restantes jornais pela sua periodicidade e longevidade, comparável apenas com “A Sementeira”. O jornal era publicado uma vez por semana desde 1910, e a questão do antimilitarismo era uma das mais importantes problemáticas abordadas pelos seus colaboradores. À semelhança dos seus camaradas da “Terra Livre” e de “A Sementeira”, a crítica é multifacetada, tendo como base essencialmente os mesmos pontos: patriotismo, nacionalismo, capitalismo, e de forma mais vindicada do que nos restantes periódicos libertários, o colonialismo e imperialismo.

O primeiro alvo é habitualmente o patriotismo. A 15 de novembro de 1911, num artigo intitulado “Em nome da Pátria”, os militantes do grupo “A Aurora” atacam o conceito de pátria como instrumento utilizado para justificar todas as tiranias, despotismos e crimes:

“Não há lei que não seja inspirada pelos «sagrados interesses da pátria»; não há bandido que não justifique as suas proezas em nome do patriotismo; não há déspota que não se afirme sobre o terreno glorioso do «bem publico»”.¹⁸⁸

Um conceito, por sua vez, mal definido, abstrato, baseado numa falsa “comunidade de interesses” e que oprime o proletariado, roubando-o da sua liberdade: “E se o proletariado consegue um sopro de liberdade (...) é a pátria que lhe dá isso? Não. (...) A pátria só lhe dá chumbo e cadeia, miséria e opressão”.¹⁸⁹

Transversal às críticas antimilitaristas da generalidade dos periódicos libertários e relacionado com a crítica ao patriotismo, era a centralidade conferida à pedagogia e educação, principalmente das crianças. A educação republicana e estatal era

¹⁸⁸ “Em nome da Pátria”, *A Aurora*, Nº 67, Serie II, Ano 2, 15 de novembro de 1911, Porto, p1.

¹⁸⁹ *Idem, Ibidem.*

caracterizada pelo seu caráter patriótico, militaristas e hierárquico, direcionada para a formação de trabalhadores e soldados obedientes. Camilo Rodrigues, um dos mais assíduos colaboradores do jornal “Aurora”, num artigo sobre o militarismo nas escolas, apontava como “O militarismo, a arte de matar vae, pois, começar a ser inoculada no espírito das crianças sob o falso argumento de ser preciso defender a «Pátria»”. E voltando a ligar a instituição militar aos interesses dos proprietários, Camilo realça “como se admite que sejam eles que mais tarde terão de velar por uma coisa que não teem – A propriedade”. Para os patrioteiros burgueses, segundo Camilo Rodrigues, a pátria era “os cofres dos banqueiros, os terrenos e os prédios dos proprietários, as fabricas dos industriais, etc”.¹⁹⁰

O espectro da guerra europeia que como já vimos pesava sobre a mente dos libertários dos restantes periódicos anarquistas, também se manifesta nas páginas de “A Aurora”, criticando o morticínio e a destruição da guerra italo-turca. O internacionalismo que caracterizou os anarquistas portuenses e os colocou do lado contrário da barricada no debate frente aos intervencionistas durante a Grande Guerra, surge como elemento marcante da sua mundividência quando descreve este conflito como “luta selvagem e fratricida, disputando a posse de Trípoli, dois povos irmãos em humanidade, duas nações, Itália e Turquia, como se convencionou chamar para os interesses dos capitalistas”. Desta forma os anarquistas realçam simultaneamente a essência humana que une os diferentes povos em confronto, mais do que a sua nacionalidade, e ainda a influencia do capitalismo no conflito. O internacionalismo libertário antimilitarista ataca como tal o conceito de civilização iluminista, do “seculo das luzes”, promove a abolição total das fronteiras estatais e a opressão, e defende a solidariedade humana, o amor e a vida: “Que a única guerra que subsista seja contra a

¹⁹⁰ “Guerras e Colonias”, *A Aurora*, Nº 97, Serie II, Ano 2, 2 de junho de 1912, Porto, p1.

opressão e a iniquidade (...) que a solidariedade humana se desenvolva, cada vez mais impetuosa, destruindo fronteiras, derrubando privilégios”.¹⁹¹

A mesma argumentação condenatória dos efeitos destrutivos da guerra e da sua instrumentalização por parte da classe burguesa, surge na edição de dia 12 de novembro de 1911. Num artigo da autoria de Carlos Amaral, o jornal descreve a guerra como:

“carnificina inevitável, quando os grandes, os que esmagam o povo sobre o seu férreo jugo, sonham alargar os seus domínios, como o burgues cretinoide, ambicionando amontoar mais e mais os cobres que lhe se dão dados pela mão rude do operário, esse desgraçado que tudo produz e que na miséria mais nua deixou de vegetar”.¹⁹²

Na mesma ordem de ideias já apresentadas, no início de 1912, “A Aurora” apresenta o militarismo como o resultado da junção entre ambições capitalistas por acumulação de lucro e conquista, e ambições estatais que perpetuam a desigualdade social existente, com o patriotismo fanático. Na caserna, no exército e na guerra, o individuo perde toda a sua liberdade, e os escravos da classe trabalhadora são massacrados por interesses que lhes são alheios. Nas palavras de um militar, a escrever para o periódico anarquista, “São tão perniciosos e funestos os erros do fanatismo patriótico e é tão corrompido e viciado o meio em que se vive na caserna, que poucos são os que em breve não se tornam criminosos”. Realça que “o simples capricho dos governantes ou a ambição de meia dúzia de financeiros os levam a uma guerra sanguinolenta”. Sobre os aspetos totalitários da vida militar, o autor anonimo relata como “Na caserna não há o amor nem a solidariedade”, e que entre os militares “A

¹⁹¹ Rodrigues, Camilo, “As Minhas Notas”, *A Aurora*, Nº 67, Serie II, Ano 2, 15 de novembro de 1911, Porto, p1.

¹⁹² Amaral, Carlos, “Coisas do mundo”, *A Aurora*, Nº 67, Serie II, Ano 2, 12 de novembro de 1911, Porto, p1.

disciplina esmaga-lhes o pensamento, e aniquila-lhes consciência, e obriga-os a fuzilar até seu pae e sua mãe se assim lhe ordenassem os seus superiores”.¹⁹³

Neste período, entre 1912 e 1914 antes do começo da Grande Guerra, grande parte das críticas antimilitaristas dos militantes do grupo “A Aurora” são manifestadas através de uma coluna do jornal intitulada, “A Caserna”, escrita por um militante anonimo que assinava como “Um Marinheiro”. Nas linhas desta coluna, o autor apresenta tanto testemunhos em primeira mão, possivelmente a partir das suas próprias experiências nas forças armadas, como análises políticas e sociais informadas pela sua ideologia anarquista. Os artigos do marinheiro oferecem-nos ainda informações sobre como “A Aurora” fazia chegar as suas ideias aos militares, mencionando a divulgação das edições do jornal entre os soldados da marinha de forma clandestina.¹⁹⁴

No entanto, ao contrário da visão mais pacifista que vimos nomeadamente nas páginas do “Terra Livre”, o Marinheiro de “A Aurora” vê o uso da violência armada de forma mais moralmente neutra e até possivelmente ideologicamente útil. Em abril de 1912, novamente na coluna “A Caserna”, através da personificação de uma espingarda, o autor afirma, “Sirvo os dois partidos: o partido que oprime e o partido que liberta (...) Sou a espingarda, a arma liberticida quando sirvo os de cima; a arma emancipadora quando sirvo os de baixo”. Para este autor, a luta armada é um método não só legítimo de luta contra a opressão e pela emancipação da classe operária, mas um método necessário para alcançar tal objetivo, da mesma forma que é uma ferramenta de perpetuação de relações sociais de dominação. Neste mesmo artigo afirma adiante que

¹⁹³ Um Militar, “O Militarismo”, *A Aurora*, Nº 78, Serie II, Ano 2, 14 de janeiro de 1912, Porto, p3.

¹⁹⁴ Um marinheiro, “A Caserna”, *A Aurora*, Nº 89, Serie II, Ano 2, 7 de abril de 1912, Porto, p3.

“Sem mim não haveria homens que dizem «eu sou mais que tu». E sem mim, não haveria escravos que gritassem: «abaixo a tirania!»”.¹⁹⁵

A moralidade e a saúde física e mental representavam outro fundamento da crítica libertaria ao militarismo, da parte dos anarquistas portuenses de “A Aurora”, também aqui mantendo a linha dos militantes dos outros periódicos da época. Eram invocadas as doenças presentes nos meios militares e que afligiam os soldados, tais como “alcoolismo, sífilis” e praticas consideradas moralmente condenáveis como a “prostituição, a pederastia”. Aos danos provocados sobre os indivíduos que eram forçados a integrar o exército, adicionava-se os danos provocados sobre a restante sociedade por esse mesmo exército, em especial as classes trabalhadoras. A principal função da instituição militar era apenas uma, a repressão violenta dos movimentos populares e greves de trabalhadores, ao serviço da burguesia e da propriedade privada:

“A essencial razão de ser da força armada é a garantia da presente organização social baseada sobre a propriedade individual e o salariado. (...) o papel do exército evidencia-se quotidianamente, até nas greves, nesses pequenos conflitos entre o capital e o trabalho”.¹⁹⁶

Como afirmamos anteriormente, a questão colonial recebeu mais destaque por parte do jornal “A Aurora” neste período, quando comparado com os outros dois periódicos analisados neste capítulo. Para os anarquistas portuenses, o militarismo dos Estados europeus é inseparável das suas ambições coloniais, da opressão dos povos colonizados, em especial os africanos, e da extração das riquezas naturais dos seus territórios.

Num artigo publicado em maio de 1912, “A Aurora” defende que o colonialismo capitalista moderno já não se exprimia tanto pela conquista e controlo de terras e

¹⁹⁵ Um marinheiro, “A Caserna”, *A Aurora*, Nº 91, Serie II, Ano 2, 28 de abril de 1912, Porto, p3.

¹⁹⁶ “O papel do exército”, *A Aurora*, Nº 95, Serie II, Ano 2, 19 de maio de 1912, Porto, p3.

recursos através da força das armas, mas pelo controlo dos mercados via exportação de capital. A “colonização, a conquista de mercados, faz-se mais pela emigração de capitais ou de homens, do que pelas expedições armadas”, e a conquista e conservação de novas colónias realizava-se mais por “necessidades políticas artificiais (...) ou imposições de um algum Banco ou da casta militar e burocrática interessada, do que conveniências nacionais e sobretudo populares”. Os anarquistas portuenses entendiam, portanto, o colonialismo e imperialismo do início do século XX como o resultado da interação entre os interesses de diversos agentes políticos e económicos, desde o setor bancário e capitalista, até ao Estado e seus líderes militares e políticos.¹⁹⁷

Posteriormente, em junho de 1912, o jornal afirma muito claramente a relação entre capitalismo e o colonialismo europeu da época:

“em quanto vigora o capitalismo, o motivo da colonização direta não é civilizar: é a conquista de novos mercados, é a expansão comercial necessitada pelo absurdo do modo de produção actual, que tem de exportar o que no lugar não pode ser comprado, embora possa ser consumido”.

O colonialismo, nomeadamente em África, era visto como uma necessidade do sistema capitalista, de modo a exportar os seus excedentes para novos mercados, aumentar a margem de lucro e a reprodução de capital.¹⁹⁸

Mas partilhando a visão de muitos dos seus camaradas, e por vezes adversários, no movimento marxista da época, os anarquistas viam neste fenómeno o início do fim desse mesmo sistema capitalista, criando os fundamentos de uma futura sociedade socialista sem classes:

¹⁹⁷ “Recortes e Retoques”, *A Aurora*, Nº 95, Serie II, Ano 2, 19 de maio de 1912, Porto, p1.

¹⁹⁸ Dos Santos, Clemente Vieira, “Guerras e Colonias”, *A Aurora*, Nº 97, Serie II, Ano 2, 2 de junho de 1912, Porto, p1.

“imperfeita como é essa civilização, prepara o terreno para outra melhor, e é de interesse da humanidade. O socialismo ganha com a industrialização do globo. Nós combatemos as conquistas, guerras coloniais, as violências e as piratarias, mas consumado o facto, não desprezamos os bons resultados indiretos, embora preferíssemos os frutos mais abundantes e suculentos duma obra pacífica”.¹⁹⁹

Aqui estamos perante uma posição multifacetada e potencialmente paradoxal sobre o colonialismo. Se por um lado é condenado pela destruição e dominação que provoca sobre outros povos, e como tal combatido, é simultaneamente visto como algo progressista, sobre uma perspetiva eurocêntrica e linear da história humana, que conduziria à industrialização mundial e ao socialismo internacional.

A relação entre o colonialismo europeu e a possibilidade de uma iminente guerra europeia é mencionada pela primeira vez neste artigo de junho de 1912. “A Aurora” alerta para a possibilidade de a disputa por colónias da parte dos Estados europeus, poder conduzir a uma guerra, alertando que se devem “limitar as crueldades da conquista e da exploração e sobretudo evitar as guerras europeias”, e pressagiando os eventos da Grande Guerra conclui:

“O que nós desejaríamos é que, por causa das negregadas colónias, não se desencadeasse uma guerra que fosse o naufrágio de imensas esperanças, o retrocesso enorme da civilização nova e a calamidade de muitos povos, incluindo o nosso.”²⁰⁰

Ao longo de 1912, os anarquistas portuenses denunciaram a ideia de civilização promovida pelos Estados europeus como uma justificação para os seus projetos e invasões coloniais. Em vez de procurarem desenvolver projetos de educação nos outros continentes, num espírito de paz e solidariedade, exportavam apenas a guerra, a violência e a morte. Como afirmaram ainda em junho de 1912, “Degola-se em nome da

¹⁹⁹ Idem, *Ibidem*.

²⁰⁰ Idem, *Ibidem*.

civilização. Em nome da civilização se enforca! (...) Não mandam aos *incivilizados* missões escolares para os ensinar. Não atraíem nenhuns para a Europa para os educar nas universidades”. São estes atos de guerra recorrentes, executados por ambições coloniais, que deixam em estado de alerta os libertários.²⁰¹

É, por fim, relevante realçar que a crítica anarquista não discriminava entre Estados, independentemente do tipo de governo ou regime que estes representassem. Estendia-se até aos Estados ditos democráticos, enfatizando a relação de proximidade existente entre a democracia burguesa e o militarismo, e o caráter colonialista e imperialista dessa mesma democracia:

“Nos grandes países industrialmente desenvolvidos, há um poderoso partido favorável às conquistas de mercados, às expedições coloniais e às guerras para o esmagamento de rivais e concorrentes em todos os Estados, grandes ou pequenos, a burguesia, que chama «Pátria» ao seu património burocrático e financeiro, á expressão política dos seus interesses económicos”.²⁰²

A democracia, do ponto de vista dos libertários de “A Aurora”, não era um sistema político igualitário, livre e neutro, “a democracia é um instrumento político de classe, não a expressão dos interesses e liberdades gerais. Na prática, democracia e militarismo casam-se perfeitamente.” Consequentemente, os anarquistas portugueses opunham a ideia teórica de democracia à realidade da prática democrática burguesa e estatal, afirmando que, “E se em teoria se descobre uma irreduzível oposição entre os dois termos é simplesmente – ou porque se dá ao militarismo um sentido extremamente

²⁰¹ Mes, Zulien, “Civilização”, *A Aurora*, Nº 98, Serie II, Ano 2, 9 de junho de 1912, Porto, p.2.

²⁰² “Democracia e Militarismo”, *A Aurora*, Nº 112, Serie II, Ano 2, 15 de setembro de 1912, Porto, p.1.

ténue e incolor, ou porque á democracia se empresta, no mundo ideal, uma significação que ela não tem na realidade”.²⁰³

O jornal “A Aurora” partilhava desta forma as mesmas perspetivas antimilitaristas e antipatrióticas que os seus camaradas de “A Sementeira” e “Terra Livre”, embora destacando mais do que os restantes a questão colonialista como parte central nas políticas militaristas dos Estados Europeus. Como tal, está presente nas suas páginas o mesmo sentido de alarme perante a probabilidade de vir a começar em breve uma guerra europeia, que abrangesse todo o continente. Em novembro de 1912, o anarquista portuense Clemente Vieira dos Santos previa, com certa precisão e clarividência, de que forma essa guerra poderia ser iniciada: “É por isso que estamos a dois passos da conflagração europeia. Basta uma falha vinda do incendio que lavra nos Balcãs para que a Europa em combustão expluda estrepitosamente”, e dava já a receita para prevenir este destino, declarando que “para se evitar a guerra entre os europeus é preciso que o povo trabalhador esteja prevenido para uma ação revolucionária; como a greve geral dos caminhos de ferro e marítimos, dos mineiros, etc”.²⁰⁴ Veremos agora de que forma os libertários portugueses acreditavam que seria possível organizar essa ação revolucionária.

3.2 Sindicalismo, anarquismo e combate ao militarismo:

Os anarquistas e sindicalistas portugueses não se limitavam a criticar o militarismo, cada vez mais forte nos Estados europeus, e o patriotismo que era utilizado para o justificar e apelar ao apoio da sua população. Perante aquilo que os próprios entendiam como o perigo de uma guerra internacional, que envolveria no mínimo as nações da Europa, estes militantes e as suas organizações e órgãos de imprensa propunham formas de combate antimilitarista na sua propaganda. Veremos agora precisamente que

²⁰³ Idem, *Ibidem*.

²⁰⁴ Dos Santos, Clemente Vieira, “A Guerra no Oriente”, *A Aurora*, Nº 121, Serie II, Ano 2, 17 de novembro de 1912, Porto, p.2.

táticas eram defendidas pelos anarquistas e sindicalistas revolucionários portugueses para combater a escalada armamentista dos seus Estados e para evitar o desencadear de uma guerra.

Desde os anos 60 e 70 do século XIX, quando o anarquismo se formou como ideologia e movimento coerente no seio da Primeira Internacional Socialista, que a solução para o problema do militarismo era entendida como sendo possível apenas com a abolição do Estado e do capitalismo, e consequentemente, abolição de todos os exércitos permanentes. No início do século, a imprensa anarquista portuguesa apelava a estas origens e tradições no combate ao militarismo. Em finais de 1911, em “A Sementeira”, um artigo intitulado “Antimilitarismo” afirmava, “As primeiras afirmações gerais contra os exércitos permanentes datam dos congressos da Associação Internacional dos Trabalhadores”. O artigo refere como o Congresso de Lausanne de 1867 decidiu por unanimidade participar na luta para “realizar a abolição dos exércitos permanentes”, e posteriormente, em 1878, o Congresso Internacional de Bruxelas votou a favor de aconselhar “às organizações operárias que fizessem uma propaganda intensa para a proclamação de uma greve geral em caso de guerra”. No seguimento destas resoluções, em 1891, a Segunda Internacional declarava “guerra á guerra pela greve geral”, e o Congresso de Zurique de 1893 “aconselhou a recusa dos créditos militares, os protestos contra os exércitos permanentes, a agitação constante a favor do desarmamento e a adesão a todas as sociedades tendentes a assegurar a paz do mundo”.²⁰⁵

A questão do desarmamento representava um dos pontos fundamentais da luta antimilitarista socialista libertária. Fica evidente, primeiro de tudo, que a luta contra o militarismo estava intimamente ligada com a organização operária e sindicalista, e, portanto, este devia ser combatido pela ação direta das associações de trabalhadores, através da greve geral. Estas ações organizadas deveriam culminar no desarmamento

²⁰⁵ Dave, Victor, “Antimilitarismo”, *A Sementeira*, Serie 1, N 39º, dezembro, 1911, Lisboa, p.3.

dos Estados, mas tal missão era considerada por alguns militantes como sendo apenas realizável através de uma transformação radical da organização social e económica. É pela voz de Errico Malatesta que “A Sementeira” promove este ponto de vista. Malatesta considerava que o desarmamento dos Estados e a redução dos exércitos no sistema capitalista não passava de uma utopia irrealizável. O revolucionário italiano acreditava que isto se devia não tanto à necessidade de um exército grande para reprimir o povo, mas aos “interesses económicos que dizem respeito não só aos capitalistas, mas até aos trabalhadores”. Da mesma forma que a burguesia “tira enormes proveitos do orçamento de guerra e da marinha”, também os trabalhadores “precisam antes de tudo de trabalhar, seja no que for contando que possam ir vivendo”, e dá o exemplo daqueles que protestam para que “não se tire da sua cidade um arsenal ou se instale nela uma fábrica de armas ou lá se mande aquartelar um regimento”. Para Malatesta, “é por esta razão que ele (o exército) continua e continuará a existir em quanto não mudar o sistema social”.²⁰⁶

O “Terra Livre”, que como já vimos tinha como uma das suas principais bandeiras o antimilitarismo, propagava com mais frequência um conjunto de táticas de combate ao militarismo, dentro da mesma ordem de ideias que temos vindo a enunciar. É comum lermos nas páginas deste periódico notícias sobre as cada vez mais frequentes manifestações socialistas e sindicalistas contra o militarismo nos vários países da Europa, que informam os métodos de luta que devem ser seguidos pelas classes trabalhadoras também em Portugal. Em França a manifestação de 16 de março de 1913, que o jornal afirma ter tido a presença de 200 mil pessoas, contra o serviço militar obrigatório e o investimento armamentista²⁰⁷, e o manifesto assinado pelos Partidos

²⁰⁶ Malatesta, Errico, “A utopia do desarmamento”, *A Sementeira*, Serie 1, N 48º, outubro, 1912, Lisboa, p.4.

²⁰⁷ Werth, Leão, “Formidável demonstração antimilitarista”, *Terra Livre*, Nº 6, Ano 1, 20 de março de 1913, Lisboa, p.6.

Socialistas de França e Alemanha nesse mesmo ano²⁰⁸, são dois exemplos de demonstrações internacionais divulgadas.

Contra as marchas militares organizadas pelo Estado francês, os sindicalistas revolucionários organizados na CGT e os socialistas nos seus respetivos partidos, realizavam manifestações e comícios populares antimilitaristas, nos quais se registavam inclusive confrontações com elementos nacionalistas. Estes comícios contavam com a presença de organizações especificamente anarquistas, como a Federação Anarquista Comunista, que se serviam destes momentos de luta de base para promover as suas ideias revolucionárias e incentivar os operários á luta.²⁰⁹ Por vezes o “Terra Livre” dá voz a militantes com propostas pouco convencionais e que o próprio periódico considera impraticáveis. A troca de filhos entre famílias antimilitaristas de diferentes nações, como forma de estes fugirem ao serviço militar obrigatório, era uma dessas propostas, neste caso vinda de um autor referido apenas como “camarada espanhol”.²¹⁰

Por fim, a solidariedade internacional entre anarquistas, socialistas e sindicalistas, entre os trabalhadores de todos os países, era uma das armas mais utilizadas e defendidas pelos anarquistas do “Terra Livre”. Quando as manifestações e demonstrações antimilitaristas dos trabalhadores europeus em 1913 geraram a reação repressiva e violenta dos seus respetivos Estados, os anarquistas responderam com a organização de redes solidárias e de apoio mútuo a nível internacional para socorrer os seus camaradas. No seguimento dos comícios antimilitaristas em França, ainda em 1913, os jornais e organizações anarquistas e sindicalistas francesas foram encerrados, e

²⁰⁸“Manifesto dos partidos socialistas”, *Terra Livre*, Nº 5, Ano 1, 13 de março de 1913, Lisboa, p.3.

²⁰⁹ “Campanha antimilitarista”, *Terra Livre*, Nº 7, Ano 1, 27 de março de 1913, Lisboa, p.1-2.

²¹⁰ De Pedro, J. M. Blasquez, “Uma ideia contra o militarismo”, *Terra Livre*, Nº 6, Ano 1, 24 de abril de 1913, Lisboa, p.4.

soldados que participaram nas manifestações foram presos. Em resposta, os autores de “Terra Livre” abriram uma subscrição “a favor das famílias dos soldados franceses nas condições indicadas”. Desta forma, juntamente com o apoio moral que circulava através dos órgãos de imprensa libertários e operários por toda a Europa, os anarquistas ofereciam apoio material monetário às vítimas das perseguições dos governos militaristas.²¹¹

Este mesmo internacionalismo antimilitarista cobria as páginas do jornal “A Aurora”, com os seus apelos à união entre todos os trabalhadores na sua condição de trabalhadores sem pátria, unidos pela sua condição de classe. A greve, a deserção e o protesto eram os métodos de luta promovidos também pelos anarquistas do Porto. Um soldado libertário a escrever em 1912 afirmava como “O soldado, como o seu irmão operário, não tem «pátria». A sua pátria é o universo, a sua família a Humanidade. (...) As reclamações operárias são sempre justíssimas. O soldado, perante elas, deve sempre, para sua dignidade, cruzar os braços e não guerrear o grevista”.²¹²

É esta solidariedade que deveria conduzir, no ideal anarquista, à abolição dos Estados e fronteiras, juntamente com as classes e o capitalismo e toda a exploração do homem pelo homem, citando inclusive a frase de Karl Marx “o proletariado não tem pátria”. Contra o atual estado de coisas, os anarquistas portuenses defendiam a posse coletiva da terra em oposição à independência nacional, e o federalismo como forma unificadora entre todos os povos:

“O proletariado tem uma solidariedade especial, além da solidariedade humana, mas é a de classe, é internacional, é com todos os oprimidos e explorados contra todos os governantes e proprietários. É a solidariedade necessária para abolir as

²¹¹ “A Reacção em França: solidariedade moral os soldados castigados por protestarem contra a lei dos 3 anos”, *Terra Livre*, Nº 24, Ano 1, 31 de julho de 1913, Lisboa, p.2.

²¹² Um Soldado, “Ao soldado”, *A Aurora*, Nº 99, Serie II, Ano 2, 16 de junho de 1912, Porto, p2.

classes, a fronteiras e os governos; para formar a federação, não de províncias e de Estados, mas de grupos de produtores; para conquistar para todos a posse da terra, a liberdade de viver no seu lar e no seu torrão, com os seus hábitos e o seu modo de ser, sem peias nem senhores”.²¹³

Em outubro do mesmo ano, Camilo Rodrigues dá continuidade à defesa destas ideias, enfatizando a abolição de todo e qualquer odio ou discriminação racista e a sua relação com a coletivização dos meios de produção:

“Só quando a terra for uma só pátria, livre, emancipada, é que o bem-estar será uma realidade. Findarão as guerras porque não haverá ódios de raça e interesses capitalistas; acabarão todas as desigualdades sociais, pois que, findando a propriedade privada, cessarão os privilégios de casta;”²¹⁴

Ainda ao longo do ano de 1912, o jornal “Aurora” noticia a ocorrência de deserções de camponeses do exército, para irem trabalhar nas suas terras ao lado das suas famílias, depois de lhes terem sido recusadas licenças. Este espírito de desobediência perante as autoridades militares é encorajado, quando afirma, com certa romantização do povo rural que:

“O aldeão não é o mancebo militarista das cidades, tantoche repugnante a quem o sentimento bélico apagou as mais cândidas manifestações de humanidade. (...) Teme a caserna porque detesta a guerra e, o que é mais, essa revolta insuflada pelo pacifismo doutrinário dos revolucionários modernos, é a simplicidade comovente das suas almas boas”.²¹⁵

²¹³ “Portugal, Potencia Militar”, *A Aurora*, Nº 105, Serie II, Ano 2, 28 de julho de 1912, Porto, p1-2.

²¹⁴ Rodrigues, Camilo, “As Minhas Notas: A loucura da guerra”, *A Aurora*, Nº 117, Serie II, Ano 2, 20 de outubro de 1912, Porto, p2.

²¹⁵ Amoreira, “Deserções Militares”, *A Aurora*, Nº 103, Serie II, Ano 2, 14 de julho de 1912, Porto, p3.

As perspectivas libertárias portuguesas sobre os métodos de luta antimilitaristas eram, como já vimos noutros periódicos, influenciadas pelo movimento anarquista francês. A CGT francesa representava um objetivo a alcançar para o próprio movimento anarquista e sindicalista revolucionário em Portugal, com as suas centenas de milhares de membros e forte organização anticapitalista e anti estatal. “A Aurora” publicava a partir do final do ano de 1912 as proclamações grevistas revolucionárias dos sindicalistas franceses, com todo o seu caráter internacionalista: “Os trabalhadores não têm pátria! (...) em caso de guerra entre potências, os trabalhadores devem responder à declaração de guerra com uma declaração de greve geral revolucionária”. Mais uma vez, a única guerra promovida pelos sindicalistas revolucionários e anarquistas era, “a guerra entre classes, a guerra dos pobres contra os ricos, dos oprimidos contra os opressores, pela verdadeira emancipação”.²¹⁶

A organização da greve geral revolucionária, contra o Estado, o capitalismo e o militarismo imperialista, era sempre acompanhada de outro método organizativo de preparação da luta, os comícios populares. Em dezembro de 1912 “A Aurora” relata como,

“a confederação geral do trabalho realiza em França vinte e dois grandes comícios regionais contra as ameaças e preparativos de guerra, e amanhã o proletariado francês (...) fará uma greve geral de prevenção, de solene advertência a burguesia e á comissão executiva desta, o governo”.

Na extensiva e intensiva realização dos comícios em França terão participado “1591 organizações operárias “. Podemos concluir que os anarquistas portugueses promoviam a mesma variedade de táticas antimilitaristas que os restantes periódicos anarquistas analisados, pelo menos neste período antes do início da Grande Guerra. Estes métodos consistiam nomeadamente na greve geral, na deserção, na realização de comícios e na solidariedade internacional entre todos os trabalhadores na luta pela

²¹⁶ Recortes e Retoques: Guerra á Guerra”, *A Aurora*, Nº 118, Serie II, Ano 2, 27 de outubro de 1912, Porto, p1.

abolição do capitalismo, dos Estados e dos seus exércitos e fronteiras, favorecendo a formação de modos de organização libertários, igualitários e federalistas entre todos os povos, de baixo para cima.²¹⁷

A partir de 1913, este periódico mantém os posicionamentos teóricos, e começa a destacar cada vez mais a crescente confrontação nas ruas, nos parlamentos e na imprensa entre militaristas e antimilitaristas, especialmente em França e na Alemanha.²¹⁸ Em Portugal, a propaganda antimilitarista desenvolve-se com a publicação de obras anarquistas como “Da Porta da Europa”, de Neno Vasco. Em março de 1914, quatro meses antes do início da guerra, “A Aurora” divulga um discurso pronunciado por Aurélio Quintanilha da Juventude Sindicalista, organização associada ao anarco-sindicalismo, sobre a questão da defesa nacional. O orador, para além de exprimir as mesmas ideias já analisadas sobre a repressão das liberdades individuais e coletivas, o caráter opressivo da caserna e formação de autómatos dentro das estruturas do exército, embarca numa crítica da ideia de “defesa nacional” e qual deveria ser a atitude das classes trabalhadoras perante a mesma.²¹⁹

Questionando-se sobre o que significa “defesa nacional”, o orador afirma:

“Será a defesa das terras compreendidas entre o Minho e o Algarve, dessas terras que pertencem aos senhores que nem de vista conhecem a rabiça do arado que as sulca, dessas campinas sem fim que o trabalhador nem ao menos tem o direito de trabalhar? (...) Mas então em que é que isso interessa aos trabalhadores, eles que dessas terras não possuem a mais pequenas parcelas,

²¹⁷ “Guerra Á Guerra”, *A Aurora*, Nº 125, Serie II, Ano 2, 15 de dezembro de 1912, Porto, p1.

²¹⁸ “O Antimilitarismo em França”, *A Aurora*, Nº 139, Serie II, Ano 2, 23 de março de 1913, Porto, p1.

²¹⁹ Quintanilha, A., “A defesa nacional”, *A Aurora*, Nº 192, Serie II, Ano 2, 29 de março de 1912, Porto, p.1-2.

eles cuja vida de sofrimentos e misérias é precisamente a consequência da existência de proprietários?”.

Do ponto de vista sindicalista libertário, o trabalhador não deveria defender os interesses dos proprietários e da burguesia, sacrificando-se por aquilo que não lhe pertencia, pois como o orador afirma, “se Portugal fosse anexado a qualquer outro país, os proprietários das terras continuariam sendo os mesmos”.²²⁰

Por outro lado, em vez do estrangeiro, o verdadeiro inimigo a ser combatido, aquele que reprime os interesses e direitos dos trabalhadores, era o próprio Estado e as autoridades portuguesas, aqueles que “mandaram fuzilar e prender os trabalhadores portugueses em Setúbal, Évora, Lisboa, etc., quando estes procuravam defender os seus interesses de salarizados contra um patronato nacional e estrangeiro”. Os mesmos que “apreenderam o *Sindicalista*, a *Terra Livre* e muitos outros jornais”, e que encerraram a “associação e cooperativa dos rurais” de Coruche. Ecoando uma afirmação antimilitarista que seria popularizada em 1915 por Liebknecht com o panfleto “The main enemy is at home!”²²¹, Aurélio Quintanilha aponta:

“Portanto o inimigo dos trabalhadores que constantemente lhes ameaça as regalias conquistadas por eles, os seus interesses, as suas próprias vidas, não está além-fronteiras; está cá dentro; são aqueles que no governam e no exploram, e é precisamente contra esses que é proibido armarmo-nos”.²²²

Para Quintanilha, os trabalhadores portugueses deveriam consequentemente lutar pela “socialização das terras” contra aqueles que semeavam a “fome, o luto, a

²²⁰ Idem, *Ibidem*.

²²¹ Liebknecht, Karl, *The Main Enemy Is At Home!*, Maio, 1915, Disponível em < <https://www.marxists.org/archive/liebknecht-k/works/1915/05/main-enemy-home.htm> > Acedido em 16/05/2024

²²² Idem, *Ibidem*.

morte”, e apontar as armas, não para o suposto inimigo estrangeiros, mas antes para os seus próprios governantes e capitalistas. Nas sua palavras:

“E antes de meterem nas mãos dos trabalhadores as armas com que eles hão de ir defender os privilégios dos governantes e dos capitalistas era bom que pensassem que esses trabalhadores, agora tam resignados, se podiam um dia lembrar de pôr essas armas ao serviço dos seus próprios interesses, das suas ideias de liberdade e de emancipação. E então, ai dos privilégios!”.²²³

²²³ Idem, *Ibidem*.

4. Os Intervencionistas:

No primeiro capítulo abordamos sucintamente o conceito de intervencionismo, no contexto do movimento socialista e anarquista no início da Grande Guerra, a partir das declarações dos seus principais defensores e promotores. Neste capítulo iremos analisar a perspetiva desses mesmo intervencionistas no movimento anarquista em Portugal, as posições por si promovidas e os argumentos utilizados para as sustentar.

Além disso, procuraremos averiguar de que forma as posições intervencionistas sofreram transformações ao longo dos anos do conflito, e quais as críticas que foram dirigidas aos internacionalistas que se lhes opuseram. A construção, verbalização e difusão das suas posições não foi nem uma simples regurgitação dos escritos dos seus camaradas no estrangeiro, nem o resultado de interações unidimensionais entre militantes que concordavam ideologicamente uns com os outros. Foi antes parcialmente resultado tanto do diálogo e discussão entre pares, como resultado do debate mais ou menos amigável com os restantes militantes anarquistas e sindicalistas operários internacionalistas através da imprensa. Os intervencionistas formaram argumentos tendo em conta também a época historicamente específica em que viviam, assim como a questão territorial, ou seja, a realidade específica dos territórios afetados.

Os intervencionistas portugueses organizaram-se em volta de dois periódicos, o “Germinal” e “A Questão Social”, que já analisamos no segundo capítulo. O “Germinal” foi o principal protagonista entre os intervencionistas, juntamente com o seu fundador Emílio Costa, e como tal é neste periódico que nos iremos focar ao longo de quase todo o capítulo.

4.1 Apoio á Triplice *Entente* e oposição á Triplice *Alliance*:

Desde 1915 que o “Germinal” começou a ser publicado, e desde a primeira edição apresentou de forma clara a sua posição sobre a Grande Guerra. Os assuntos que preocupam os anarquistas do grupo “Germinal” são, acima de tudo, a cisão entre libertários, o estado de confusão em que a guerra colocou os anarquistas e sindicalistas, e por fim o dogmatismo daqueles que no campo anarquista rejeitam o direito do povo francês pegar em armas em autodefesa.

Emílio Costa, a 1 de janeiro, chamava a atenção, através de dois artigos, para a “desagradável impressão” de muitos anarquistas perante “a atitude dos revolucionários franceses, principalmente em face da guerra, e pior impressão o facto de haver anarquistas que defendem essa atitude: a de pegar em armas contra os invasores alemães”. Para o autor é compreensível que “não se concorde no todo ou em parte com os actos de uns e as palavras de outros”, mas condena a atitude dogmática daqueles que “pelo facto de haver quem fale de maneira diversa da nossa, se acusem aos outros de ex-anarquistas, indo até á feia palavra traidor”. Contra aqueles que se consideram os únicos coerentes defensores dos ideais libertários, Emílio Costa considera que tal opinião é errada e injusta. Não só errada, como o resultado de uma “mentalidade religiosa”, dando direito até à “excomunhão”, nas palavras do próprio, por parte de periódicos como o “Tierra y Libertad” de Espanha, e autores como Malatesta.²²⁴

É ao responder às críticas que Malatesta direcciona a Kropotkin e aos intervencionistas que Emílio Costa se posiciona pela primeira vez em sintonia com a perspectiva das forças da Triplice Entente. Se para o anarquista italiano a “colaboración de todos para el bien general”, referindo a colaboração com forças que nos são opostas, seria justificável em situações como “una invasión de bárbaros”, para Emílio Costa é precisamente nessa situação que o povo francês se encontrava. Nas suas próprias palavras:

“Mas é o caso da invasão de bárbaros, que matam e destroem tudo o que encontram! Simplesmente Malatesta não considera a invasão alemã, segundo parece, uma invasão dos bárbaros a que alude, e outros consideram assim e fazem o que Malatesta faria se a considerasse na mesma forma”.²²⁵

²²⁴ Costa, Emílio, “Os anarquistas e a guerra europeia”, *Germinal*, Nº 1, Ano I, 1 de janeiro, 1915, Lisboa, p.2

²²⁵ Costa, Emílio, “Os anarquistas e a guerra europeia”, *Germinal*, Nº 3, Ano I, 20 de janeiro, 1915, Lisboa, p.2

No mesmo sentido de ideias, e ecoando a opinião de muitos na esquerda no início da Grande Guerra, esta era para Emílio Costa uma guerra de libertação, de “emancipação humana”. Malatesta considera que nesta guerra, o mais provável seria não haver vitória definitiva para nenhum dos lados, apenas “pérdida de vidas e riquezas”, e que os trabalhadores anarquistas e socialistas devem “dejarlos que arreglen y aprovechar la oportunidade para librar-se de sus opressores del interior asi como los que vengan del exterior”. Ainda assim, aponta que deseja a derrota da Alemanha, porque entende que se a revolução é a única solução para o conflito, é na Alemanha que “seria, mas probable estallara la revolución”. Em resposta, Emílio Costa aponta que: “Mas então sempre parece haver nesta guerra alguma coisa de comum com a emancipação humana!” ²²⁶

A argumentação dos intervencionistas portugueses surge ao longo de várias edições no jornal, a partir de uma resposta às críticas dos anti intervencionistas. Exprime-se mais como uma reação aos ataques dos anarquistas que se mantiveram fiéis às palavras de ordem do pré-guerra, que pretende justificar o apoio aos Estados da Entente, e conciliar as ideias libertárias com esse mesmo apoio. No seguimento do mesmo artigo, Emílio Costa apresenta alguns dos principais argumentos a favor dos intervencionistas. O que se segue é uma proposta de estruturação dos pontos principais da argumentação intervencionista anarquista, apresentada da forma mais honesta e leal possível, sem distorcer as ideias apresentadas.

Em primeiro lugar, para os intervencionistas, a Grande Guerra é uma guerra de agressão alemã e austríaca, e como tal, do ponto de vista das nações da Entente, esta é uma legítima guerra de autodefesa contra a agressão imperialista estrangeira. O conflito não poderia ser analisado simplesmente como o confronto entre forças iguais na sua responsabilidade e nas suas ações. Dum lado encontravam-se os exércitos da Alemanha e Áustria-Hungria, nomeadamente, claros agressores bárbaros e imperialistas, do ponto de vista do “Germinal”. Do outro lado, os povos invadidos da França, Bélgica e Sérvia,

²²⁶ Idem, *Ibidem*.

que deveriam ser apoiados pelos revolucionários anarquistas e socialistas na sua luta por libertação e emancipação contra o que designam de exércitos reacionários. É uma guerra da reação contra a liberdade. Esta distinção entre os envolvidos na guerra é basilar para a argumentação intervencionista. Os anarquistas deviam guiar-se não só em princípios dogmáticos, mas na especificidade de circunstância de cada povo e movimento, ou como afirma o “*Germinal*” a 31 de janeiro de 1915, “é conveniente que esta moral corresponda às realidades e que se não reconstituam, sob o nome de princípios, «dogmas imutáveis»”.²²⁷

A 7 de Fevereiro de 1915, Emílio Costa foca-se nesta mesma distinção, quando refere que os anarquistas “da pureza e da doutrina (...) não distinguem bem entre anarquistas de países invadidos e postos a saque e países que estão diretamente fora da contenda”. Realçando a diferença entre invasores e invadidos, o mesmo autor afirma:

É com justiça que se assimila a invasão alemã, «feita sem provocação dos invadidos», a uma invasão de bárbaros. A barbaridade está nos processos. O incendio, o roubo, o saque, o assassinato, a tortura, a destruição, o morticínio, a apropriação de bens e de pessoas (...) não deixam de ser atos bárbaros, legitimando toda a defesa, só porque teem atrás deles uma civilização capitalista”.²²⁸

Consequentemente, surgem as diferenças de reação entre anarquistas invadidos e anarquistas que não o foram, “E não é por se ser anarquista que se está liberto de sofrer a influencia do meio e dos acontecimentos”.²²⁹ No mesmo sentido, Emílio Costa realça o carácter reacionário da Alemanha e da Áustria, versus o carater mais liberal da

²²⁷ Costa, Emílio, “Os anarquistas e a guerra europea”, *Germinal*, Nº 4, Ano I, 31 de janeiro, 1915, Lisboa, p.2

²²⁸ Costa, Emílio, “Os anarquistas e a guerra europea”, *Germinal*, Nº 5, Ano I, 7 de fevereiro, 1912, Lisboa, p.1

²²⁹ Idem, *Ibidem*.

Inglaterra e ou mais revolucionário da França, quando afirma que “Quando Malatesta proscrito, teve de procurar asilo no estrangeiro, foi à Inglaterra e não à Alemanha que ele o pediu”. Quando menciona as campanhas de solidariedade por operários e revolucionários perseguidos em Barcelona, volta a relembrar como “foram feitas também em Inglaterra; nenhuma (...) o foi na Alemanha ou na Áustria”.²³⁰

A Alemanha, Estado de caráter reacionário, tinha dado mostras de querer a guerra, enquanto a França tinha demonstrado o seu desejo de paz, e foi esta diferença de atitudes que comoveu os revolucionários a alistarem-se para combater pelo exército francês contra o invasor. A 21 de março do mesmo ano, Emílio Costa afirma:

“A forma porque a Alemanha se conduziu e as provas de desejo de paz, de atitude defensiva por parte da França, fizeram com que uma grande parte dos revolucionários franceses pegassem em armas contra o invasor, convictos de que este representava um perigo tanto maior, quanto entre os elementos avançados alemães se manifestara (...) um decidido acordo com a guerra de invasão com um desprezo manifesto por todos os laços de solidariedade pregados antes”.²³¹

Neste mesmo sentido, acreditavam os intervencionistas que a luta contra a Alemanha era uma necessidade que se impunha aos povos dos países invadidos. Kropotkin foi o principal defensor das ideias intervencionistas entre os anarquistas europeus, e os seus escritos surgem frequentemente a defender essas mesmas ideias nas páginas do “Germinal”. A 28 de março o jornal publica uma carta do revolucionário russo, na qual Kropotkin realça o instinto de solidariedade para com todos os oprimidos, uma das principais características da filosofia anarquista, mas desta feita aplica-o às nações e povos invadidos. Focando-se na violação da neutralidade da Bélgica, Kropotkin

²³⁰ Costa, Emílio, “Os anarquistas e a guerra europeia”, *Germinal*, Nº 4, Ano I, 31 de janeiro, 1915, Lisboa, p.2

²³¹ Costa, Emílio, “Os anarquistas e a guerra europeia”, *Germinal*, Nº 11, Ano I, 21 de março, 1915, Lisboa, p.1

questiona se “tenho o direito de ficar de braços cruzados, como simples espectador?”, e em seguida declara:

“Precisamente porque sou inimigo de toda a opressão do fraco pelo forte, trato de ajudar o fraco a repelir o ataque do forte (...) ficar de braços cruzados quando o forte despedaça o fraco seria uma suprema cobardia. *É isso que ajuda a manter todas as opressões*”.²³²

Este argumento surge novamente a 2 de maio de 1915, na publicação de um artigo de Jean Grave, anarquista intervencionista francês. Jean Grave, um dos principais dinamizadores das ideias intervencionistas entre o movimento anarquista e sindicalista revolucionário, realçou não só a responsabilidade da Alemanha enquanto agressora, como o seu caráter especialmente militarista. Para o militante francês, os anarquistas não intervencionistas corriam o risco de “Fazer o jogo dum agressor”, e enfatizando, “Sobretudo quando esse agressor organizou um militarismo apto para a conquista e para a dominação, quando se sabe que o ideal confessado desse militarismo é curvar toda a Europa sob o seu jugo”.²³³

Mas Jean Grave vai ainda mais longe na crítica aos anti intervencionistas. O combate ao imperialismo, mesmo sendo feito combatendo ao lado de um Estado-nação, não poderia ser uma violação dos princípios antimilitaristas. Pelo contrário, era uma afirmação contundente desses mesmos princípios, assim como da prática anarquista de combater ao lado dos oprimidos contra os opressores. Nas suas palavras, a ideia de que formar coligações contra o invasor constituía um ato de patriotismo era errada, pois “Com este modo de ver, toda a nação agressiva e conquistadora podia dar livre curso aos seus instintos de morticínio, rapina e dominação”, porque qualquer ato de defesa contra essa nação seria “abrir brecha nos princípios antimilitaristas”. E adiciona:

²³² Pedro, Kropotkin, “Carta sobre as questões actuais”, *Germinal*, Nº 12, Ano I, 28 de março, 1915, Lisboa, p.1

²³³ “O dever dos neutros”, *Germinal*, Nº 17, Ano I, 2 de maio, 1915, Lisboa, p.2

“Por que química do pensamento, deixar o imperialismo livre de dar curso aos seus instintos de ave de rapina, de, por onde passa, tudo destruir e tudo massacrar, se tornou num preceito humano?”²³⁴

Esta situação empurra os anarquistas intervencionistas a aderirem à colaboração com os seus próprios Estados-nação e demais classes sociais, inclusive com a burguesia, para combater o imperialismo alemão e defender as nações mais fracas e oprimidas por este mesmo imperialismo. Consequentemente vemos uma aproximação destes anarquistas a uma defesa das lutas por libertação nacional. Deve, no entanto, ser ainda realçado, que apesar da animosidade dos anarquistas para com o nacionalismo e o patriotismo, e a rejeição dos mesmos como construções burguesas e estatais que dividem o proletariado internacional e o oprimem, o movimento libertário desde cedo apoiou e participou em movimentos de libertação nacional, especialmente através das lutas de movimentos anticoloniais em África, Ásia e América. Esta temática foge ao objeto de estudo deste trabalho, mas é relevante ainda assim mencionar que não era de todo incomum anarquistas apoiarem lutas de libertação nacional, procurando imprimir características libertárias nessas mesmas lutas, e transformá-las em lutas de classe revolucionárias e socialistas.²³⁵

Em segundo lugar, os intervencionistas argumentavam que o Império Alemão era uma ameaça maior ao desejo de emancipação do proletariado internacional do que a França e a Inglaterra, visto ser uma monarquia antidemocrática, governada por uma casta militar, símbolo do despotismo e reacionarismo, do pangermanismo e do racismo. Não só o Estado alemão era especialmente antirrevolucionário, autocrático e discriminatório, como a própria cultura germânica, a “Kultur” mencionada nas páginas do “Germinal”, era ela própria militarista, reacionária e retrograda. Este argumento está intimamente ligado à noção do invasor alemão como bárbaro e selvagem que analisados

²³⁴ Idem, *Ibidem*.

²³⁵ HIRSH, Steven; WALT, Lucien Van Der, *Anarchism and Syndicalism in the colonial and postcolonial world 1870-1940*, Studies in Global Social History, Leiden Boston, 2010.

previamente. Aqui os anarquistas intervencionistas parecem entrar numa perspetiva essencialista, na qual a própria cultura alemã, e a mentalidade de todo um povo, são vistas de forma homogénea, em contraste com a cultura e os valores dos povos dos países da Triplice Entente.

Os intervencionistas opõem a tudo isto o carater supostamente mais progressista, livre, emancipador e igualitário da França e da Inglaterra, em especial, dos valores que os seus Estados simbolizam e defendem, e a sua posição como baluartes da luta contra a reação germânica. Utilizando uma linguagem inspirada nos valores do iluminismo, os intervencionistas defendem a liberalização dos Estados autocráticos e enaltecem a França e a Inglaterra como “esclarecidos”, e a França em especial como a grande defensora dos valores de revolução e liberdade, a seu ver. É desta forma que a guerra revela o seu potencial libertador, através do confronto entre Estados antidemocráticos e democráticos, reacionários contrarrevolucionários ou progressistas.

A 21 de fevereiro de 1915, o “Germinal” elabora pela primeira vez a questão da “significação social que se atribuem à guerra”, a base do desacordo segundo Emílio Costa. A diferença de valor atribuído aos diversos regimes políticos por parte dos anarquistas intervencionistas e anti intervencionistas seria, sob esta perspetiva, uma das razões principais da discórdia. Esta questão estaria, segundo o “Germinal”, relacionada simultaneamente com as causas atribuídas para o início da guerra, que iremos abordar noutro capítulo, mas que para os intervencionistas tinha motivos tanto económicos como políticos. Como tal, “Dum lado estão aqueles para quem a vida política dos povos é um aspeto importante sob que se deve encarar o resultado da luta e os que atribuem importância grande a outros factores do conflito, além do económico”, enquanto do lado oposto estão aqueles que “atribuem àquela vida política e a outros fatores, uma importância mínima senão nula. Disto resulta logicamente, que os primeiros tendem para a participação na guerra e os segundos para a sua abstenção”.²³⁶

²³⁶ Costa, Emílio, “Os anarquistas e a guerra europea”, *Germinal*, Nº 7, Ano I, 21 de fevereiro, 1915, Lisboa, p.1

Ou seja, a participação na guerra em apoio da Entente era justificada pela importância que a organização política da sociedade tinha para os intervencionistas, em contraste com a alegada neutralidade ou maior indiferença dos anti intervencionistas. Consequentemente, intervencionistas optam por apoiar a França por esta ser uma República e uma democracia, garantir mais e maiores liberdades aos seus cidadãos, em vez de uma Monarquia antidemocrática e menos respeitadora das liberdades, como no caso da Alemanha. E no seguimento desta posição, atacam ainda a incoerência dos anarquistas anti intervencionistas, que lutam e defendem os benefícios dos regimes republicanos no seu território e no estrangeiro, mas o desvalorizam em tempo de guerra. Como Emílio Costa explica:

“Se tanto nos faz um regimen político como outro; se, como diz P. Esteve a Kropotkin, «a solução do problema politico não facilita a do problema social», como se compreende que os que assim pensam contribuam para insurreições destinadas a mudar de regimens políticos, falem em Republica alemã e russa como uma coisa a desejar, considerem um desastre a volta, em cada paiz, dos regimens passados (...) que até se arrisca a vida, para conquistar ou não perder essas coisas, pelas quaes se diz agora não valer a pena tomar partido?” ²³⁷

Para os anarquistas intervencionistas do “Germinal”, se podem unir forças com os seus inimigos de dentro para lutar por objetivos comuns, como no caso de revoluções políticas que promovem mudanças de regime, então esses mesmos anarquistas devem poder unir forças para combater inimigos estrangeiros: “se os adversários de dentro são eguais aos de fora e se não devemos colaborar com aqueles contra estes, também não devemos, dentro de cada paiz, colaborar com quaisquer deles, visto que são eguaes uns aos outros”, mas em contrapartida, se a colaboração contra os adversários de dentro é permitida, “também podemos colaborar com os de dentro contra os de fora”. ²³⁸

²³⁷ Idem, *Ibidem*, p.1-2

²³⁸ Idem, *Ibidem*, p.1-2

Os intervencionistas não negam que o Estado francês representa também muito daquilo que os anarquistas desprezam e combatem, e que os internacionalistas utilizam para justificar a sua abstenção, como:

“o pouco liberalismo, a pouca ou a falsa democracia, o imperialismo por parte da França: conquistas coloniais, barbaridades cometidas, a exploração dos trabalhadores pelos capitalistas tão grande como em qualquer outro país, censura à imprensa, nacionalismo militarista, clericalismo, centralismo político, etc”.²³⁹

Mas para estes, com todos os seus problemas que devem ser combatidos, no imediato defender a república contra a Alemanha é do interesse comum de todos. Contrariando todos os pressupostos anarquistas, de rejeição de participação em instituições estatais ou colaboração com estas, Emílio Costa defende mesmo que “Esta colaboração representa uma forma de aumentar a força de que se precisa para um fim comum”.²⁴⁰

Nesta mesma edição de 21 de fevereiro de 1915, o “Germinal” defende o carácter libertador do conflito, afirmando como “a invasão da Bélgica e da França pelos exércitos alemães, ameaça a existência das nacionalidades” e desta forma, “Nestas condições, a vitória do imperialismo germânico seria a derrota e o esmagamento da democracia e da liberdade na Europa”.²⁴¹

A posição intervencionista situa-se numa análise de apoio do mal menor e da defesa das liberdades democráticas, na ideia de que no confronto entre “o perigo alemão” e “as conquistas da democracia a salvar”, vale a pena lutar pelo segundo. Atacam os abstencionistas por não acreditarem “no valor da democracia nem no perigo

²³⁹ Idem, *Ibidem*, p.1

²⁴⁰ Idem, *Ibidem*, p.2

²⁴¹ “A Propósito da Guerra”, *Germinal*, Nº 8, Ano I, 28 de fevereiro, 1912, Lisboa, p.3

alemão”. Perigo alemão este, cuja origem procuram traçar na própria história da Prússia, que se manifesta no excecionalismo do Estado alemão:

“Talvez não haja na história, se exceptuarmos a Igreja Católica, exemplo mais perfeito e, digamos a palavra, mais grandioso da formação e manutenção dum organismo social fundado na gerarquia, na obediência e na ambição do domínio”.²⁴²

Para estes anarquistas, o Estado germânico assemelhava-se a uma grande máquina administrativa, “Cada funcionário, uma peça de um grande mecanismo, de cuja crítica ele deve abdicar”, máquina esta que se teria transformado ao longo da história num organismo de conquista “de tudo o que é alemão e finalmente de todo o mundo”. O reacionarismo germânico tanto se assemelhava à Igreja, que fazia uso do direito divino para legitimar a governação do kaiser, “Os Hohenzollern, eleitos de Deus para governarem o primeiro povo, o germânico, devem estender a toda a parte o seu domínio para salvação do mundo”.²⁴³

A vida nacional da Alemanha, para os anarquistas do “*Germinal*”, baseava-se nesta concepção e modo de existência “imperialista, que tem muito de religiosa e de mística”, que ia muito além das classes dominantes do governo, burguesia e aristocracia, mas que se estendiam a todos os cidadãos alemães:

“todos deviam trabalhar para o engrandecimento da Alemanha, convictos de que pertencem a um povo superior, destinado a dominar os outros, inferiores. *Deutschland uber alles! «a Alemanha acima de tudo»*”.²⁴⁴

Esta ideologia de superioridade nacional e racial alemã sobre todos os povos inferiores, juntamente com o seu modelo de governo estatal hierarquizado e

²⁴² Costa, Emílio, “Os anarquistas e a guerra europeia”, *Germinal*, Nº 9, Ano I, 7 de março, 1915, Lisboa, p.2

²⁴³ Idem, *Ibidem*.

²⁴⁴ Idem, *Ibidem*.

centralizador, fazia da Alemanha a maior inimiga da liberdade individual e coletiva, inimiga de todo o mundo por força das suas intenções imperialistas. Para Emílio Costa, “Como se lutou e se luta contra Roma, tem de se lutar contra Berlim, e sempre em nome dos direitos do homem que Roma e Berlim, agora espiritualmente aliados, pretendem esmagar”.²⁴⁵

Em março de 1916, um ano mais tarde, o “*Germinal*” continua a divulgar as mesmas ideias de necessidade de combate ao imperialismo e militarismo alemão, enfatizando a participação de quase todos os alemães nesse imperialismo, e a necessidade de todos os trabalhadores e libertários o combaterem:

“O imperialismo alemão, inegavelmente partilhado pela quasi unanimidade dos alemães, sem excluir o operariado, constitui um perigo formidável para aqueles que aspiram às ideias de autonomia dos indivíduos, dos grupos e das regiões, á livre associação dos trabalhadores, de sindicatos ou de populações, para aqueles que teem necessidade de federalismo e de tudo o que ele comporta de bem-estar e liberdade. Natural é, pois, darem-lhe combate esses mesmos, - cada um por sua maneira”.²⁴⁶

E um mês mais tarde, o “*Germinal*” foca o seu ataque no pangermanismo, comparando-o com o panslavismo, e descrevendo-o como uma teoria forjada “por escritores e postas ao serviço de uma causa política”. Cobrindo-se de “verniz científico”, o pangermanismo continuava a ser “uma doutrina de conquista territorial, que pressupõe a violência”. Esta forma de pensamento nacionalista alemão não se manifestava como a criação orgânica e autónoma de um povo, mas antes como algo “moldado nas universidades, adoptado pelos fidalgotes e pela casta militar, (...) erigido em doutrina de Estado”.²⁴⁷

²⁴⁵ Idem, *Ibidem*.

²⁴⁶ Qualquer, “Notas políticas e sociais”, *Germinal*, Nº 2, março de 1916, Lisboa, p.2

²⁴⁷ “Pangermanismo e panslavismo”, *Germinal*, Nº 3, abril de 1916, Lisboa, p.30

Em terceiro lugar, e como consequência das justificações já referidas, a Grande Guerra era uma guerra de libertação, dos povos, nacionalidades e potencialmente dos trabalhadores, com um carácter antimilitarista, anti-imperialista e internacionalista, não apenas uma guerra entre Estados imperialistas. Seguidamente, não podemos ignorar que os anarquistas intervencionistas não viam a sua tomada de posição como uma traição dos ideais libertários, nem um abandono do antimilitarismo e do anti-imperialismo. Pelo contrário, como iremos continuar a ver neste capítulo e nos seguintes, viam no combate à invasão alemã uma obrigação de todo o anarquista, assim como um passo em frente rumo a um estado social de maior liberdade e igualdade para os povos europeus e não europeus. As afirmações acima citadas de Kropotkin e Jean Grave referem já alguns destes argumentos. Entre 25 de abril e 9 de maio de 1915, o “Germinal” reforçou este ponto, e os seus restantes argumentos, através da publicação de uma carta de Jean Grave enviada ao jornal italiano “Libertario” nesse mesmo ano, e de um artigo intitulado “O dever dos neutros”.

Na referida carta, Jean Grave começa precisamente por mencionar como as razões que o levaram a aprovar a participação dos anarquistas na resistência à agressão alemã, não implicava qualquer abandono dos ideais libertários que defendia:

“esta participação na defesa não implica de modo algum, da parte dos anarquistas, uma aliança com os homens do poder, nem um abandono de qualquer das nossas reivindicações, nem uma adesão à política governamental. Um desastroso concurso de circunstâncias fez com que nos encontremos do mesmo lado da barricada; o fosso que nos separa continua sempre aberto”.²⁴⁸

Lutar contra o agressor, sempre sob este entendimento da guerra como autodefesa, era uma obrigação acrata, porque “se os anarquistas continuam a envolver-se no manto dos princípios, deplorando os males da guerra, mas não sabendo o que fazer para a ajudar os outros a sahir dela, perderão contacto com a opinião publica”. Só a derrota do imperialismo alemão abriria caminho à libertação: “A guerra estando

²⁴⁸ “A propósito da guerra”, *Germinal*, Nº 16, Ano I, 25 de abril, 1915, Lisboa, p.1

desencadeada, só pode ser detida pela derrota do agressor ou pelo esmagamento do imperialismo pelos nossos camaradas alemães”. Sem participar na resistência vista como antimilitarista, os libertários perderiam o “direito de falar”. Para ter esse direito era necessário:

“dar aos que se batem mais alguma coisa do que discursos: é preciso lutar com eles. É por esta razão, e só por esta razão, que estou com os nossos camaradas que se batem, não sendo os governos senão uma fatalidade que eu sofro, enquanto não nos podemos livrar deles”.²⁴⁹

Portanto, tornava-se libertário, socialista e internacionalista lutar pela libertação das nacionalidades oprimidas, mesmo que isso implicasse colaboração com o Estado. Ou como afirmou o “Germinal” em fevereiro de 1916:

“Protestamos contra a guerra de conquista do Transvaal, de Trípoli, de Marrocos, etc. Porque não havemos de protestar contra a guerra de conquista da Bélgica? Não há internacionalista que possa desculpar ou tolerar o assassinato metódico de milhões de pessoas pacíficas”.²⁵⁰

Sob a perspectiva intervencionista libertária, os anarquistas anti-intervencionistas caíam em flagrante contradição quando lutavam contra a escravidão de classe, ao mesmo tempo que “seguem indiferentes á escravidão nacional”. O “Germinal” sintetiza o caráter agressor da Alemanha contra a Bélgica, a defesa do apoio á libertação nacional, e por fim, a natureza reacionária do império alemão, que contrastava com a natureza libertadora da luta que se lhe opunha: “É uma luta de Estados. Será. Mas de um lado está o cesarismo, o centralismo, inimigo mortal de toda a autonomia individual e de todo o federalismo – essência do anarquismo”.²⁵¹

²⁴⁹ Idem, *Ibidem*, p.2

²⁵⁰ Qualquer, “Notas políticas e sociais”, *Germinal*, Nº 1, fevereiro de 1916, Lisboa, p.4

²⁵¹ Idem, *Ibidem*.

Este posicionamento era informado também pela atitude dos anarquistas belgas no seguimento da invasão germânica. Em maio de 1916 o “*Germinal*” cita os danos provocados pelo exército alemão no movimento operário, anarquista e antimilitarista, tais como cooperativas e habitações operárias queimadas, e militantes socialistas e anarquistas mortos, além de todo o grupo anarquista de Liège ter sido preso. De acordo com o periódico, o contacto dos anarquistas belgas com os invasores alemães, inclusive sociais-democratas, teria levado a que se tornassem intervencionistas, após se terem apercebido “que a causa eficiente” da guerra era “o choque de duas mentalidades antagónicas: a germânica feita de autoritarismo e domínio; a nossa, que tem por ideal a justiça e a liberdade”.²⁵²

Já em março de 1915, pela palavra de Emílio Costa, o “*Germinal*” tinha elaborado a temática da “guerra de libertação”. Uma vitória da Alemanha “viria despertar e robustecer o espírito reacionário que em todos os países existe, dando em resultado que a luta contra este seria muito mais difícil, e uma derrota muito mais provável senão certa”, contribuiria para o fortalecimento “do conservantismo em todos os países”. Por outro lado, a derrota da Alemanha daria mais força e expressão aos ideais de liberdade e igualdade, seria o “enfraquecimento das ideias de reação nos países não beligerantes; é a revolução ou pelo menos a quebra do prestígio nos países derrotados, dos respetivos regimens políticos e dos seus representantes”.²⁵³

Este facto, do ponto de vista libertário intervencionista, daria força aos revolucionários que contribuíram para a derrota germânica, tanto pela influência que agora exerciam sobre as instituições governamentais, como pela força moral que a sua participação na resistência lhes conferia. Para Emílio Costa,

²⁵² “Exterior”, *Germinal*, Nº 4, maio de 1916, Lisboa, p.5

²⁵³ Costa, Emílio, “Os anarquistas e a guerra europeia”, *Germinal*, Nº 10, Ano I 14 de março, 1915, Lisboa, p.2

“a força dos revolucionários é muito maior, força moral porque contribuíram para repelir o invasor e força material porque estão dentro das organizações militares e administrativas, onde a sua influência não deixará de se exercer num sentido favorável á boa causa e tendo por eles os revolucionários dos outros países, que poderão exercer influência benéfica, moral e material”.²⁵⁴

E neste sentido, o pedagogo anarquista português considera que todos os revolucionários, os das “fileiras” e os “que se encontram longe dos combates”, se mantêm leais aos seus valores e princípios, prontos a resistir ás “manobras dos reacionários – pois seguem-nas com atenção e mostram-se dispostos a resistir-lhes – quer julgando que para os governantes as palavras *guerra de libertação*, tem a mesma significação que para eles”.²⁵⁵

Quando nos questionamos sobre como foi possível anarquistas e outros socialistas e sindicalistas abandonarem os seus princípios anteriormente defendidos, e conciliarem a sua ideologia internacionalista, anticapitalista, anti estatista e antimilitarista, com o apoio aos Estados e exércitos capitalistas da Triplice Entente, são estas questões que devemos ter em conta. Para os intervencionistas, eles não estavam a ser incoerentes, nem a abandonar quaisquer princípios libertários e revolucionários socialistas. O intervencionismo na “guerra de libertação” por eles imaginada, era uma continuação das suas ideias, uma forma de avançar o seu programa revolucionário. Era a consequência lógica do internacionalismo, antimilitarismo e anti-imperialismo, era sinonimo de combater pelos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade entre os povos, de libertar as nacionalidades e povos oprimidos.

A justificação base do pensamento anarquista para rejeitar a participação nas instituições estatais e tomar controlo do Estado, a defesa da coerência e reciprocidade entre meios e fins, foi instrumentalizada para justificar o intervencionismo na Grande

²⁵⁴ Idem, *Ibidem*.

²⁵⁵ Idem, *Ibidem*.

Guerra. Emílio Costa, em fevereiro de 1915, opondo mesmo a ideia de coerência á ideia de utilidade para se defender dos ataques dos anarquistas abstencionistas, defende, “Ponhamos a questão no terreno da utilidade dos actos em vista dos fins a atingir”, e apoiando os militantes que aderiram ás fileiras dos exércitos afirma: “Tudo isto irá contra os princípios, é provável; mas não é certo que vá contra o fim principal a atingir neste caso: poupar-se o mais possível para poder servir esses mesmos princípios”.²⁵⁶

4.2 Antigermanismo:

A partir das justificações apresentadas pelos anarquistas intervencionistas portugueses a favor do apoio à *Entente*, podemos tirar algumas conclusões, que iremos agora também procurar sustentar com informação adicional. Primeiro de tudo, é possível constatar que estes anarquistas, em especial os militantes do “Germinal”, manifestam claramente um forte sentimento antigermanista. Para continuar a explicar a tomada de posição intervencionista, aquilo que vamos procurar demonstrar é que os anarquistas intervencionistas sentiam desprezo pela Alemanha, pela cultura alemã e pela civilização alemã associada ao Segundo Reich, ao ponto de basearem os seus ataques em argumentos xenófobos e discriminatórios.

Citamos já diversos artigos publicados no “Germinal” que caracterizaram os invasores alemães como “bárbaros”, o imperialismo pangermanista como estando presente em praticamente todos os alemães, “sem excluir o operariado”. Este tipo de caracterização generalista de todo um povo com base em características culturais e/ou étnicas, foi relativamente recorrente nas páginas do periódico. Logo a 31 de janeiro de 1915, o “Germinal” descreve os alemães como “áquela casta guerreira com que se declarou integrada a «kultur»” e cita Jean Grave dizendo que “Emquanto o imperialismo

²⁵⁶ Costa, Emílio, “Os anarquistas e a guerra europea”, *Germinal*, Nº 6, Ano I, 14 de fevereiro, 1915, Lisboa, p.2

alemão estiver de pé, ele será uma ameaça contra o pensamento humano, o aniquilamento de toda a esperança de libertação”.²⁵⁷

Um ano mais tarde, em fevereiro de 1916, os intervencionistas portugueses promovem a obra do suíço Maurice Muret, que critica o orgulho alemão, a “megalomania germânica, que hoje domina as classes dirigentes e populares, na Alemanha”, novamente alargando o ataque a todo o povo alemão, incluindo as classes trabalhadoras. Este autor procurava, segundo o “Germinal”, traçar as origens do imperialismo, cesarismo e militarismo pangermanista, desde as obras dos “teóricos do orgulho da raça” como Carl Von Clausewitz e Driesmans, passando pelo “orgulho científico utilizado para justificar o direito de domínio do povo alemão, e por fim a caracterização do povo alemão como “povo eleito”, feita pelos pastores protestantes.

258

Em abril, Emílio Costa ataca o falso internacionalismo dos socialistas e sindicalistas alemães e austríacos, por negarem as liberdades e direito de autodeterminação dos sindicalistas checos, e procurarem reprimir o movimento. O anarquista português apresenta uma crítica aos socialistas das potências centrais, mencionando a forma como “os socialistas alemães e austríacos procederam por ocasião da agressão à Servia e à Bélgica, mostram bem de que espécie era o internacionalismo que eles apregoam”, e defende o direito de autodeterminação do povo checo, “as aspirações de autonomia, de independência nacional”, que não o impedia de ser “muito mais internacionalistas do que os alemães de Viena”. O antigermanismo baseava-se, desta forma, na crítica ao imperialismo alemão e austríaco, o que por consequência conduzia à defesa da liberdade e autonomia das nacionalidades oprimidas.²⁵⁹

²⁵⁷ “Notas Ligeiras”, *Germinal*, Nº 4, Ano I, 31 de janeiro, 1915, Lisboa, p.2

²⁵⁸ “O orgulho alemão”, *Germinal*, Nº 1, fevereiro, 1916, Lisboa, p.30

²⁵⁹ Costa, Emílio, “Os imponderáveis”, *Germinal*, Nº 6, abril de 1916, Lisboa, p.10-12

Mas o tipo de argumento apresentado ganha contornos de discriminação étnica principalmente em setembro, com a publicação de um texto de Paul Reclus, no qual o anarquista francês aborda a forma como diferentes países “atravessam estádios diferentes de evoluções humanas; a geografia primeiro que tudo e depois a história de cada povo criaram-lhe uma mentalidade especial”. Reclus foca-se tanto num conceito evolucionista da humanidade, que teria de passar por estádios de desenvolvimento de forma linear, como num entendimento etnopsicológico para avaliar o grau de subdesenvolvimento de determinados povos, algo pouco comum entre os libertários. É daqui que Reclus afirma que:

“a expressão «liberdade do indivíduo» tem na Alemanha uma significação diversa da que tem na Grã-Bretanha, onde, em resultado dos séculos de lutas que tem tido os seus períodos de acuidade extrema, o homem adquiriu certa independência e por vezes levanta contra o Estado as «objecções da sua consciência»”.²⁶⁰

Veremos mais adiante, ainda neste capítulo, como a mesma argumentação evolucionista, geográfica e histórica é utilizada para justificar aquilo que os intervencionistas consideram ser o superior espírito libertador dos povos dos Estados da Triplice *Entente*. No que diz respeito ao povo alemão, a unificação e a guerra de 1870 perverteram-no, “sob o ponto de vista do desenvolvimento do espírito humano, as suas virtudes estão encobertas pelo servilismo que lhe souberam inculcar os seus «Chefes»”. Reclus reconhece no povo alemão “qualidades individuais”, mas considera que a Alemanha e a Austria foram as verdadeiras agressoras da guerra, culpadas dos maiores atos de morte e destruição, e afirma:

“vejo uma diferença entre a faculdade de acção do indivíduo no Estado alemão, sobretudo suposto vitorioso, e a sua faculdade de acção nos Estados aliados –

²⁶⁰ Reclus, Paul, “Absoluto e Relativo”, *Germinal*, Nº 8, setembro de 1916, Lisboa, p.9-

(...) diferença enorme para o habitante do nosso planeta, - diferenças que contem as conquistas feitas pelos nossos pais em seculos de lutas”.²⁶¹

Um outro aspeto relevante na argumentação intervencionista, é a instrumentalização que se faz das ideias e afirmações de históricos militantes anarquistas, como Bakunin e Proudhon, para fundamentar as suas posições. Aproveitam-se citações e preconceitos dos velhos anarquistas para atacar o Estado alemão como mais imperialista e militarista que os aliados, a o povo, cultura e civilização alemães como mais reacionárias. A 14 de março de 1915 o “Germinal” cita o filosofo anarquista russo, quando este dizia “a tão encarecida civilização dos alemães é a aliança monstruosa da brutalidade e da sciencia para a servidão da Humanidade”. Os libertários intervencionistas ressuscitaram essencialmente os argumentos de Bakunin que foram utilizados em 1870 e 1871 para apoiar a França frente á Prússia. Sobre esse mesmo conflito, o “Germinal” volta a citá-lo:

“A França derrotada era agora um mal bem maior - porque bem maior seria depois a influencia alemã – do que foi depois de 1870, derrota da qual Bakounine dizia: «A causa da França tornou-se a do mundo e a derrota e a perda da França serão a derrota e a perda da liberdade, de tudo quanto é humano no mundo. Se a Prússia a vence, a humanidade europea estará perdida para, pelo menos, cinquenta anos; e a nós outros, os velhos, não nos restará senão morrer»”.²⁶²

Nesta citação os anarquistas exprimem novamente uma certa romantização da França como símbolo da liberdade universal, em oposição ao perigo reacionário alemão e o despotismo. Os velhos anarquistas serviam de bussola aos atuais, de modo que Emílio Costa questiona, “O que diria ele agora, vendo muito maior a ameaça da Alemanha contra a liberdade que ele tanto amava, dessa Alemanha de que ele, já em

²⁶¹ Idem, *Ibidem*.

²⁶² Costa, Emílio, “Os anarquistas e a guerra europea”, *Germinal*, Nº 10, Ano I, 14 de março, 1915, Lisboa, p.2

1872 dizia”.²⁶³ Na mesma edição de 14 de março, o “*Germinal*” publicava um texto com o título, “O que Bakounine pensava dos alemães”, no qual o revolucionário russo descreve a mocidade alemã e os seus dirigentes como “Eruditos, refletidos, perseverantes e frios, não teem falta de coragem (...) mas falta-lhes por completo a dignidade e respeito humano”, e acusa-os ainda de serem “Sempre obedientes e capazes de todos os crimes desde que sejam ordenados pelos seus chefes, são terríveis instrumentos de servidão e de conquista nas mãos dum déspota”.²⁶⁴

A análise de Bakunin sobre a guerra franco-prussiana continuou a ser utilizada como exemplo a seguir em 1916. No artigo de fevereiro desse ano intitulado, “O que Bakounine pensava da invasão da França em 1871 e da atitude do operariado”, os anarquistas intervencionistas encontram os mesmos argumentos invocados durante a Grande Guerra. Os operários deveriam resistir á “invasão aristocrática, monárquica e militar”, caso contrário estariam a trair:

“a sua própria dignidade, a sua própria liberdade, a sua própria prosperidade (...) eles atraíam ainda a causa do proletariado do mundo inteiro, a causa do socialismo revolucionário”.²⁶⁵

Da mesma forma que o proletariado francês em 1914 teve de se juntar ao exército para lutar pela sua liberdade contra a ocupação germânica, e combater o imperialismo e militarismo prussianos, em 1870 também esse mesmo proletariado tinha tido a obrigação de se defender e destruir “esses bandos ferozes do despotismo alemão”, da mesma forma que os alemães tinham destruído antes “os bandos armados do despotismo francês”, referindo-se às invasões napoleónicas. Bakunin defendia que o

²⁶³ Idem, *Ibidem*.

²⁶⁴ “O que Bakounine pensava dos alemães”, *Germinal*, Nº 10, Ano I, 14 de março, 1915, Lisboa, p.4

²⁶⁵ Bakunin, Miguel, “O que Bakounine pensava da invasão da França em 1871 e da atitude do operariado”, *Germinal*, Nº 1, fevereiro de 1916, Lisboa, p.20-22

operariado da França devia entender que a vitória da Alemanha “significaria muito mais a miséria e a escravidão do proletariado francês do que a humilhação e a ruína da burguesia da França”.²⁶⁶

“O perigo alemão”, enquanto ameaça constante “para a paz do mundo e para a liberdade”, de que falavam os intervencionistas, inspirava-se também em Bakunin, e na sua crítica ao pangermanismo, enquanto movimento imperialista e de missão “civilizadora” contra os povos vistos como inferiores, nomeadamente os latinos e eslavos. Bakunin acusa não só os “pseudo liberais” alemães, mas até a “maioria dos chefes burgueses do novo partido da Democracia solista (sic) operária” de terem a convicção patriótica de que “a raça latina está morta; que a raça eslava, mergulhada numa barbárie eterna, incapaz de se civilizar por si própria”.²⁶⁷

Estas críticas ao projeto pangermanista e ao racismo e colonialismo inerente aos seus sistemas de dominação e expansão eram comuns e legítimas, enquanto parte do desenvolvimento de uma teoria revolucionária de oposição ao imperialismo e ao capitalismo. Mas onde os intervencionistas se diferenciam de muitos dos seus opositores no campo internacionalista abstencionista e pacifista, era nas considerações racialistas, que poderíamos considerar como xenófobas, lado a lado com os ataques dirigidos às classes populares da Alemanha. Em fevereiro de 1916, o “Germinal” publica um texto em defesa da cultura latina, centrando como uma das causas da Grande Guerra o confronto entre culturas, onde como escreve o grupo:

“útil seria que se falasse na tal cultura e mais coisas latinas... e germânicas, porque umas e outras existem, em que pese a certos aliadófilos, abstencionistas e germanófilos (...) em que pese aos que, nesta luta, mais não veem que mercados e oficinas, banqueiros e lojistas”.²⁶⁸

²⁶⁶ Idem, *Ibidem*.

²⁶⁷ “O perigo alemão”, *Germinal*, Nº 15, Ano I, 18 de abril, 1915, Lisboa, p.4

²⁶⁸ “Notas políticas e sociais”, *Germinal*, Nº 1, fevereiro de 1916, Lisboa, p.9

É com base, mais uma vez, em Bakunin, “que sabia destas coisas”, que os militantes do “Germinal” propõem que existe uma contradição “entre o coletivismo científico, desenvolvido pela escola alemã e aceito em parte, pelos socialistas americanos e ingleses, dum lado, e o proudhonismo largamente desenvolvido e levado até às suas últimas consequências, do outro, aceito pelo proletariado dos países latinos e aceito igualmente pelo instinto essencialmente impolítico dos povos slavs”. O excerto publicado demonstra uma das características pouco comuns entre libertários que mencionamos anteriormente, a da análise de um povo com base em entendimentos etnopsicológicos. Bakunin, para além do seu antissemitismo, condenado por camaradas seus já na sua época, tendia em enveredar por argumentações naturalistas-humanistas, que se estendiam a apelos a uma natureza inerente a determinados povos, que determinavam o seu caráter nacional. O racismo de Bakunin, aplicado aos povos latinos, eslavos e germânicos, foi adotado pelos anarquistas intervencionistas para justificar a luta ao lado dos Estados da Entente contra a Alemanha. Os intervencionistas adotam uma perspetiva racial do conflito, e, como já vimos, em vez de direcionarem os seus ataques somente às classes dominantes, direcionam-nos a todos os alemães.²⁶⁹

Também neste sentido, a 20 de janeiro de 1915, o “Germinal” publica a um excerto de Christian Cornelissen, anarquista intervencionista dinamarquês, defendendo que a guerra era “principalmente uma luta de raças e de régimen governamental”, e chega ao ponto de declarar que “Nas massas operárias dos grandes sindicatos alemães, os espíritos são tão imperialistas como nos meios dirigentes”.²⁷⁰ Este tipo de caracterizações racialistas, e até racistas, que explicariam as diferenças psicológicas entre povos e as ideologias adotadas por cada um, não era, portanto, um fenómeno novo, nem se encontrava presente apenas no pensamento de libertários como Bakunin. Este apelava nomeadamente aos “trabalhadores latinos e eslavos” contra Marx, estando a “raça” latina “cansada da civilização burguesa”, e a “raça” eslava sendo “quase

²⁶⁹ Idem, *Ibidem*.

²⁷⁰ “A propósito da guerra”, *Germinal*, Nº 3, Ano I, 20 de janeiro, 1915, Lisboa, p.3

ignorante dela e desprezando-a por instinto”.²⁷¹ Os escravos e latinos, segundo Bakunin, teriam um instinto natural para a liberdade e o comunalismo. Por contraste, Marx ao ser alemão e judeu, possuiria características inerentes também dessas raças, sendo “ambicioso e vão, briguento, intolerante a absoluto, como Jeová, o Senhor Deus dos seus antepassados”.²⁷²

Marx e Engels defendiam um certo conceito de progresso civilizacional linear, utilizando o modelo capitalista dos países industrialmente desenvolvidos da Europa, nomeadamente a Alemanha e a Inglaterra, como um objetivo a atingir na fase historicamente necessária do capitalismo. E tal como Bakunin e outros anarquistas, propuseram concepções racialistas de povos que viam como subdesenvolvidos, além de também terem tomado posição na guerra franco-prussiana de 1870. Em correspondência com Engels a 20 de julho de 1870 Marx escreveu:

“Os franceses precisam de uma surra. Se os prussianos vencerem, a centralização do poder estatal será útil para a centralização da classe trabalhadora alemã. A predominância alemã também transferiria o centro de gravidade do movimento operário na Europa Ocidental da França para a Alemanha, e basta comparar o movimento nos dois países desde 1866 até agora para ver que a classe trabalhadora alemã é superior á francesa. Tanto teoricamente como organizacionalmente. A sua predominância sobre os franceses na cena mundial

²⁷¹ Mikhail, Bakunin, “Statism and Anarchy”, Disponível em < <https://theanarchistlibrary.org/library/mikhail-bakunin-statism-and-anarchy> > Acedido em 16/05/2024

²⁷² Mikhail, Bakunin, “Marxism, Freedom and the State”, Disponível em < <https://theanarchistlibrary.org/library/mikhail-bakunin-marxism-freedom-and-the-state> > Acedido em 16/05/2024

significaria também a predominância da nossa teoria sobre a teoria de Proudhon”²⁷³

É possível que afirmações desta natureza, tanto da parte de Bakunin como de Marx e Engels, tenham contribuído para inspirar a atitude discriminatória dos anarquistas intervencionistas durante a Grande Guerra, como forma de justificar o apoio à França contra a Alemanha. Principalmente se tivermos em conta os comentários racistas de Engels sobre a “tendência reacionária” dos povos eslavos, a diferença entre eslavos que se encontravam mais desenvolvidos “graças aos alemães” e eslavos que viviam em “barbarismo nómada”,²⁷⁴ e a sua defesa da necessidade de uma “inexorável luta de vida e morte contra os eslavos que traírem a revolução”, opondo-se ao direito de autodeterminação dos mesmos.²⁷⁵ As considerações de Engels contrastam claramente com as dos anarquistas intervencionistas, que na Grande Guerra se posicionam a favor da luta dos povos eslavos oprimidos pelos Estados da Alemanha e da Áustria.²⁷⁶

4.3 Romantização da França Revolucionária:

O antigermanismo era uma das faces da moeda, a outra era a romantização da França como país da revolução, liberdade e igualdade. Na análise à crítica ao

²⁷³ Marx, Karl, “20 July 1870”, Disponível em < https://www.marxists.org/archive/marx/works/1870/letters/70_07_20.htm > Acedido em 16/02/2024

²⁷⁴ Engels, Friederich, “The Magyar struggle”, Disponível em < <https://marxists.architexturez.net/archive/marx/works/1849/01/13.htm> > Acedido em 16/02/2024

²⁷⁵ Engels, Friederich, “Democratic Pan-slavism”, Disponível em < <https://marxists.architexturez.net/archive/marx/works/1849/02/15.htm> > Acedido em 16/02/2024

²⁷⁶ “Imponderáveis em ação”, *Germinal*, Nº 1, setembro de 1916, Lisboa, p.5

pangermanismo e nas argumentações pró-guerra dos intervencionistas temos vistos várias referências a esta ideia idealizada da França, do seu povo, da sua classe trabalhadora e militante. Tal como no antigermanismo, os argumentos de figuras importantes do movimento anarquista internacional também foram instrumentalizados a favor desta romantização, que por vezes fetichizaram mesmo a nação francesa como nação da revolução por excelência, numa espécie de amor patriótico contrário aos pressupostos libertários. Iremos argumentar que grande parte do movimento anarquista europeu do início do século XX não só perfilava muitos dos ideais iluministas da revolução francesa, como já temos visto, como partilhava desta admiração romantizada pela França, o seu movimento e a sua história.

Bakunin era o principal autor citado para atacar o Estado prussiano e a cultura alemã, juntamente com as características do seu povo em comparação com os latinos e eslavos. Na romantização da França entram outros elementos em cena. Bakunin continua a ser uma constante, mas Proudhon, Kropotkin e outros militantes influentes na história do movimento anarquista são igualmente citados. Proudhon, enquanto revolucionário francês e geralmente considerado o primeiro a auto denominar-se anarquista, utilizando o termo num sentido positivo, surge nas páginas do “*Germinal*” logo a 28 de fevereiro de 1915. Proudhon teve bastante influência no movimento e na filosofia libertária dos coletivistas da Primeira Internacional. O “*Germinal*” propaga as suas ideias com um artigo intitulado “Hino à Pátria”, título que deveria causar estranheza entre muitos anarquistas, no qual cita um excerto de Proudhon enaltecendo a França

“Oh pátria, pátria francesa, pátria dos cantores da eterna revolução! Pátria da liberdade, porque apesar de todas as servidões, em nenhum lugar da terra, nem na Europa nem na América, o espírito que é o homem, é tão livre.”²⁷⁷

Numa demonstração de amor patriótico e nacionalista muito pouco libertária, o filósofo francês declara que a “humanidade será rejuvenescida e a sua unidade criada

²⁷⁷“Hino à Pátria”, *Germinal*, Nº 8, Ano I, 28 de fevereiro, 1915, Lisboa, p.3

por ti: porque a unidade do género humano é a unidade da minha pátria, como o espírito do género humano não é senão o espírito da minha pátria”. Em comentário, o “Germinal” ironiza: “Palavras de Deroulede, de M. Barrés, ou outro nacionalista da mesma tempera? Não; palavras de Proudhon. Mas um anarquista não pode falar assim! Portanto, excomungado Proudhon, passado à categoria, mesmo morto, de ex-anarquista?”.²⁷⁸

Proudhon é assim utilizado para legitimar as opções dos intervencionistas, a caracterização da França como pátria da liberdade e da universalização dessa liberdade a toda a humanidade, numa linguagem iluminista. A revolução francesa de 1789 continuava á época da Grande Guerra a simbolizar os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, de luta com a opressão e a injustiça. Muitos socialistas viam o socialismo como a verdadeira concretização dos ideais da revolução francesa e do iluminismo, que a burguesia não tinha conseguido concretizar. É inclusive neste sentido que Rudolf Rocker descreve o anarquismo como uma fusão dos ideias socialistas e liberais,²⁷⁹ uma ideia que foi defendida também em Portugal por João Freire, sociólogo e escritor anarquista português.²⁸⁰

A romantização da França como país da revolução e da liberdade é uma constante nas páginas do “Germinal”. A França não é só o país da revolução de 1789 que pôs fim ao absolutismo e ao antigo regime, como o país da revolução de 1848 que inicia a Primavera dos Povos, o país da Comuna de Paris de 1871, a primeira experiência revolucionária socialista. É a nação de revolucionários históricos anarquistas como

²⁷⁸ Idem, *Ibidem*.

²⁷⁹ Rocker, Rudolf, “Anarcho-syndicalism: Theory and Practice”. Disponível em < <https://theanarchistlibrary.org/library/rudolf-rocker-anarchosyndicalism> > Acedido em 24/05/2024

²⁸⁰ Freire, João, *Freedom Fighters: Anarchist Intellectuals, Workers and Soldiers in Portugal's History*, Black Rose Books, 2021

Proudhon, Reclus, Eugene Varlin e Louise Michel, da Confederação Geral do Trabalho onde nasceu o sindicalismo revolucionário, a pátria onde inúmeros anarquistas da Rússia, Alemanha, Espanha, Itália, etc., procuraram refúgio ao fugir da perseguição dos seus Estados. E vimos no segundo capítulo deste trabalho que Emílio Costa foi aluno de Reclus quando viveu em França. Todos estes fatores contribuíram para a aproximação e idealização da França na mente e na teoria dos anarquistas intervencionistas portugueses.

A 31 de janeiro de 1915, Emílio Costa, citando o anarquista intervencionista francês Charles Malato, invocava o exemplo dos revolucionários da Comuna de Paris para defender os anarquistas, sindicalistas e socialistas que optaram por resistir ao lado do Estado e do exército. A colaboração temporária com o inimigo de classe não significava, segundo Malato, que estes anarquistas abandonassem a luta pela revolução social de classe trabalhadora: “Os revolucionários de 70, combateram as hordas de Guilherme I, o que não os impediu de proclamarem a Comuna!”. A Comuna de Paris tinha um significado especial no imaginário de todos os socialistas, quer anarquistas quer marxistas, e segundo os militantes do “Germinal” fazia parte da longa história revolucionária francesa:

“O 18 de Março procede em linha reta da insurreição de Paris em 1848, da insurreição em Lyon em 1831, da conjuração dos iguais no ano IV da primeira república francesa, numa palavra, de todas as passadas insurreições de servos e oprimidos para sacudirem o jugo e conquistarem a sua libertação.”²⁸¹

Em março de 1916, o periódico volta a invocar o historial revolucionário francês como fator legitimador do apoio à luta contra a Alemanha na guerra:

“Se nada possuem, porque lutam? Pelo nosso ideal. Temos a defender um património de ideias, de usos e costumes, que nos foi legado pelo esforço

²⁸¹ Costa, Emílio, “Os anarquistas e a guerra europeia”, *Germinal*, Nº 4, Ano I, 31 de janeiro, 1915, Lisboa, p.2

insurrecional do povo em várias ocasiões – em 1789, em 1830, em 1848, em 1871, etc.”²⁸²

No mesmo sentido, o baluarte do sindicalismo revolucionário e do anarcossindicalismo europeu do início do século, a Confederação Geral do Trabalho francesa, ao aderir à campanha patriótica e nacionalista de defesa da França contra a Alemanha, exerceu grande influência entre os intervencionistas. A CGT colaborou de forma muito próxima com o Estado e a Igreja francesa de modo a mobilizar a classe operária para a batalha da produção nacional e auxílio à defesa da nação, diluindo nesse esforço qualquer tipo de luta de classes. A 21 de fevereiro de 1915, o “Germinal” partilha a declaração da CGT dirigida à Internacional Operária e às organizações Centrais Operárias. Nesta declaração constam muitas das mesmas posições que o “Germinal” propagava, como oposição “a um nacionalismo estreito, ao militarismo de conquista”, a defesa “da independência dos povos”, “Respeito absoluto pelas nacionalidades”, e a ideia de que só seria possível lutar pela paz depois da libertação “do território belga (...) dos nossos departamentos do Norte e do Leste”.²⁸³

Por fim, tal como no caso do antigermanismo, proponho que as considerações de Karl Marx sobre a França, enquanto rival político dos anarquistas na Internacional, pode ter influenciado a tomada de partido intervencionista. Em 1915, a 31 de janeiro e 7 de fevereiro, o “Germinal” dá a conhecer, sob o seu ponto de vista um Marx duplo, que teria sido tanto amigo da França como seu adversário. Segundo o periódico, “Marx usava excomungar e ridicularizar asperamente a ideologia francesa e que a linguagem antifrancesa e anti-revolucionária era a mais conforme ao seu pensamento”. E como exemplo, o “Germinal” cita a mesma passagem que citamos na página 23 sobre a guerra franco-prussiana em correspondência com Engels, em defesa da “centralização do poder de Estado” e da “centralização da classe operária alemã”, de como “a classe

²⁸² Qualquer, “Notas políticas e sociais”, *Germinal*, Nº 2, março de 1916, Lisboa, p.4

²⁸³ Costa, Emílio, “Os anarquistas e a guerra europeia”, *Germinal*, Nº 7, Ano I, 21 de fevereiro, 1915, Lisboa, p.2

operária alemã é superior á francesa”, e que a sua preponderância seria também “a preponderância da nossa teoria sobre a de Proudhon”.²⁸⁴

4.4 A Questão Social:

“A Questão Social”, o periódico libertário alentejano, merece uma consideração especial, apesar de breve devido à sua curta existência. Colocamos este jornal entre os intervencionistas, mas o seu posicionamento na contenda entre anarquistas parece ter levado mais tempo a ser solidificada. Na sua quarta edição, a 23 de janeiro de 1916, por um lado ataca os horrores da guerra, as consequências negativas do militarismo e equipara as nações da Entente e da Alliance em termos do quanto eram por si odiadas. Por outro, apoia a vitória da França por medo das consequências que a derrota teria para o proletariado francês, e apelam inclusive a que os libertários se juntem aos exércitos para combater as potências centrais.

No texto da autoria de António Gonçalves Correia, o revolucionário alentejano atesta que:

“Temos um odio sagrado (...) por essa figura banditária do século XX, que se chama Guilherme II, Imperador da Alemanha. Temos o nosso coração em revolta contra esse velho sinistro e canibalesco que se chama Francisco José, imperador da Áustria. Mas (...) não é menor a nossa revolta contra o Czar da Rússia”.²⁸⁵

Gonçalves Correia condena as investidas imperialistas do exército alemão que, “invadindo as aldeias ferinamente, tudo desrespeitam, tudo assolam, tudo profanam, tudo incendeiam”, e não deixa de lembrar que estes atos cometidos por soldados brutalizados pela organização militarista não poderão ser evitados enquanto “a atual organização social for um facto”. Mas adotando uma linguagem mais típica dos anarquistas internacionalista antiguerra, defende que os elementos avançados:

²⁸⁴ “Karl Marx e a França”, *Germinal*, Nº 5, Ano I, 7 de fevereiro, 1915, Lisboa, p.4

²⁸⁵ Correa, Gonçalves, “A Guerra e os Avançados”, *A Questão Social*, Nº 4, Ano 1º, 23 de janeiro, 1916, Lisboa, p.1

“só admitem, presentemente, uma guerra: É a guerra social, feita contra o existente, feita contra o parasitismo internacional; contra os galoados da Alemanha, da Russia, da Austria, da França, de Portugal e de todas as nações”.

286

Gonçalves exprime-se em termos um pouco ambíguos e aparentemente contraditórios. Condena primeiro a Alemanha como principal agressor, mas promove a guerra social contra todas as nações, inclusivamente Portugal, quase que como defendendo o derrotismo revolucionário. Coloca a responsabilidade dessa guerra social nos ombros dos chamados “elementos avançados”, mas logo a seguir afirma que “Os elementos avançados querem o triunfo da França (...) o triunfo da liberdade, equiparando a nação francesa com os ideais de libertação, tal como o “Germinal”. Também á semelhança dos restantes intervencionistas, enaltece a CGT francesa e o operariado francês quando justifica a necessidade da vitória da França, “Por que a organização será manietada e a organização do operariado frances é o modelo que há de guiar-nos a todos nós, no caminho da revolução social”. Para Gonçalves Correia, “a celebre CGT (...) causava e há de causar ainda dores de barriga aos potentados de todos os paizes” .²⁸⁷

Expressando-se de forma mais conciliatória com os princípios anarquistas do que o “Germinal”, Gonçalves Correia acredita ser do interesse do operariado que “todos os libertários e socialistas se alistassem contra os impérios centraes”, mas servindo-se disso como método para iniciar a revolução social após o fim da guerra, virando as armas contra os seus próprios governantes. O alistamento no exército teria como objetivo, “vencidos eles, se começar a guerra social, *sem depor as armas*”. E alastrando a sua análise critica a todos os Estados, termina por dizer que “somos contra a Áustria e a Alemanha, esmagadoras da liberdade dos outros povos”, mas acrescenta, “seremos igualmente contra a França, a Inglaterra, a Russia e a Italia, quando ellas (...) tentarem

²⁸⁶ Idem, *Ibidem*.

²⁸⁷ Idem, *Ibidem*.

invadir e roubar os povos mais pequenos”. Em vez de celebrar, como faziam os militantes do “Germinal”, a “superior liberalidade” dos Estado da Entente, acusa os títulos que lhe eram conferidos de “Mentira, tudo mentira!”, justificando com a tradicional crítica libertária ao colonialismo, de que todos os grandes Estados europeus eram culpados:

“Será liberal a Rússia esmagando a Polónia? Será sublime a França *civilizando* Marrocos? Será galharda a Inglaterra afrontando povos humildes com *ultimatums* despóticos? Será magnânima a Itália roubando a Tripolitana?”²⁸⁸

O jornal “A Questão Social” deve ser inserido no campo intervencionista por duas razões principais: promove que anarquistas e socialistas se juntam ao exército para lutar contra a Triplice Alliance, e apoia a vitória da França contra a Alemanha. No entanto, apresenta argumentos mais alinhados com os anarquistas antiguerra, ao defender a prioridade da guerra social, ao equipar todos os Estados como imperialistas e colonialistas, e ao incentivar a que os operários peguem em armas contra os seus próprios Estados. Esta ordem de ideias algo inconsistente continua presente em edições seguintes. Na sua sexta edição, a 6 de fevereiro, poucas semanas depois de apelar a que libertários aderissem ao exército, escreve-se nas páginas do jornal, “Pregamos e pregaremos a insubordinação consciente dos soldados, que são os proletários tristes das oficinas e dos campos, contra as ordens que dimanem do alto”, e não apenas para alguns Estados, mas “em qualquer império ou monarquia” e “onde vigora o sistema republicano”.²⁸⁹

A crítica antimilitarista aplicada a todos os Estados é talvez dos poucos aspetos em que o periódico se consegue manter coerente, direcionando a crítica a todos os intervenientes na Grande Guerra. A 6 de fevereiro, “A Questão Social” investe contra as

²⁸⁸ Idem, *Ibidem*.

²⁸⁹ Correa, Gonçalves, “Maldita Guerra!”, *A Questão Social*, Nº 6, Ano 1º, 6 de fevereiro, 1916, Lisboa, p.1

nações “pequenas ou grandes, alimentam sempre ideias de conquista e as conquistas nada mais são que roubos feitos á mão armada”, focando-se especialmente no “ato banditário da Alemanha, invadindo a Bélgica”.²⁹⁰ Simultaneamente, a 19 de março de 1916, na edição 11 do jornal, publica um artigo do libertário naturalista anti civilização Henry Zisly, focando-se no militarismo em Inglaterra e na França. Para Zisly, “o militarismo vai gradualmente, sem cessar, alargando e, mais, a sua acção nefasta (...) querendo implantar-se á força na livre Inglaterra”, e ainda com mais vigor ataca o Estado francês:

“aqui, em França, reina a odiosa liberticida censura sobre a imprensa e a famosa união sagrada não é mais que uma vasta magoria observada, sobre tudo, nos seus benefícios ante as forças repressivas, de toda a casta contra as ideias avançadas contra o individuo consciente”.²⁹¹

Mas se duvidas existissem sobre a sua proximidade com o “Germinal” e o campo intervencionista em Portugal, as mesmas são dissipadas nas edições 12 e 13 de “A Questão Social”, com a publicação em duas partes de um artigo de Emílio Costa, publicado também nas páginas do “Germinal”.^{292 293} Aqui estão presentes muitos dos principais argumentos intervencionistas, desde o ataque aos germanófilos e revolucionários abstencionistas, que acreditavam no direito da Alemanha se expandir ou viam apenas motivações económicas para o início da guerra, até ao medo do perigo alemão e do seu imperialismo político.

²⁹⁰ Idem, *Ibidem*.

²⁹¹ Zisly, Henry, “Triunfo do Militarismo”, *A Questão Social*, Nº 11, Ano 1º, 19 de março, 1916, Lisboa, p.1

²⁹² Do Germinal, “Imperialismo Político”, *A Questão Social*, Nº 12, Ano 1º, 26 de março, 1916, Lisboa, p.2-3

²⁹³ Do Germinal, “Imperialismo Político”, *A Questão Social*, Nº 13, Ano 1º, 2 de abril, 1916, Lisboa, p.3

5. – Os Internacionalistas:

Apesar da cisão entre os anarquistas e sindicalistas revolucionários em Portugal ter tido, na generalidade, os mesmos contornos que as cisões nos restantes países europeus, esta apresentou diferenças relevantes com o movimento francês, e até certo ponto, italiano e inglês. Em Portugal os intervencionistas representaram sempre uma minoria, e por norma pouco influente nas tomadas de posição e ações concretizadas pelo movimento operário. Em contraste, os internacionalistas antiguerristas foram hegemónicos e exerceram a sua influência enquanto dirigentes tanto do movimento libertário como sindicalista revolucionário.

Este capítulo será dedicado a este mesmo campo internacionalista, apelidado de abstencionista pelos seus adversários intervencionistas, que dominou o panorama político e organizacional anarquista e sindicalista português. Iremos analisar um conjunto de periódicos libertários e sindicalistas revolucionários, das cidades do Porto e Lisboa, representativas da postura assumida por aqueles que declararam guerra à Grande Guerra. O nosso objetivo será procurar compreender os argumentos utilizados pelos internacionalistas, e estruturar esses mesmos argumentos de forma que se torne o mais claro possível qual a linha de raciocínio dos mesmos. Há semelhança daquilo que fizemos no capítulo anterior com os intervencionistas, veremos quais as figuras e organizações do movimento anarquista e sindicalista português e internacional que foram mais influentes entre os internacionalistas.

Iremos analisar como ao longo das discussões que a guerra provocou dentro do movimento anarquista, os militantes internacionalistas teorizaram de novas maneiras questões até em tão menos elaboradas, como o anticolonialismo, a autodeterminação dos povos, questão de libertação de género e luta de classes internacionalista.

Evitaremos repetir as mesmas descrições da filosofia antimilitarista característica do anarquismo e sindicalismo revolucionário que já formulamos em capítulos anteriores, focando-nos apenas naquilo que diz respeito diretamente à oposição à Grande Guerra. A repetição torna-se especialmente desnecessária neste caso visto que, do nosso ponto de vista, os internacionalistas, ao contrário dos intervencionistas,

mantiveram-se coerentes com as palavras de ordem e decisões coletivas tomadas nos anos anteriores á guerra, no que ao antimilitarismo diz respeito.

5.1 Oposição à guerra inter-imperialista:

A oposição dos anarquistas internacionalistas antimilitaristas baseava-se num conjunto de princípios e entendimentos teóricos e práticos, inspirados nos princípios do antimilitarismo libertário de que já temos vindo a falar. Iremos agora estruturar os argumentos dos internacionalistas, que os levaram a justificar o seu afastamento dos campos de batalha da Primeira Guerra Mundial, que os mesmos caracterizaram como um matadouro.

Primeiro, anarquistas internacionalistas viam a Grande Guerra como uma guerra inter-imperialista, um confronto entre Estados capitalistas, imperialistas e colonialistas, que lutavam entre si pela posse de novos territórios, novas colónias e novos mercados, em nome dos interesses das suas classes dominantes. Consequentemente, esta era uma guerra que ia contra os interesses do proletariado, das classes trabalhadoras e de todos os povos oprimidos, que se tinham tornado em instrumentos do Estado, usados para morrer pela pátria e matar os seus irmãos proletários dos outros países. A guerra ia diretamente contra os ideais internacionalistas socialistas e anarquistas, e prejudicava a organização do proletariado, tendo sido provocado pelo capitalismo e a burguesia. Esta perspetiva contrastava radicalmente com a posição intervencionista de que a guerra era uma guerra de autodefesa e de libertação, em que os anarquistas tinham a obrigação de participar.

O jornal anarcossindicalista portuense, A Aurora, desde o despoletar da guerra que foi o periódico anarquista e operário mais ativo na disseminação das ideias antimilitaristas, e consequentemente o principal alvo dos ataques dos intervencionistas. Logo a 2 de agosto de 1914 publica na primeira página um artigo intitulado, “Abaixo a Guerra!”, protestando contra o desencadear do conflito e defendendo o antimilitarismo. Os anarquistas portuenses realçavam que perante a guerra:

“os verdadeiros derrotados são os trabalhadores dos países em litígio. Só industriais, os ministros, os comerciantes em grande escala, os banqueiros

adestrados habilmente nas operações da bolsa, os fornecedores do exército é que colhem os louros da glória”.²⁹⁴

Para estes, quem paga pelas guerras, quem morre nos campos de batalha, destrói aldeias e cidades, ceifa vidas, é o povo trabalhador, “não são os ricos, os milionários”. As classes dominantes combatiam esta guerra para depois “dominar os potentados sérvios”, e aumentar a sua influência direta sobre os mercados actualmente um pouco inclinados para os paízes slavos”. Contra tudo isto, em sintonia com as posições expressas nos anos anteriores, os anarquistas de “A Aurora” defendiam que os trabalhadores deveriam recusar combater e gritar, “Abaixo a guerra! Abaixo a guerra, sim.”²⁹⁵

A 9 de agosto, o periódico publica um artigo do Grupo Cosmopolita de Setúbal, que enfatiza o carater capitalista e burgues da Grande Guerra. Os trabalhadores não morriam e sangravam para combater a tirania prussiana:

“pugilato travado entre a burguesia europeia traficante para ficar possuidora, a do norte, de todos os mercados e ser assim a rainha (...) na ordem comercial e mercantil, e a dos povos do sul pelas mesmas razões e motivos, é a verdadeira causa desse duelo cruel e tremendo”.²⁹⁶

A guerra não era travada por causas étnicas, geográficas ou religiosas, mas pelo desejo de a burguesia expandir os seus mercados e dominação política e mercantil. Consequentemente, a única forma de pôr fim ao conflito, segundo este grupo setubalense, era através da “ação consciente e solidária dos trabalhadores do mundo”,

²⁹⁴ Dos Santos, Clemente Vieira, “Abaixo a Guerra!”, *A Aurora*, Nº 210, Serie II, Ano 5, 2 de agosto de 1914, Porto, p1.

²⁹⁵ Ibid, *Ibidem*.

²⁹⁶ O Grupo Cosmopolita, “Aos trabalhadores”, *A Aurora*, Nº 211, Serie II, Ano 5, 9 de agosto de 1914, Porto, p1.

da “solidariedade do proletariado mundial”.²⁹⁷ As rivalidades existentes entre as classes dominantes de cada nação, todas elas desejosas de expandir o seu poder e os seus lucros, tinham conduzido a um conflito que aos trabalhadores não interessava. Ao antagonismo de classe derivados da existência da “Propriedade privada e o Estado”, somavam-se os antagonismos “dentro de cada classe, aqui em torno do ouro e do domínio, ali em torno dum modesto ganha-pão”.²⁹⁸ E associado a estas ambições comerciais, os anarquistas atacavam “A febre dos armamentos, levados a cabo em nome do capcioso argumento de que quem quer a paz, prepara-se para a guerra”.²⁹⁹

Mas foi a questão do imperialismo que ganhou protagonismo na crítica anarquista internacionalista após o início da Grande Guerra. O movimento anarquista combatia ativamente projetos imperialistas estatais e capitalistas desde o século XIX, mas nunca o imperialismo foi tão profundamente teorizado e abordado na imprensa anarquista portuguesa como o foi a partir de 1914. Para isto contribui o facto de a guerra ser vista pela maior parte do movimento como uma guerra causada pelo imperialismo. A 13 de setembro de 1914, “A Aurora” ataca aquilo que entende por “imperialismo do povo alemão”, acusado de ser “cúmplice do enorme delito preparado pelos seus dirigentes”. Neste artigo em específico os internacionalistas assemelham-se bastante aos seus rivais intervencionistas na crítica aos alemães e defesa dos povos latinos e anglo-saxónicos. Estes últimos teriam afirmado “o internacionalismo proletário contra a guerra e contra a superstição patriótica”, enquanto entre os germânicos “até o socialismo se mostrou sempre renitente a manifestar-se contra a barbárie patriótica”. O socialismo alemão é apresentado como possuidor de uma concepção “centralizadora, estatólatra e pangermânica”. Este tipo de distinção entre povos era muito pouco comum entre os internacionalistas, quando comparado com a retórica intervencionista. No

²⁹⁷ Idem, *Ibidem*.

²⁹⁸ “A Guerra”, *A Aurora*, Nº 212, Serie II, Ano 5, 16 de agosto de 1914, Porto, p1.

²⁹⁹ A União Operária Nacional, “O Proletariado e a Burguesia”, *A Aurora*, Nº 212, Serie II, Ano 5, 16 de agosto de 1914, Porto, p1.

entanto, neste artigo realçam a existência de um sentimento que ligaria o povo alemão à sua burguesia e aristocracia, “o imperialismo”.³⁰⁰

Porém, o ponto de vista dos anarquistas portuenses normalmente era claramente oposto ao dos intervencionistas. Na mesma edição de 13 de setembro os internacionalistas questionam-se quais seriam os culpados da guerra, para além dos industriais e financeiros, se os socialistas alemães ou os socialistas franceses: “Uns e outros a teem, porque nem uns nem outros foram até aos últimos recursos para evitar a guerra”.³⁰¹ A 27 de setembro “A Aurora” denuncia a ligação entre militarismo e imperialismo, denotando a oposição dos “revolucionários sociais”, “inimigos acérrimos da guerra entre as nações” enquanto “fomentadora do espírito imperialista e retrógrado”. Esse espírito imperialista teria de ser combatido por todo o proletariado internacional, não apenas pelo dos países latinos, eslavos ou anglo-saxónicos. Comentando sobre um dos problemas mais discutidos durante a Grande Guerra, a da fundação de uma nova internacional para combater o capitalismo, o Estado, o militarismo e o imperialismo, “A Aurora” afirma que “terá em seu torno as organizações sindicalistas da Inglaterra, da Itália, da Espanha, de Portugal, da América do Norte e de toda a América do Sul”, mas terá também “as organizações livres que em todos os países, mesmo nos germânicos, tiverem uma alma sinceramente proletária e um sincero desejo de emancipação social”.³⁰²

A 18 de outubro o periódico portuense lança o texto “Os revolucionários ante a guerra”, ao qual voltaremos no próximo capítulo, e defende novamente a guerra como o resultado do “capitalismo e dos imperialismos vários”, apontando para o confronto

³⁰⁰ De Ambris, Alceste, “O Imperialismo do Povo Alemão”, *A Aurora*, Nº 216, Serie II, Ano 5, 13 de setembro de 1914, Porto, p1.

³⁰¹ “A Conflagração”, *Aurora*, Nº 216, Serie II, Ano 5, 13 de setembro de 1914, Porto, p1.

³⁰² “Uma nova internacional”, *A Aurora*, Nº 218, Serie II, Ano 5, 27 de setembro de 1914, Porto, p1.

entre diversos Estados imperialistas, não apenas o alemão. Teorizando a relação entre a guerra, o capitalismo e o imperialismo, os anarquistas portuenses descrevem como:

“O Capitalismo, que hoje não vive de simples exploração direta do trabalho obreiro, mas sobretudo da especulação comercial e financeira, da exportação de produtos e da conquista de mercados, assume a sua mais alta expressão no imperialismo – o Estado imenso e fortemente armado, militarista e agressivo”.

303

Para os internacionalistas, “nenhum Estado combate sinceramente pela «liberdade», pela «civilização», pelo «progresso»”, e consequentemente:

“o apoio dado pelos revolucionários á guerra e a qualquer Estado, sob o pretexto de combater um imperialismo, redundaria em prejuízo dos mesmos revolucionários, arrastados na corrente, absorvidos pelo inimigo”.³⁰⁴

Mesmo quando os intervencionistas defendiam o apoio á guerra como forma de autodefesa contra a ocupação da França e da Bélgica pelo exército alemão, os anarquistas internacionalistas portuenses realçavam o carater inerentemente colonialista e imperialista da Grande Guerra:

“Agora, lá o ir para África, para as colónias, combater o imperialismo...é o que nos parece um pouco forte demais! Krapotkine pede apenas que se expulse o invasor do solo belga e francês, e não nos consta que a Bélgica e França sejam na África do Sul”.³⁰⁵

³⁰³ “Os revolucionários ante a guerra”, *A Aurora*, Nº 221, Serie II, Ano 5, 18 de outubro de 1914, Porto, p1.

³⁰⁴ *Idem, Ibidem.*

³⁰⁵ “A propósito de uma entrevista”, *A Aurora*, Nº 225, Serie II, Ano 5, 15 de novembro de 1914, Porto, p1.

A Primeira Guerra Mundial, enquanto guerra entre Estados capitalistas e imperialistas, era contundentemente rejeitada, e os argumentados intervencionistas a favor de combater numa guerra que seria de libertação, revolucionária ou autodefesa eram contrariados. Camilo Rodrigues resumiu a opinião dos anarquistas portugueses a 29 de novembro de 1914 quando escreveu, “Trata-se duma guerra imperialista – capitalista e estatista”.³⁰⁶ Nenhum Estado lutava por libertação, quer fosse a Rússia, que tinha “abolido todas as liberdades em seus imensos territórios”, a Alemanha “que sempre favoreceu a pior reação dos Romanoff”, a França “que há quase meio século vem praticando no mundo inteiro a política mais caracterizada de conquistas e rapinas coloniais”, ou a Inglaterra “cujas populações sujeitas se cifram em centenas de milhões de homens”.³⁰⁷

Em segundo lugar, esta interpretação dos acontecimentos estava também intimamente ligada à problemática anarquista da reciprocidade e coerência entre meios e fins na militância revolucionária. Para o historiador David Turcato, o anti-intervencionismo de Malatesta baseava-se numa análise metodológica que via a realidade social como o resultado das ações e interações dos indivíduos e coletividades no seu meio social, e como tal eram os métodos que definiam os fins alcançados.³⁰⁸ No fundo, é nisto que consiste o conceito de prefiguração anarquista que descrevemos resumidamente no primeiro capítulo, e é por força desta argumentação que também os anarquistas em Portugal rejeitaram a escolha do mal menor feita pelos intervencionistas.

³⁰⁶ Rodrigues, Camilo, “Aos que já compreenderam”, *A Aurora*, Nº 227, Serie II, Ano 5, 29 de novembro de 1914, Porto, p2.

³⁰⁷ “Ao proletariado internacional: Manifesto Anarquista”, *A Aurora*, Nº 229, Serie II, Ano 5, 13 de dezembro de 1914, Porto, p2.

³⁰⁸ Adams, Matthew S; Kinna Ruth, “Anarchism 1914-18: Internacionalism, anti-militarism and war”, Manchester University Press, 2017, p. 43-45.

A primeira e mais famosa resposta de Malatesta a Kropotkin após o início da conflagração foi o texto “Anarquistas esquecidos dos seus princípios”. Surgiu publicado inicialmente no jornal *Freedom*,³⁰⁹ em Inglaterra, e depois divulgado internacionalmente, sendo publicado em “A Aurora” a 22 de novembro de 1914. Para Malatesta, a guerra não era uma desmonstração do falhanço das fórmulas anarquistas e socialistas, mas antes pelo contrário, do facto de terem sido estas esquecidas e traídas”. A missão esquecida que todos os anarquistas deviam empregar era de combater a “opressão e exploração do homem pelo homem”, desenvolver “a luta de classes dentro de cada país e a solidariedade entre todos os trabalhadores através das fronteiras”. A escolha dos inimigos devia ser feita com base na classe social de cada um, não na nacionalidade ou raça, e, portanto, os intervencionistas traíam os princípios anarquistas ao se aliarem aos seus governos e esquecerem a “luta de classes, a fraternidade internacional e o resto”.³¹⁰

O apoio ao Estado e ao governo, e consequentemente ao capitalismo e classes dominantes, conduziria ao reforço do poder destas instituições e enfraquecimento do movimento revolucionário, o que implicava sacrificar não só os princípios anarquistas, como os fins revolucionários que pretendiam atingir. Por isto mesmo, para Malatesta,

“Em todas as circunstâncias, o dever dos socialistas e especialmente dos anarquistas é fazerem tudo o que possa enfraquecer o Estado e a classe capitalista e tomarem como guia único da sua conduta os interesses socialistas; ou se se veem materialmente impotentes para agir eficazmente em favor da sua causa, recusarem pelo menos qualquer auxílio voluntário à causa do inimigo e

³⁰⁹ Adams, Matthew S; Kinna Ruth, “Anarchism 1914-18: Internacionalism, anti-militarism and war”, Manchester University Press, 2017, p. 75.

³¹⁰ Malatesta, Errico, “Anarquistas esquecidos dos seus princípios”, *A Aurora*, Nº 226, Serie II, Ano 5, 22 de novembro de 1914, Porto, p1.

apartarem-se para salvar ao menos os seus princípios - o que significa salvar o futuro”.³¹¹

Salvar os princípios para salvar o futuro, pré-requisito fundamental para manter a integridade do anarquismo como movimento socialista revolucionário, e para este não se desviar do seu caminho, o da autoemancipação do proletariado. Não se opondo de todo á defesa e autodeterminação das nacionalidades, os internacionalistas defendiam uma intervenção nas lutas de libertação nacional, porque assim podiam “exercer influencia sobre o ulterior desenvolvimento delas”. Mas apontavam o perigo de “abandonar o nosso programa e ação especiais, deixando-nos ir ao sabor dos acontecimentos e exercendo uma atividade democrática, mesmo legal e parlamentar”, ligando aqui o antiparlamentarismo com o antimilitarismo, outra característica presente também na argumentação de Malatesta. Militarismo e parlamentarismo eram ambos baseados em princípios autoritários que só poderiam conduzir a fins autoritários, e como tal nunca poderiam ser utilizados como métodos de libertação. Os anarquistas deviam continuar a defender o seu programa, porque este “já inclui todas as reivindicações, todas as liberdades – individuais, económicas, políticas, étnicas, etc., pela destruição de todas as coações e pela organização livre da vida social”. Segundo “A Aurora”, se fizessem o contrário, se colaborassem voluntariamente “nesta conflagração de interesses capitalistas”, em vez de prevenir futuras guerras, “fortaleceríamos o Capitalismo, o Estado e o militarismo, isto é, as próprias causas das guerras e invasões”.

312

Em todas as considerações libertárias o direito de autodeterminação dos povos era defendido por completo. Num texto de Pedro Guimarães de 18 de janeiro de 1916, tal

³¹¹ Idem, *Ibidem*.

³¹² “A pretensa bancarrota da internacional”, *A Aurora*, Nº 227, Serie II, Ano 5, 29 de novembro de 1914, Porto, p1.

como era comum nos artigos de “A Aurora” ao longo da Grande Guerra, é promovida a solução de uma paz “de baixo” e não “de cima”, porque:

“Só a intervenção geral e decidida do povo pode trazer para o futuro a garantia da paz, dando aos povos o direito de disfrutar livremente de si próprios dando a máxima liberdade a todos os grupos étnicos e religiosos, e firmando-a na solidariedade internacional que não pode ser estabelecida por tratados nem por convenções, mas pelo resultado da comunidade de interesses existentes entre os homens de todas as nações”.³¹³

Os anarquistas de “A Aurora” rejeitavam a escolha do mal menor, e declaravam não querer “colaborar com os governos e burguesias, reforçar o Estado com uma adesão voluntária, cooperar no levantamento do prestígio de uma instituição nefasta descobrindo-lhe um fim útil”, utilizando-a para fins que “não podem ser proletários”. Para os revolucionários sociais, “Não havia escolha forçada entre dois males”. Mesmo se não tivessem forças para provocar uma insurreição contra a guerra, “havia outros caminhos dignos e coerentes” que podiam ter tomado.³¹⁴ Esta posição ia simultaneamente de acordo com a ideia defendida, mais uma vez, tanto por Malatesta como pelos anarquistas portuenses, de que a guerra e uma vitória da França iria fortalecer as forças clericais e reacionárias mais conservadoras. Ou como disse Giordano Bruno, “A França, (...) tantas vezes sendo exaltada como o berço sagrado da revolução, está sendo um campo aberto para repasto da reação clerical”.³¹⁵

³¹³ Guimarães, Pedro, “Quais serão as consequências da actual guerra?”, *A Aurora*, Nº 36, Serie III, Ano 6º, 18 de junho de 1918, Porto, p1.

³¹⁴ Rodrigues, Camilo, “Aos que já compreenderam”, *A Aurora*, Nº 227, Serie II, Ano 5, 29 de novembro de 1914, Porto, p2.

³¹⁵ Bruno, Giordano, “Os Anarquistas e a Guerra”, *A Aurora*, Nº 241, Serie II, Ano 6, 7 de março de 1915, Porto, p2.

E tal como Malatesta, os anarquistas de “A Aurora” acreditavam que esta não seria “a guerra para pôr fim a todas as guerras”, mas que qualquer que fosse o resultado, daria origem a novos conflitos, cada vez mais mortais, de maior dimensão, como consequência do fortalecimento das instituições estatais e militaristas, e devido ao desejo de vingança dos vencidos. Pedro Guimarães no mesmo texto citado acima escrevia que “Esta guerra não será a última – a preponderância do elemento guerreiro aumentará”. Mesmo derrotado o “perigo germânico”, para o libertário português surgiriam sempre outros perigos para justificar novos conflitos, “o eslavo, o americano, o amarelo, o negro”, e “guerras existirão enquanto prevalecer o regime capitalista”, provocadas pela “concorrência comercial”. Tudo isto, juntamente com o aumento do investimento de capitais na indústria militar e a necessidade de aumentar os exércitos para a defesa contra o “inimigo interno”, levaram Pedro Guimarães a defender que “o elemento guerreiro aumentará: nos países vencidos para preparar a desforra; nos países vencedores para conservar a conquista”.³¹⁶

“A Sementeira”, periódico anarquista lisboeta, esteve afastado das discussões sobre a Grande Guerra no primeiro ano e meio de conflito, devido a ter interrompido a publicação entre fevereiro de 1913 e janeiro de 1916. Como tal, só se veio a dar a conhecer a sua opinião sobre os acontecimentos em abril de 1916, apesar de alguns artigos antimilitaristas terem sido publicados nos meses anteriores. “A Sementeira” difere de “A Aurora” em vários aspetos, nomeadamente na relação amigável que manteve com os anarquistas do campo intervencionista como Emílio Costa, ao ponto de publicar artigos do mesmo nas suas páginas. Desta forma oferecia uma plataforma mais aberta e plural, que permitia a ambos os lados do movimento anarquista expressar as suas opiniões e pontos de vista, num ambiente de tolerância e pluralidade. Isto não impedia, no entanto, os militantes de “A Sementeira” de se posicionarem abertamente no campo internacionalista, antimilitarista e pacifista.

³¹⁶ Guimarães, Pedro, “Quais serão as consequências da actual guerra?”, *A Aurora*, Nº 36, Serie III, Ano 6º, 18 de junho de 1918, Porto, p1.

Em abril de 1916, o periódico atribui a culpa da guerra às classes dominantes, sem destacar nenhum país específico, quando a descreve como uma “dança macabra em que as classes dominantes envolveram os pachorrentos povos”. Não comentando a divisão entre intervencionistas e não intervencionistas, com exceção de uma referência às opiniões subdivididas e às “simpatias à razão de qualquer dos combatentes na luta feroz em que se empenhou”, “A Sementeira” defende “uma sociedade de paz e de social fraternidade” e afirma que “não tem manifestado mais do que horror pela canibalesca e condenável ação em que os homens se deixaram envolver, aniquilando-se e dizimando-se aos milhões”. Sem apresentar qualquer crítica aos intervencionistas nem delinear estratégias de ação libertaria em tempo de guerra, o grupo expressa apenas desprezo pela guerra, e opõe-se à participação de Portugal na mesma, declarando que “Eramos contra a guerra e ainda detestamos a guerra (...) não lhe achamos justificação possível. (...) Somos pelo bem, somos pela paz”.³¹⁷

Nesta mesma edição, “A Sementeira” publica um artigo de Emílio Costa, não em defesa do intervencionismo, mas expressando críticas à inatividade do proletariado português perante a guerra e apelando para a organização e a preparação para a paz. A preocupação expressa no texto é a de que as classes trabalhadoras portuguesas se mantenham pouco educadas e desenvolvidas, incapazes, portanto de agir de forma organizada, confiando excessivamente na espontaneidade revolucionária e na abstenção política. Para Emílio Costa, desde o início da guerra que “os proletários portugueses deviam empregar os maiores esforços para se prepararem para a paz, (...) organizando-se, fortalecendo-se”, sem se agarrarem à esperança de que qualquer ação revolucionária surgiria através de “discursos e agitações espontâneas”. Emílio alerta:

“Os povos que neste momento se alheiam do que se passa, como se não pudessem ser tocados pelas suas consequências, estão condenados a sofrer as

³¹⁷ “Em Guerra”, *A Sementeira*, Ano 1º, 2º serie, Nº 4 (56), abril, 1916, Lisboa, p.1.

peores efeitos da guerra, sem se puderem defender, por falta de preparação para a defesa”.³¹⁸

Mas é relevante mencionar que, tal como foi discutido no capítulo IV, também aqui Emílio Costa mostra de que forma os intervencionistas procuram justificar as condições de ação e organização do proletariado dos vários países com argumentos racialistas e etnopsicológicos. Para a autor, a desorganização do proletariado português devia-se ao “defeito de raça, agravado com uma triste educação”, dizendo inclusive que “os trabalhadores não podiam deixar de refletir as qualidades e os defeitos da raça (...) não podiam deixar de ser portugueses”.³¹⁹

Em outubro “A Sementeira” expressa claramente a sua posição anti intervencionista, através da crítica aos partidos socialistas europeus, como o partido socialista italiano e o partido operário independente da Inglaterra. Apesar de estes partidos se terem declarado “anti-guerristas”, a revista não deixa de apontar a importância da movimentação popular nas ruas em prol do antimilitarismo, e a falha do partido socialista italiano em ter aplicado esta mesma tática contra os intervencionistas:

“Porque não aprovaram os socialistas na ocasião própria, manifestações neutralistas às manifestações intervencionistas? Porque se deixaram ficar em casa no momento decisivo em que tudo se decidia? Porque deixaram os intervencionistas senhores das ruas, permitindo que triunfasse o partido da guerra? Naturalmente por motivos idênticos aos que levaram o partido socialista português a aderir ao zimmerwaldismo pacifista e a aplaudir o intervencionista Fabra Ribas”.³²⁰

O internacionalismo das posições de “A Sementeira” fica ainda mais patente em fevereiro de 1918, através da publicação de um texto da Aliança Anarquista do Rio de

³¹⁸ “Pela Joeira”, *A Sementeira*, Ano 1º, 2º serie, Nº 10 (62), abril, 1916, Lisboa, p.7.

³¹⁹ *Idem, Ibidem.*

³²⁰ “Em Guerra”, *A Sementeira*, Ano 1º, 2º serie, N4 (56), outubro, 1916, Lisboa, p.1.

Janeiro, contra a participação do Brasil na guerra. Segundo os libertários brasileiros, o Estado brasileiro estaria a trair as pretensões pacifistas dos trabalhadores do Brasil. A Aliança Anarquista, “à qual aderiram mais de trinta organizações libertárias e de classe”, rejeita na sua declaração o “pangermanismo, seus princípios imperialistas, seus métodos e aspirações”, mas em contraste com os intervencionistas, realça que a guerra não foi provocada nem apoiada pelo povo alemão, mas sim culpa de “todas as nações”, e aponta que a guerra era a consequência inevitável do “regime capitalista, o militarismo, as teorias imperialistas e as rivalidades de raça, mantidas e alimentadas pelos governos e pelos grupos financeiros de um ou mais países”. Simultaneamente, a Aliança Libertária ataca outra característica do pensamento dos intervencionistas, a defesa da raça latina contra a germânica, quando afirma querer reativar uma marcha da humanidade rumo à paz, mas, “duma paz nem teutónica nem latina, mas a paz no trabalho e na justiça para todos”, reafirmando os ideias internacionalistas libertários.³²¹

A base da teoria internacionalista e antimilitarista do anarquismo é bem resumida pelos libertários do Rio de Janeiro, quando estes declaram:

Nós, anarquistas, queremos estender-lhes a nossa mão limpa de sangue e dizer-lhes, qualquer que seja a sua raça ou a pátria em que tenham nascido: Irmãos, a guerra maldita levou consigo homens e coisas respeitáveis, sacrificou inocentes, devastou os campos, arrasou cidades, e o luto e o pranto enchem a superfície da terra. Mas a vida é continua e continuamente refloresce. Recomeçemos, pois, a luta, mas recomeçemo-la eliminando as causas que nos levaram ao fratricídio”.

322

O texto divulgado por “A Sementeira” permite-nos concluir ainda mais quatro características relevantes da teorização anarquista internacionalista durante a Grande

³²¹ Aliança Anarquista do Rio de Janeiro, “A intervenção do Brasil na Guerra”, *A Sementeira*, Ano 1º, 2ª série, Nº 26 (78), fevereiro, 1918, Lisboa, p.4.

³²² *Idem, Ibidem.*

Guerra. Primeiro, a já mencionada teorização da luta a contra a dominação racial, como fica claro na citação acima transcrita. Em segundo, a rejeição da luta nas guerras de Estados nacionais capitalistas, onde os proletários serviriam de “simples instrumento de morticínio”. Por outro lado, apoiariam apenas lutas genuínas de libertação dos povos, ou como afirma a Aliança Libertaria, “Se esta guerra fosse a guerra de um povo que quer libertar-se e libertar, nós saberíamos, (...) tomar na luta o nosso lugar”. Terceiro, a defesa de que a única guerra que serve os interesses do proletariado internacional é a guerra de classe e pela emancipação da humanidade, interesses que não devem ser diluídos nas lutas nacionais: “a nossa própria guerra, a única necessária e honesta, a única urgente e inadiável, pois tende á realização duma ordem de coisas em que os homens não precisarão (...) de bater-se e matar-se entre si”.³²³

Por último, a ideia de que a revolução social internacional do proletariado, e a instauração do comunismo anarquista, era a única solução para acabar com todas as guerras entre povos:

Nós, os anarquistas, reafirmamos a nossa fé na fraternidade universal, fraternidade cuja realização na terra, só será possível quando todos os governos forem abolidos, a propriedade património comum de todos os homens e no mundo houver uma só e única religião: - a do trabalho”.³²⁴

Dentro desta linha de pensamento, os anarquistas criticavam os socialistas intervencionistas de todos os países com base em dois aspetos fundamentais da teoria libertária: o ideal de solidariedade entre todos os trabalhadores defendido desde a Primeira Internacional, e a defesa da coerência entre meios e fins revolucionários. Em abril de 1918, “A Sementeira” aborda ambos, com a publicação de um excerto do texto de Malatesta, “Meios e Fins”, e com um comentário crítico ao chamado “Imperialismo socialista” dos sociais-democratas. O autor afirma sarcasticamente, em crítica ao apoio

³²³ Idem, *Ibidem*.

³²⁴ Idem, *Ibidem*.

socialista ao Estado, exército e pátria, “Proletários de todos os países, matai-vos uns aos outros! Engrandecei o Estado, militar e territorialmente! Viva o Estado poderoso, vasto e centralizado!”.³²⁵

Dando continuidade aos princípios anarquistas e socialistas que se desenvolveram no seio da Internacional, quatro anos após o início da Grande Guerra, em julho de 1918, “A Sementeira” apresenta de forma concisa aquela que foi a perspectiva libertaria ao longo do conflito. Fá-lo citando um marxista do Partido Social-Democrata alemão, Karl Liebknecht, um dos poucos militantes que se opôs ao intervencionismo na Alemanha. Para os anarquistas e marxistas internacionalistas, esta era “uma guerra imperialista, uma guerra para a conquista do mercado mundial, para o domínio sobre importantes territórios e sua exploração capitalista”. Apontam como culpados “as empresas capitalistas para as quais ela foi declarada”, e consequentemente, qual deve ser o “método de ação do internacionalismo”: “o dever do proletariado é manter em todos os países uma oposição intensa á guerra e a luta de classe contra todos os governos capitalistas e classes dominantes”, pois em consonância com o lema da bandeira da Internacional³²⁶, “A libertação do povo alemão tem que ser obra sua, assim como é ao povo russo que cabe a sua própria emancipação”. Nas palavras dos militantes de “A Sementeira”, “Quem não quer dar força ao nacionalismo, patriotismo ou estatismo (...) quem quer fazer verdadeiro internacionalismo, tem que começar por combater as forças do próprio Estado onde é dominado e explorado”.³²⁷

O jornal operário e sindicalista revolucionário “A Greve” enquadra-se na mesma linha teórica e ideológica que “A Aurora” e “A Sementeira”. A 19 de agosto de 1917,

³²⁵ “Pela Joeira”, *A Sementeira*, Ano 1º, 2º serie, Nº 28 (80), abril, 1918, Lisboa, p.8.

³²⁶ “A emancipação das classes trabalhadoras deve ser conquistada pelas próprias classes trabalhadoras”

³²⁷ “A Acção Internacionalista”, *A Sementeira*, Ano 1º, 2º serie, Nº 31 (83), julho, 1918, Lisboa, p.1.

caracteriza a Grande Guerra como um conflito provocado pelos interesses da burguesia, mas que exigia apenas o sacrifício das classes trabalhadoras. Para os sindicalistas revolucionários, “o jogo dos interesses capitalistas fez desencadear na Europa, não tardando a alastrar-se por todo o mundo, a maior guerra de todos os tempos”, tinha resultado apenas na “devastação dos campos, no incendio das ceiras, na destruição, emfim, de todas as fontes onde o trabalho fazia brotar o que era necessário à vida”.³²⁸ O sacrificado era o povo trabalhador, explorado pelo aumento dos preços, dos juros, a queda dos salários, em contraste com o aumento dos lucros dos capitalistas. O problema da carestia de vida surge constantemente nas páginas de “A Greve”, assim como os apelos das organizações operárias, principalmente os sindicatos, para a realização de comícios e greves como forma coletiva de luta.

A perpetuação da matança, segundo “A Greve”, era levada a cabo pela classe capitalista, que “tendo à mão uma mina inesgotável não quer deixar fugir a presa, pois que fartos proventos teem tirado dela”.³²⁹ Igualmente alarmante para estes militantes era o facto de a Grande Guerra se tratar de uma luta fratricida entre proletários, coagidos a ir “para a luta contra os seus camaradas de escravidão”.³³⁰ A guerra era, portanto, combatida em nome do “Deus-milhão, que na insensibilidade da sua expansão comercial” levava os trabalhadores e povos a uma “lucta de irmãos contra irmãos victimas da desigualdade social existente”. Como tal, os sindicalistas revolucionários portugueses declaravam ser, “Nem germanófilos nem francófilos”, mas em oposição á

³²⁸ “O Sacrifício”, *A Greve*, Ano 1, 2ª Serie, Nº 3, 19 de agosto de 1917, Lisboa, p. 1.

³²⁹ Jacar, “A Conferencia de Estocolmo”, *A Greve*, Ano 1, 2ª Serie, Nº 8, 29 de setembro de 1917, Lisboa, p. 2.

³³⁰ “Notas da Guerra”, *A Greve*, Ano 1, 2ª Serie, Nº 13, 4 de novembro de 1917, Lisboa, p. 2.

narrativa guerrista e intervencionista diziam, “nós como trabalhadores, somos contrários á guerra, porque ela só beneficia a governantes e capitalistas”.³³¹

5.2 Colonialismo e Guerra:

Como já mencionamos, as discussões em volta do intervencionismo e internacionalismo, e com isso a temática da autodeterminação dos povos, levaram também os anarquistas a teorizar as lutas anticoloniais, a luta contra as dominações de raça e género, de um ponto de vista revolucionário e socialista. O peso da questão colonial nas considerações libertárias ao longo da guerra não pode ser ignorado. Em “A Sementeira”, o tema é abordado, em parte, na critica dirigida ao Partido Socialista Português. Em novembro de 1917, atacava os interesses imperialistas e colonialistas europeus em África, e mencionava que:

“Independência dos povos, direito dos mesmos a disporem de si, guerra pela liberdade, pela democracia... Isto, porém, não se aplica às colónias, ao «império de além-mar», ao «património colonial», cujos povos ainda menores e incapazes de se governar, devem continuar sujeitos á autoridade paternal... que não tem pressa de os emancipar, nem de os habilitar a isso”.³³²

Utilizando, no entanto, ainda uma linguagem eurocêntrica e até racista, defendem que:

“Os civilizados poderiam favorecer pacificamente, no interesse de todos, a evolução natural dos povos atrasados, mandando-lhes simplesmente instrumentos de trabalho, produtos, professores, lições, exemplos práticos, conhecimentos técnicos...”³³³

Mas neste aspeto os anarquistas portugueses colocavam-se à frente dos deputados socialistas de índole marxista. Na mesma edição, “A Sementeira” critica

³³¹ “Contra a Guerra”, *A Greve*, Ano 1, 2º Serie, Nº 30, 17 de março de 1918, Lisboa, p. 1.

³³² “Pela Joeira”, *A Sementeira*, Ano 1º, 2º serie, Nº 23 (75), novembro, 1917, Lisboa, p.8.

³³³ *Idem, Ibidem.*

Costa Júnior, deputado do Partido Socialista, por este defender a manutenção das colónias. Os libertários declaravam que “nós conhecemos pessoas, que não precisam de ser socialistas nem revolucionárias para – justamente por aquelas mesmíssimas razões! – afirmar a inutilidade e a nocividade das colónias.” As razões apontadas neste caso, no entanto, focavam-se não tanto no direito de autodeterminação dos povos que a revista tinha defendido parágrafos antes, mas nos danos que as colónias traziam para o comércio e a indústrias portuguesas, e porque “As colónias favorecem a burocracia (...) empregomania, afastam do trabalho útil e produtivo (...) o comodismo burocrático”.³³⁴

Especificamente em relação a “A Aurora” é relevante mencionar o aspeto da autodeterminação dos povos das colónias portuguesas em África. A defesa das colónias contra os interesses coloniais alemães foi um dos motivos para a entrada de Portugal na Grande Guerra, e inclusive morreram mais soldados portugueses em África do que na Europa ao longo do conflito. Já vimos que a questão colonial surge regularmente no período que antecedeu a guerra, mas curiosamente esta é menos abordada durante a guerra. Ainda assim foi referida, nomeadamente pelo então jovem anarcossindicalista Aurélio Quintanilha³³⁵, num artigo intitulado “As Nossas Colonias”, que mostra como,

³³⁴ *Idem, Ibidem.*

³³⁵ Aurélio Quintanilha foi um militante anarcossindicalista açoriano, membro das Juventudes Sindicalistas durante a Primeira República, e colaborador em periódicos libertários como “A Batalha”, “A Sementeira” e “A Aurora”. Estudou medicina na Universidade de Coimbra e tornou-se cientista botânico e professor universitário, sendo perseguido posteriormente pelo Estado Novo. Participou em atividades do Movimento Libertário Português após a revolução de 25 de abril de 1974 e viria a morrer em 1987.

ao contrário do que foi dito no passado, os anarquistas portugueses não ignoraram a autodeterminação das colónias.³³⁶

Criticando a “manifesta incoerência entre os princípios fundamentais da propaganda republicana e a política colonial” de todos os partidos da República, ao mesmo tempo que defendiam que “Cada povo é senhor absoluto e exclusivo dos seus destinos e se governa “a si próprio”, negavam esse mesmo direito de autogovernação aos povos das colónias portuguesas. Aurélio Quintanilha aponta a contradição:

“como defendem os republicanos o princípio da *nossa* soberania nas colónias africanas? Então os cuamatos, por exemplo, não tem o direito de escolher livremente a forma de governo e os seus governantes que mais lhes agradem? Não são eles em princípio senhores absolutos e exclusivos dos seus destinos?”.

337

A crítica libertária ao colonialismo toca numa das contradições da ideologia republicana e liberal europeia da época, entre defender o governo do povo pelo povo, a independência nacional e o combate contra a dominação estrangeira, mas simultaneamente negar tudo isso aos povos colonizados dos outros continentes, apontando como “traíçoeiras revoltas, dignas da mais feroz repressão, os esforços do gentio africano pela conquista da sua independência, pela expulsão do estrangeiro opressor!”. Atacam a burguesia e alta finança que retrata os povos industrialmente mais atrasados de “incapazes e indignos de independência”, que acaba na justificação do “esmagamento dos pequenos povos”. Denunciam “as criminosas ambições dos industriais que buscam mercados inexplorados para os seus produtos, dos financeiros

³³⁶ “Em parte alguma «A Aurora» reivindica a autodeterminação dos povos africanos então sujeitos ao jugo português.” Louçã, António, “1916: A Aurora denuncia o significado da Guerra”, *História*, Nº18, abril, 1980, p. 56-68.

³³⁷ Quintanilha, Aurélio, “A Defesa das Nossas Colonias”, *A Aurora*, Nº 238, Serie II, Ano 5, 14 de fevereiro de 1915, Porto, p1.

que procuram boas colocações para os seus capitais”, e a falsa missão civilizadora, altruísta e emancipadora “executada pelos Estados modernos”, de forma contundente:

“violentemos as mulheres, obriguemos os homens a trabalhar por aquilo que lhes quisermos dar, ou sem remuneração alguma, nas terras e nas minas que lhes roubamos; arranquemos-lhes quantos impostos nos apetecerem, porque para se ser civilizado é necessário pagar impostos; e aos que não estiverem de acordo com todos estes benefícios da civilização, a esses ingratos que pretenderem morder a mão generosa e desinteressada que os ia salvar, demos-lhe caça, matemo-los, exterminemo-los em massa!”³³⁸

5.3 Estado, capitalismo e Paz na Europa:

A posição internacionalista contra a intervenção anarquista, socialista e sindicalista na guerra levou, naturalmente, a uma conceção de paz diferente da dos intervencionistas. Os anarquistas, pela sua oposição á dominação nacional e racial de uns povos sobre quaisquer outros, rejeitaram servir de instrumentos de guerra dos Estados capitalistas e classes dominantes, que pretendiam com a Grande Guerra oprimir e explorar outros povos e “raças”. Desta forma, a participação na guerra seria uma traição aos ideais internacionalistas socialistas e à emancipação da humanidade. A ação dos anarquistas deveria passar, conseqüentemente, não pela neutralidade, como acusavam os intervencionistas, mas pela luta e construção da revolução social como único método eficaz de pôr fim à guerra e á exploração das classes trabalhadoras e de todos os povos. A guerra de classes era a única guerra a travar, juntamente com a construção da paz pela própria classe trabalhadora. Veremos agora de que forma.

Desde 1914 que surgiu em “A Aurora” a defesa de ideias que viriam a estar associadas ao chamado derrotismo revolucionário, que já temos vindo a mencionar esporadicamente. O conceito foi popularizado na Conferencia de Zimmerwald de 1915 por Vladimir Lenin, mas as ideias em si não eram completamente novas no cenário

³³⁸ Idem, *Ibidem*.

revolucionário e seriam também posteriormente apoiadas pelos anarquistas a nível internacional.³³⁹ Transformar a guerra imperialista em guerra civil contra o próprio governo e contra a burguesia era a consequência lógica da ideia que já vimos no capítulo III ser defendida por “A Aurora” antes da guerra, de que o inimigo está em casa, e é ele que deve ser combatido. Na sequência disto, “A Aurora” declarava que no início da guerra, se o povo alemão ao saber da guerra “se erguesse de repente (...) contra essas intenções agressivas, em vez de aplaudi-las com entusiasmo, as coisas certamente tomariam outro aspeto”. E alargava a proposta a todos os outros povos, para que “todo o povo productor de todas as outras nações fizessem o mesmo”.

A rejeição da guerra através da revolta contra o próprio governo abria portas a outro tipo de guerra diferente:

“Nós damos vivas á guerra, mas é àquela guerra que vai de encontro a vós, aos vossos intuitos, às vossas ambições. Preparamo-nos para a guerra, mas é para a guerra contra a burguesia, contra os açambarcadores, contra os que nos exploram, contra o velho sofrimento humano, contra a desigualdade, contra a miséria, contra a fome, a tuberculose, a nudez”.³⁴⁰

A 24 de dezembro de 1916 “A Aurora” publica o “Manifesto da Conferencia de Zimmerwald”, que exalta e incentiva os operários de todo o mundo à “luta de classes irreduzível (...) pelo corpo sagrado do socialismo, pela emancipação dos povos oprimidos e das classes escravizadas”, e a lutar pela paz “sem anexações nem indemnizações de guerra”.³⁴¹ O manifesto desta conferencia não delineava nenhum programa ou tática

³³⁹ Adams, Matthew S; Kinna Ruth, “Anarchism 1914-18: Internacionalism, anti-militarism and war”, Manchester University Press, 2017, p. 9-10.

³⁴⁰ Dos Santos, Clemente Vieira, “Viva a Guerra!”, *A Aurora*, Nº 211, Serie II, Ano 5, 9 de agosto de 1914, Porto, p1.

³⁴¹ Quintanilha, Aurélio, “Manifesto da Conferencia de Zimmerwald”, *A Aurora*, Nº 4, Serie IV, Ano 7º, 24 de dezembro de 1916, Porto, p2.

especifica para concretizar a paz, mantendo-se vago, mas a sua presença nas páginas do periódico aponta pelo menos para a defesa de uma paz anti-imperialista. No entanto, ainda em 1914, “A Aurora” tinha apresentado um Manifesto Anarquista direcionado ao proletariado internacional, no qual defenderam a proposta mais comum entre os anarquistas antimilitaristas a nível internacional: só a revolução social poderia colocar fim à guerra e dar origem a uma paz que fosse de encontro às necessidades do proletariado. O Manifesto afirmava em relação à guerra, “Oponhamos-lhe a Revolução, a ruptura proletária internacional contra todas as leis de privilégio e opressão em nome da justiça, isto é, do interesse de todos”.³⁴²

Não deixa de ser relevante mencionar a presença das propostas feministas nas páginas de “A Aurora” em relação com a paz na Europa, mesmo quando vinham de fora do campo anarquista, o que demonstra a forma como as questões de género ganhavam relevância em relação ao antimilitarismo. No artigo “As Pacifistas Francesas”, os anarquistas divulgam as ideias da secção francesa da “Junta Internacional das Mulheres para a Paz permanente”, apesar de os próprios não concordarem com “alguns dos seus raciocínios e conclusões”. Em sintonia com as mulheres da organização, concordam, no entanto, que o papel da mulher em tempo de guerra não deve ser apenas o de substituir o homem no local de trabalho e “sofrer docilmente a guerra, como uma prova natural”. Pelo contrário, a mulher tem um papel a desempenhar na construção da paz, e a exaltar a que todos os povos lutem pela construção da paz, porque “a paz não virá de per si, como um milagre, mas será fruto dos esforços de todos”. Cada povo deveria “reclamar que o seu governo formule claramente as suas condições de paz, acolha as propostas, venham donde vierem, e as submeta ao exame do parlamento e da opinião”.³⁴³

³⁴² “Ao proletariado internacional: Manifesto Anarquista”, *A Aurora*, Nº 230, Serie II, Ano 5, 20 de dezembro de 1914, Porto, p1-2.

³⁴³ “As Pacifistas Francesas”, *A Aurora*, Nº 15, Serie III, Ano 6º, 4 de janeiro de 1916, Porto, p2.

A influencia da revolução russa sobre os sindicalistas revolucionários e anarquistas sobre a questão da paz, e a consequente influencia de Lenin e Trotsky em alguns periódicos, ajuda-nos a compreender a visão dos libertários sobre o caráter imperialista da guerra, e sobre como deveriam colocar um ponto final no conflito. O projeto libertário para uma paz na Europa reflete este entendimento. “A Greve” lutava contra aquilo que classificava como a “união dos burguezes”, que procuram a “coesão e a homogeneidade”, e os sindicalistas revolucionários apelavam à “união da família proletária”.³⁴⁴ O modelo de luta pela paz defendido pelos mesmos demonstra a mencionada influencia da revolução russa, visível na promoção da Conferência de Estocolmo, e no modelo da “Paz sem anexações nem indemnizações”, além da defesa da autodeterminação dos povos, “o direito aos povos de escolherem o governo que quiserem, livres e independentes”.³⁴⁵ A 27 de janeiro de 1918 os sindicalistas relacionam o fim do conflito com a revolução social. Para estes existiriam apenas duas soluções para a guerra, “ou os beligerantes aterrorizados com o perigo operário, abandonam a guerra e fazem uma paz ainda a tempo de evitar a hecatombe, ou então ela será o seu fim pelo alastramento da Rússia Vermelha”.³⁴⁶

Nesta linha argumentativa, o proletariado de todos os países devia seguir o exemplo da Rússia para pôr fim ao massacre, à sua exploração e ao problema da carestia de vida. No discurso dos sindicalistas revolucionários são constantes as referências ao acordar revolucionário proporcionado pela Grande Guerra imperialista e capitalista. Os trabalhadores deviam inspirar-se no “exemplo bem palpável” da Rússia:

³⁴⁴ J.J.R., “Tribuna Livre”, *A Greve*, Ano 1, 2ª Serie, Nº 4, 26 agosto de março de 1917, Lisboa, p. 3.

³⁴⁵ Joacar, “A conferencia de Estocolmo”, *A Greve*, Ano 1, 2ª Serie, Nº 8, 29 de setembro de 1917, Lisboa, p. 2.

³⁴⁶ “A Guerra e a Revolução”, *A Greve*, Ano 1, 2ª Serie, Nº 24, 27 de janeiro de 1918, Lisboa, p. 1.

“onde o povo já começou em parte pela remodelação social em vasto império, entregando nas mãos dos trabalhadores organizados os instrumentos de trabalho e de produção, e os camponeses as terras para serem cultivadas em benefício comum da sociedade”.³⁴⁷

Mais adiante o periódico afirma ainda a forma como o povo russo quis “a paz democrática, estável e duradoura, verdadeira, «sem anexações nem indemnizações», dando a cada povo a liberdade de dispor de si”, defendendo novamente a autodeterminação nacional. Uma paz que simultaneamente significasse o fim da guerra entre Estados e o fim da guerra de classes, através da libertação da classe trabalhadora, só poderia surgir de uma forma: “A Revolução Social caminha, apontando-nos um futuro de paz, amor e liberdade para todos os seres humanos”.³⁴⁸ A influencia de Lenin torna-se por demais evidente quando “A Greve” publica inclusive textos do marxista russo, como a 10 de novembro de 1918, na véspera do armistício, Em “As ideias de Lenine”, os sindicalistas revolucionários expressam a visões de Lenin sobre a paz e a Conferencia de Zimmerwald de 1915. O artigo menciona a importância de combater os “socialistas chauvinistas”, e o “reformismo e o oportunismo”.³⁴⁹

Mas talvez a mais estruturada proposta de solução do conflito seja aquela apresentada por José da Silva Oliveira, no artigo de 3 de março de 1918 intitulado “Em Volta da Paz”. O autor libertário desenvolve uma reflexão coletiva dos militantes de “A Greve”, afirmando que “Nós, como operários, (...) cometeríamos um grave delito se não disséssemos também as nossas opiniões”. José da Silva Oliveira critica primeiro de tudo o “patriotismo indemnizador” das organizações operárias de França e Inglaterra “ao falarem em reparações de estragos e indemnizações de guerra”. Em contraste, defende

³⁴⁷ “A Fome e a Guerra”, *A Greve*, Ano I, 2ª Serie, Nº25, 3 de fevereiro de 1918, Lisboa, p. 1.

³⁴⁸ *Idem, Ibidem.*

³⁴⁹ “As ideias de Lenin”, *A Greve*, Ano II, 2ª Serie, Nº 62, 10 de novembro de 1918, Lisboa, p. 4.

que “a Revolução Social para ser bem-sucedida deve ser internacional”, e que “As propostas apresentadas pelos soviets da Rússia para terminar a guerra, são as demonstrações mais eloquentes e mais revolucionárias, que jamais um povo pode conceber”. Citando novamente “A liberdade dos povos de poderem dispor de si próprios”, como parte da emancipação económica e social do proletariado, declara contra o patriotismo operário que “saibam que a solidariedade internacional operária não é uma simples utopia”. Por fim, como exemplo da influência do grupo entre a classe operária organizada em Portugal, José da Silva Oliveira informa os leitores de que um delegado de “A Greve” marcou presença numa sessão de propaganda da União Operária Nacional, na qual propôs que os operários portugueses deveriam também definir as suas condições de paz, e demonstrar a sua solidariedade para com a revolução russa.³⁵⁰

Simultaneamente, enquanto revista anarquista-socialista, “A Sementeira” naturalmente promovia as ideias e formas de lutas das organizações autónomas das classes trabalhadoras, em especial da classe operária. Neste sentido, as posições da União Operária Nacional, principal federação sindicalista revolucionária em Portugal na época, eram divulgadas nas suas páginas, visto que estas iam de encontro com a posição internacionalista antimilitarista e anti intervencionista. Em abril de 1917 a revista publica a circular da comissão organizadora da Conferência Operária da região do Sul, na qual esta anuncia a realização de duas conferências sindicais a nível nacional, com o objetivo de acordar os proletários na luta pelos seus direitos e contra a guerra. Na circular, a UON afirma:

“A criminoso guerra que se desencadeou, há dois anos, no centro da Europa, e em que também foi envolvido o nosso país, trazendo para a nossa vida industrial e agrícola e para a nossa situação de trabalhadores as consequências horríveis que todos nós sentimos, trouxe também o afastamento forçado de muitos dos seus militantes e com o mal-estar que de todos os trabalhadores se apossou, a

³⁵⁰ J. da Silva Oliveira, “Em volta da Paz”, *A Greve*, Ano 1, 2ª Serie, Nº 28, 3 de março de 1918, Lisboa, p. 1.

desorganização do operariado e o enfraquecimento e a inercia dos seus organismos associativos”.³⁵¹

Além de realçar a forma como a guerra enfraqueceu as organizações e o movimento do proletariado, a UON enfatiza as políticas de repressão governamental dirigidas contra os trabalhadores, “a usurpação completa (...) de todos os nossos mais legítimos direitos”, as “especulações e extorsões dos açambarcadores que tripudiam com a nossa saúde e a nossa vida”. Esta circular mostra ainda, relativamente á organização do proletariado de Portugal e do sindicalismo revolucionário e anarquismo organizado, que estes foram participantes ativos na tentativa de resolução dos problemas sociais que afetavam as populações, do seu país e do estrangeiro. Os sindicalistas revolucionários, longe de apresentarem o simples desinteresse por questões políticas de que muitas vezes foram acusados, trabalharam ativamente na luta pelo fim da guerra e do militarismo, sendo uma das teses das duas conferencias “carestia da vida e organização operária perante as condições de paz”. A circular em questão foi assinada por dirigentes sindicalistas revolucionários como Jerónimo de Sousa e Alexandre Vieira, assim como por anarquistas como Pinto Quartim, militante ativo nos órgãos de imprensa libertária.³⁵²

Os anarquistas internacionalistas, em contraste com os seus ex-camaradas intervencionistas, envolveram-se nas iniciativas de construção da paz e da reestruturação dos laços de fraternidade e solidariedade internacionais com os socialistas dos restantes países europeus, após o choque inicial da cisão no movimento. Em julho de 1917, “A Sementeira” publicou um artigo sobre a “Conferencia de Estocolmo”, uma conferencia então impulsionada pelo novo governo pós-revolucionário na Rússia, e pelo dirigente menchevique Tsereteli, entre os partidos socialistas de todos os países, com o objetivo de ressuscitar a Internacional e

³⁵¹ “Conferencia Operária”, *A Sementeira*, Ano 2º, 2º serie, Nº 16 (68), abril, 1917, Lisboa, p.13.

³⁵² *Idem, Ibidem.*

desenvolver sobre que linhas os partidos socialistas deveriam influenciar os seus respetivos governos, em direção a uma paz revolucionária. A Conferencia de Estocolmo acabaria por não se realizar, mas nem por isso deixou de ter certa importância na formulação de linhas teóricas sobre o combate ao militarismo e à guerra.³⁵³

“A Sementeira” também não se absteve de apoiar a divulgação dos revolucionários russos, publicando a convocatória, na qual se pode ler, “o Conselho dos operários e soldados dirigiu um apelo aos povos do mundo”, destacando a frase “Paz sem anexações, nem contribuições baseadas no direito das nações a disporem de si própria”, e enfatizando a defesa da autodeterminação dos povos como ideal socialista. Os socialistas russos definem como passos a dar na construção da paz, reunir os representantes do proletariado para discutir a “liquidação da política de união sagrada com os governos e as classes imperialistas” e construir uma política voltada para “os interesses vitais comuns do proletariado e de todos os povos”. Por fim, os anarquistas de “A Sementeira” referem a sua desilusão perante “A aversão dos camaradas da pequena maioria francesa para ir a Estocolmo”, referindo-se nomeadamente os intervencionistas da França.³⁵⁴

No que à construção da paz diz respeito, podemos tirar algumas conclusões. Os anarquistas e sindicalistas revolucionários, influenciado pela revolução russa e pelo legado das práticas e lutas dos seus próprios movimentos, defenderam intransigentemente a autodeterminação nacional, a reestruturação da Internacional socialista, e a participação ativa dos de baixo numa paz não expansionista. Além do mais, a influencia dos libertários fez-se sentir nos órgãos de classe operária sindicalista revolucionária em Portugal, e de facto a posição da União Operária Nacional encontrava-se em vários aspetos, em sintonia com a posição anarquista.

³⁵³ “A Conferencia de Estocolmo”, *A Sementeira*, Ano 2º, 2º serie, Nº 19 (71), julho, 1917, Lisboa, p.1-2.

³⁵⁴ *Idem, Ibidem.*

6. Aurora VS Germinal:

6.1 A cisão no movimento anarquista português: Intervencionistas versus Internacionalistas:

A cisão no movimento anarquista teve eco principalmente na imprensa, que era o principal meio para o debate, e foi protagonizada por dois atores principais, representantes dos seus respetivos blocos. Já vimos como o “Germinal” foi o mais importante periódico dos intervencionistas portugueses, e o único que se manteve ativo e coerente nas suas posições durante a maior parte da guerra. Os internacionalistas tiveram do seu lado um leque maior de agentes políticos e sociais, mas o mais popular e ativo ao longo de todo o conflito foi “A Aurora”, do Porto. Neste capítulo vamos ver como os militantes de ambos os grupos cortaram parcialmente relações, embora não completamente no início da guerra, após anos de colaboração política, social e ideológica. Por fim, iremos analisar mais especificamente a discussão direta que se deu nas páginas de ambos os periódicos, através da troca de argumentos e também insultos.

6.2 De aliados a adversários:

No capítulo II apresentamos uma breve biografia de alguns dos principais militantes do “Germinal” e de “A Aurora”. Nesta parte vamos adicionar mais alguns aspetos sobre a militância mútua entre eles e a forma como se consumou a divisão após o começo da Grande Guerra. Será, no entanto, necessário destacar as diferenças relevantes entre estes mesmos militantes de modo a procurar explicar a diferença de opiniões. Para este propósito voltaremos a remeter para algumas ideias já apresentadas no capítulo II.

O principal espaço de confluência e colaboração nos anos antes da guerra, foi em órgãos de imprensa libertários. Apenas marginalmente os membros do “Germinal” e de “A Aurora” tiveram algum tipo de contacto em organizações de trabalhadores. O “Terra Livre”, periódico libertário lisboeta, que estudamos no capítulo III foi um dos jornais nos quais essa colaboração se materializou e entre o seu corpo redatorial contam-se nomes como António Alves Pereira, principal redator de “A Aurora”, Clemente Vieira dos Santos, um dos mais assíduos militantes e colaboradores do mesmo periódico, e Emílio Costa, o grande dinamizador do grupo “Germinal”. Ao longo do ano de 1913, estes três

militantes trabalharam aparentemente em conjunto, e regularmente escreveram sobre a questão do antimilitarismo. Neste período, com base naquilo que vimos no capítulo III, não parece ter existido qualquer tipo de discussão interna ou divisão de opiniões no grupo “Terra Livre” sobre os temas que foram abordados, desde a greve geral antimilitarista, à crítica de ambos os blocos militares (Entente e Alliance), passando pelo anticolonialismo.³⁵⁵

Durante o período de duração da Grande Guerra, e até mesmo após o fim da mesma, a coexistência na imprensa manteve-se, embora mais esporadicamente. Em “A Sementeira”, Emílio Costa continuou a publicar as suas ideias, apesar do periódico se ter posicionado contra o intervencionismo e a favor do internacionalismo.³⁵⁶ Inclusivamente “A Aurora” inicialmente vendia as edições do “Germinal” na sua Biblioteca “A Vida”.³⁵⁷ Manuel Ferreira Quartel, além de colaborar no “Germinal”, como vimos no capítulo II, publicou também artigos em “A Aurora”.³⁵⁸ A cisão no movimento não terá sido intensa ao ponto de provocar um corte irremediável e permanente entre os anarquistas portugueses, ao contrário do que sucedeu no estrangeiro, tendo em conta que militantes intervencionistas como Adolfo Lima, Emílio Costa e Cesar Porto, colaboraram no jornal “A Batalha” ao longo dos anos 20 com internacionalistas como Clemente Viera dos Santos, Hilário Marques, Neno Vasco, e Manuel Joaquim de Sousa.³⁵⁹

³⁵⁵ MEDINA, João, “Um semanário anarquista durante o primeiro Governo Afonso Costa: “ «Terra Livre»”, *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981.

³⁵⁶ “Pela Joeira”, *A Sementeira*, Ano 1º, 2º serie, Nº 10 (62), abril, 1916, Lisboa, p.7.

³⁵⁷ O Germinal, “A Aurora, Nº 233, Serie II, Ano II, 10 de janeiro de 1915, Porto, p.4.

³⁵⁸ “Rurais, Despertai!...”, *A Aurora*, Nº 233, Serie IV, Ano 7º, Nº 15, 3 de janeiro de 1917, Porto, p.3

³⁵⁹ Baptista, Jacinto, “Surgindo Vem ao Longe a Nova Aurora...: Para a História do Diário Sindicalista A Batalha 1919-1927”, Livraria Letra Livre, Lisboa, 2019, P. I-V.

Entre 1910 e 1914, os militantes do “Germinal” e “A Aurora” trabalharam ao nível da intervenção juntos dos órgãos sindicais da classe operária, no sentido de os influenciar na sua prática militante e orientação ideológica. Pelo que nos foi possível apurar, em nenhum momento trabalharam diretamente juntos nas mesmas associações, provavelmente devido ao facto de que os militantes do “Germinal” se organizavam, por norma, em Lisboa, e os de “A Aurora” no Porto. Mas ambos se dedicaram à promoção do sindicalismo revolucionário e do anarcossindicalismo, da ação direta, autonomia e combate contra o Estado e o patronato através das associações de classe, rejeitando o legalismo e o parlamentarismo. O “Germinal” especificamente atuou junto da classe operária através da organização de cursos populares pedagógicos em sedes sindicais. O Grupo de Estudos Sociais “Germinal” levou a cabo um curso de sociologia na Associação dos Caixeiros de Lisboa e na Associação do Pessoal do Arsenal do Exército, e um curso de ciências físico-naturais na sede do sindicato da Associação dos Compositores Tipógrafos, geralmente ensinados por Adolfo Lima.³⁶⁰ Os militantes do grupo “A Aurora” praticaram atividades semelhantes, através do Grupo de Propaganda Libertária, do Comité Sindicalista do Porto e do Centro e Biblioteca de Estudos Sociais do Porto, que funcionaram como órgãos de educação e propaganda anarquista entre a classe operária e dentro dos sindicatos e bairros da classe trabalhadora.³⁶¹

A atividade concreta destes militantes anarquistas difere, no entanto, na sua natureza. Emílio Costa parece ter colaborado, acima de tudo, com a publicação de obras editadas pela União de Associações de Classe de Lisboa, além de conferências realizadas da Casa Sindical da mesma cidade.³⁶² Ou seja, a propaganda oral e escrita parece ter

³⁶⁰ Lima, Adolfo, “Sociologia Elementar”, *Germinal*, Nº 14, março de 1917, Lisboa, p.22

³⁶¹ Freire, João, *Freedom Fighters: Anarchist Intellectuals, Workers and Soldiers in Portugal’s History*, Black Rose Books, 2021, p. 119-125

³⁶² Costa, Emílio, “Acção Direta e Acção Legal”, conferência realizada pelo autor na Casa Sindical em 31 de dezembro de 1911, Editora e Proprietária União das Associações da

sido o limite da participação de Emílio Costa, por razões que adiante iremos analisar. Por outro lado, Manuel Joaquim de Sousa, Clemente Vieira dos Santos, António Alves Pereira e Maciel Barbosa, membros do grupo de “A Aurora”, foram todos militantes sindicais. Alves Pereira e Clemente Vieira dos Santos militaram juntos nas associações de classe das Artes Gráficas, Maciel Barbosa nas dos marceneiros, e todos eles em conjunto com Manuel Joaquim de Sousa foram membros da União Operária do Porto e na Confederação Geral do Trabalho a partir de 1919. Como tal, para além do mesmo género de propaganda oral e escrita empreendida por Emílio Costa, os anarquistas portuenses dedicaram-se à luta prática e direta no seio das organizações da classe operária. Tudo isto foi já analisado no capítulo II.

A diferente natureza da intervenção dos militantes de ambas as organizações deve-se, acima de tudo, às diferentes classes sociais a que pertencem. Os membros do grupo “Germinal” que conhecemos são todos eles intelectuais oriundos da classe média ou burguesa. Emílio Costa nasceu numa família burguesa, estudou no ensino superior e dedicou-se apenas ao trabalho intelectual ao longo da vida, quer como jornalista, quer como professor. Adolfo Lima foi igualmente professor e advogado, nunca tendo exercido qualquer tipo de trabalho manual enquanto operário. César Porto e Severino de Carvalho foram também intelectuais que nasceram de famílias privilegiadas. A única exceção conhecida seria a de Manuel Ferreira Quartel, que foi trabalhador rural, mas contribui apenas esporadicamente para o periódico.

Os membros do grupo de “A Aurora”, por outro lado, eram todos operários, que nasceram, cresceram e trabalharam nos bairros operários, fábricas e oficinas fabris ao longo das suas vidas. Manuel Joaquim de Sousa, Maciel Barbosa, Clemente Vieira dos Santos e António Alves Pereira fizeram parte da classe que, segundo os anarquistas, era a mais explorada e aquela que deveria tomar controlo dos meios de produção, juntamente com os trabalhadores do campo. A classe que, ao se auto emancipar,

Classe de Lisboa, Composto e Impresso na Casa dos Tipógrafos, Rua dos Prazeres, 39, Lisboa, 1912.

emanciparia também toda a humanidade. Consequentemente, participaram diretamente nas organizações sindicais e alguns chegaram mesmo a cargos de liderança.

Simultaneamente, esta diferença de origem de classe poderá explicar, parcialmente, a diferente tomada de posição de cada uma das organizações libertárias de que fizeram parte. Tendo em conta que o movimento operário, formalmente organizado pelo menos, hegemonicamente ficou do lado do internacionalismo e da oposição à guerra, é natural que os anarquistas e sindicalistas revolucionários da classe operária tenham rejeitado o intervencionismo.³⁶³ Eram os operários os principais afetados pelos efeitos da guerra, e os que maioritariamente eram recrutados para as fileiras do exército, sentindo mais diretamente as consequências do militarismo. Os intelectuais libertários, que geralmente escapavam a esse destino indesejado, tinham um modo de vida mais privilegiado e, em alguns casos, tinham ligações mais próximas com outros intelectuais anarquistas de países como a França, por força do distinto meio social em que se encontravam, desenvolviam uma maior consciência e mundividência.

Não quer isto dizer que os intelectuais anarquistas tenham todos traído os princípios anarquistas e adotado a posição intervencionistas, como se a isso estivessem determinados pelo seu meio social. Estes intelectuais também conviviam de perto com a classe operária e organizavam-se junto com eles, e de facto vários intelectuais anarquistas como Neno Vasco e Aurélio Quintanilha mantiveram-se internacionalistas e antimilitaristas críticos do intervencionismo. Apenas propomos que a origem de classe, a classe social de que faziam parte, os colocou mais próximos dos argumentos, opiniões e mundividências das classes burguesas e liberais, defensoras das democracias burguesas e das narrativas racialistas e chauvinistas que romantizavam os ideais da revolução francesa.

Podemos ver um fenómeno semelhante no movimento anarquistas internacional. Os maiores defensores do intervencionismo, sempre minoritário, foram intelectuais de

³⁶³ Freire, João, *Freedom Fighters: Anarchist Intellectuals, Workers and Soldiers in Portugal's History*, Black Rose Books, 2021, P. 148

origem burguesa ou até da nobreza, como Kropotkin³⁶⁴, Malato³⁶⁵, Cornelissen, Jean Grave e Tcherkessof. De facto, entre todos os assinantes do *Manifesto dos Dezasseis*, que defendia o apoio à Entente contra a Alemanha, praticamente todos eles vinham da burguesia ou da nobreza, talvez com a exceção de François Le Ve.³⁶⁶ Já o *Manifesto Anarquista Internacional Anti-Guerra*, para além de contar com um número muito maior de assinantes como já discutimos aqui, tem com um número consideravelmente superior de libertários com origens operárias, ou que pelo menos se dedicaram ao longo da vida a profissões de classe trabalhadora. Podemos citar nomes como Emma Goldman, Errico Malatesta, Luigi Bertoni e William Shatoff. E mais importante ainda, o manifesto foi largamente divulgado e apoiado pela imprensa anarquista internacional e pelo movimento operário libertário, ao contrário do Manifesto dos Dezasseis.³⁶⁷

A relação entre os anarquistas do “Germinal” e de “A Aurora” sofreu uma progressiva deterioração a partir do fim de janeiro de 1915. Após a fundação do “Germinal”, e apesar do caráter intervencionista que manifestou desde o início, “A Aurora” divulgou o periódico nas suas páginas com palavras de apoio e solidariedade. A 10 de janeiro de 1915 os anarquistas portuenses anunciam que “O aspeto material é magnífico e excelente a sua colaboração”, e que “Os homens que se acham à frente do novo periódico, amigos que bem sinceramente estimamos, são-nos seguro penhor de

³⁶⁴ Woodcock, George, “Socialism From Below: A History of Anarchism”, 1944. Disponível em < <https://theanarchistlibrary.org/library/george-woodcock-socialism-from-below#toc6> > Acedido em 24/04/2024

³⁶⁵ Nettlau, Max, “A Short History of Anarchism”, 1935. Disponível em < <https://theanarchistlibrary.org/library/max-nettlau-a-short-history-of-anarchism> > Acedido em 24/04/2024

³⁶⁶ Adams, Matthew S; Kinna Ruth, “Anarchism 1914-18: Internationalism, anti-militarism and war”, Manchester University Press, 2017.

³⁶⁷ Idib, *Ibidem*.

lealdade, boa fé e inteligência”. Não deixavam por isso já de alertar que “sendo provável que com eles tenhamos de travar vivas polemicas”, que os membros de “A Aurora” consideravam natural na situação “pouco vulgar” em que se encontrava o movimento anarquista. De qualquer das formas, não negavam que “haverá decerto entre nós muitos pontos de acordo”, desejando que esses mesmos pontos se viessem a alargar “quando tiver passado esta dolorosa crise”, e terminando por dar vivas ao “Germinal”.

368

Apesar do tom amigável com que “A Aurora” se dirige, rapidamente as relações entre os dois periódicos se azedaram, logo desde o mês de janeiro de 1915. A 20 de janeiro o “Germinal” manifesta desagrado perante a suposta má receção dos camaradas de “A Aurora”, questionando-se se teria sido pela “preocupação doentia de que viemos à imprensa para combatê-los”. Acusam os anarquistas portuenses de verem na “kultur” (cultura) alemã “um sol sem chamas, perante o qual todos nós devemos prostrar-nos em adoração”, e ainda que “a Aurora mostra mais simpatias pelos intelectuais da burguesia alemã, do que pelos seus camaradas franceses”.³⁶⁹

Os ataques e críticas diretas continuariam, em grande medida por divergências sobre a questão da defesa da Bélgica e do carácter imperialista da Grande Guerra. A 29 de janeiro “A Aurora” afirma ser favorável a que “os belgas se tenham batido e resistam ao invasor”, sem deixar de defender que os “revolucionários sociais” não deveriam colaborar voluntariamente na “conflagração de interesses de capitalistas, tomando partido na questão incerta de invasores e invadidos”. Em resposta, a 31 de janeiro, o “Germinal” invoca a questão do mal menor, a obrigação de se defenderem daqueles que “matam e destroem tudo o que encontram. Não é bom, bem se sabe; mas é do melhorzinho que há; defenda-se, portanto, para não e perder tudo”. E sobre a “questão incerta de invasores e invadidos”, o “Germinal” defendia a perspectiva daqueles que eram diretamente afetados pela realidade da guerra e da invasão, afirmando que era

³⁶⁸ “Germinal”, *A Aurora*, Nº 233, Serie II, Ano II, 10 de janeiro de 1915, Porto, p.2

³⁶⁹ “Na Ponta das Espadas”, *Germinal*, Nº 3, Ano I, 20 de janeiro de 1915, Lisboa, p.3

“Provável que seja questão incerta para quem está longe; mas para os de Louvaina, Dinant, Reims, Arras, etc. etc., é uma questão certíssima!”.³⁷⁰

A posição de “A Aurora” perante a Bélgica não era, no entanto, uma simples neutralidade entre invasores e invadidos. Descrever o conflito como uma guerra inter-imperialista e recusar apoiar qualquer um dos lados não era sinonimo de abstenção de solidariedade e defesa da autodeterminação do povo belga. A 7 de fevereiro “A Aurora” defende em resposta ao “Germinal” que a Bélgica não era apenas alvo de interesses e cobiça alemães, mas também que “à Inglaterra convém, na posição geográfica da Bélgica, um pequeno país neutro”. Para além do mais, os interesses alemães em nada mudariam o facto de ser “esta guerra uma luta entre Estados, entre imperialismos satisfeitos e imperialismo famintos, dos quais os revolucionários farão o jogo se aderirem ou se à luta prestarem nobres intuitos”. Ainda assim, para os anarquistas portuenses, a Bélgica era “o país onde melhor se explica a resistência ao invasor”, mas “repetimos, foi vítima das rivalidades imperialistas – que perdurarão enquanto Estados houver”. Nas suas palavras, os patriotas belgas “fizeram bem em resistir”.³⁷¹ Já anteriormente, a 18 de outubro de 1914, em “Os revolucionários ante a guerra”, “A Aurora” reconhecia que uma vitória alemã conduziria a um crescimento do “gendarme anti-socialista”, e via no Estado alemão o exemplo do “Estado imenso e fortemente armado, militarista e agressivo”.³⁷²

Como mencionado no capítulo V, os anarquistas internacionalistas tendiam a favorecer, tal como o “Germinal”, a vitória da Entente sobre a Alemanha, mas isto não justificava o abandono dos princípios e métodos anarquistas e antimilitaristas, pois isso seria o mesmo que sacrificar o futuro do movimento revolucionário anarquista. A 13 de

³⁷⁰ “Respigando”, *Germinal*, Nº 4, Ano I, 31 de janeiro de 1915, Lisboa, p.4

³⁷¹ “E a Bélgica?”, *A Aurora*, Nº 237, Serie II, Ano 5, 7 de fevereiro de 1915, Porto, p.3

³⁷² “Os revolucionários ante a guerra”, *A Aurora*, Nº 221, Serie II, Ano 5, 18 de outubro de 1914, Porto, p.1

dezembro de 1914, “A Aurora” explicava sucintamente que “não havia tal escolha forçada entre dois males”, que:

“O facto de termos preferências quanto ao resultado da guerra não nos habilita a tomarmos o partido de um ou de outro grupo de Estados e burguesias com métodos absolutamente contrários aos nossos, e que são para nós armas de suicídio”.³⁷³

O que distingue a reação entre intervencionistas e internacionalistas perante a invasão da Bélgica é o mesmo que distingue toda a sua atitude perante a guerra. É o confronto entre mal menor e coerência entre meios e fins. Novamente, como analisamos no capítulo V, os internacionalistas baseiam-se na mesma argumentação utilizada para se oporem ao parlamentarismo: “Do contrário, deveríamos também adotar os meios legais e parlamentares para auxiliar numa contenda um partido mais liberal porque do mal o menos...”³⁷⁴

Falta-nos analisar um dos aspetos que mais dividiu o “Germinal” e os internacionalistas, ao qual já fizemos alusão no capítulo IV, e que esteve na base da diferença de opiniões entre os dois grupos. As razões para o começo da guerra, mais especificamente, se estas teriam sido de ordem económica, ou de ordem política, marca uma clara separação, com os internacionalistas a defenderem que a guerra foi provocada por causas económicas, e os intervencionistas a defenderem que foi provocada principalmente por causas políticas. Acima de tudo, o “Germinal” argumentava que a Grande Guerra tinha sido provocada pelas rivalidades políticas entre as nações, mais especificamente pelo confronto entre diferentes sistemas políticos e pelos objetivos de conquista territorial dos líderes dos Estados invasores. Em contrapartida, os internacionalistas, como também já analisamos, considerava que as

³⁷³ “Rei Morto, Rei Posto”, *A Aurora*, Nº 229, Serie II, Ano 5, 13 de dezembro de 1914, Porto, p.1

³⁷⁴ *Idem, Ibidem.*

causas da guerra eram relacionadas com a economia capitalista, o imperialismo consequente e a conquista de mercados.

Logo a 28 de fevereiro de 1915 o “Germinal” publica um comentário de Charles Albert à conferencia de socialistas dos países neutros, no qual este aponta que “Esta guerra rebentou principalmente porque o partido militar alemão, o partido da força, se suicidaria se não tivesse defendido pela força em face da Europa e em face da Alemanha, a tese da hegemonia alemã”. Num outro artigo Emílio Costa sustentou esta tese, defendendo que a guerra era inclusivamente contra os interesses dos capitalistas e prejudicial para a burguesia:

“se se tratasse apenas de mercados, alemães e ingleses ter-se-iam entendido, quer por conceções recíprocas, quer à custa dos fracos, como várias vezes tem sucedido. O que determinou esta guerra, contraria aos interesses económicos da burguesia capitalista, foi a necessidade de firmar, na Alemanha, os privilégios das classes dominantes combinados com o espírito de conquista da sua casta militar”.³⁷⁵

Em março de 1916 o “Germinal” criticava mesmo o economicismo dos internacionalistas comparando-os aos marxistas, afirmando, “A guerra atual é uma guerra de capitalistas. Que marxistas o digam vá; mas anarquistas? Então renegam as suas velhas ideias de oposição à doutrina do exclusivo predomínio do factor económico na vida dos povos?”.³⁷⁶ Na mesma edição o periódico defende as causas políticas da Grande Guerra, dando o exemplo da construção da marinha mercante alemã: “Estude-se a formação e progresso dessa marinha, e ver-se-á como o seu aspeto político era importante”. O desenvolvimento desta marinha não teria motivações económicas, mas sim o objetivo de “mostrar que os alemães tinham maiores navios que os ingleses”.

³⁷⁵ “A Propósito da Guerra”, *Germinal*, Nº8, Ano I, 28 de fevereiro de 1915, Lisboa, p.3

³⁷⁶ “Notas Políticas e Sociais”, *Germinal*, Nº2, março de 1916, Lisboa, p.3-4

Portanto, os alemães queriam era “o predomínio, a liberdade só para eles, a liberdade de se imporem aos outros”.³⁷⁷

Mas intervencionistas não eram cegos às causas económicas do conflito. A 14 de março de 1915 por exemplo, o “*Germinal*” publica uma carte de Kropotkin, na qual o anarquista russo defende que “a causa da guerra actual está em que, havendo-se convertido num país de grande produção industrial, enquanto a sua classe rural permanece muito pobre”. E mais adiante dá ênfase à rivalidade imperialista e mercantilistas, referindo como “o burgues alemão cobiça novas riquezas em toda a parte”, e como “os homens de negócios coloniais alemães querem conquistar portos de exportação e sobretudo portos militares”, mas defendendo que não era indiferente aos operários estar sob jugo alemão, francês ou belga, e que tal só poderia ser afirmado apenas por “quem não viu nunca um país sob o jugo estrangeiro”.³⁷⁸

De qualquer das formas, do lado dos internacionalistas as causas económicas, muito mais do que as políticas, eram decisivas. Longe de ser contra os interesses da burguesia capitalistas, a Grande Guerra servia precisamente esses interesses, de expansão imperialista. Desde 1914 que “*A Aurora*” anunciava, “Produziu-se finalmente o temível choque de interesses económicos e políticos rivais”, choque este que era resultado do “regímen burgues”.³⁷⁹ A sua oposição à guerra tinha origem, em parte, no entendimento de que esta provinha “do Capitalismo e dos imperialismos vários”, da “exportação de produtos e da conquista de mercados”.³⁸⁰

Outra característica que marcou a deterioração de relações entre o “*Germinal*” e “*A Aurora*” foi a troca de insultos entre ambas as organizações e os seus militantes. “A

³⁷⁷ “Imperialismo Político”, *Germinal*, Nº2, março de 1916, Lisboa, p.15-16

³⁷⁸ “A Propósito da Guerra”, *Germinal*, Nº10, Ano I, 14 de março de 1915, Lisboa, p.3

³⁷⁹ “A Guerra”, *A Aurora*, Nº 212, Serie II, Ano 5, 16 de agosto de 1914, Porto, p.1

³⁸⁰ “Os revolucionários ante a guerra”, *A Aurora*, Nº 221, Serie II, Ano 5, 18 de outubro de 1914, Porto, p.1

Aurora”, logo a 10 de janeiro de 1915, comentou sobre esta questão. Em “A Propósito de Insultos”, o periódico dirige-se ao “Germinal” e a Emílio Costa em específico, prometendo discutir as suas ideias com “o maior desejo de desfazer os mal-entendidos se os houver”, mas sempre “sem trair, nas palavras ou nos sentimentos a estima que nos merece um homem como Emílio Costa”. Em seguida apontam a hipocrisia de Emílio Costa, que, segundo os libertários de “A Aurora”, “deplora amargamente os insultos usados nas discussões motivadas no nosso campo pela guerra”, enquanto simultaneamente ignorava os insultos vindos do campo intervencionistas, que apelidava os internacionalistas de «sofistas», «dogmáticos cretinizados», «assombrosos cretinos», «vis», «inquisidores», entre outros.³⁸¹

A cada vez mais tensa relação entre os dois grupos deu origem a uma variada quantidade de acusações. A 7 de fevereiro de 1915, o “Germinal” acusa “A Aurora” de os atacar por “uma questão de centavos. Ela vê no Germinal um concorrente e trata por isso de o desacreditar para manter firme a sua clientela”.³⁸² Neste período o “Germinal” foi muito mais ativo nos ataques e críticas diretas aos anarquistas de “A Aurora”, continuando a responder a publicações suas nas edições de dia 14 e 21 de fevereiro, e novamente a 14 de março, 11 de abril e 2 de maio, geralmente com breves comentários sobre artigos divulgados no periódico portuense. De qualquer das formas, nem de um lado nem do outro o uso de insultos foi habitual. Tirando o uso de tom sarcástico e um pouco ou mais agressivo, o receio de que a discussão acabasse em acusações de “ex-anarquistas” ou de “traidor”, como temia Emílio Costa³⁸³ não se concretizou, ao contrário do que era apontado como recorrente no estrangeiro.

³⁸¹ “A propósito de insultos”, *A Aurora*, Nº 233, Serie II, Ano 5, 10 de janeiro de 1915, Porto, p.1

³⁸² “Ainda a mancha”, *Germinal*, Nº5, Ano I, 7 de fevereiro de 1915, Lisboa, p.4

³⁸³ “Os anarquistas e a guerra europea”, *Germinal*, Nº8, Ano I, 1 de janeiro de 1915, Lisboa, p.1-2

6.3 O Movimento Sindicalista Revolucionário:

O movimento sindicalista revolucionário, como um dos meios principais de disputa e ação social dos anarquistas portugueses no início do século XX, foi desde o início afetado por esta cisão. No capítulo V falamos sobre a posição do jornal “A Greve”, periódico operário e sindicalista revolucionário com clara orientação libertária, que se posicionou contra a guerra e o intervencionismo, e procurou defender as suas posições no seio da União Operária Nacional (UON), além de divulgar as lutas e comunicados da organização sindical. A divisão interna na UON parece ter sido marcada pelas diferentes perspectivas dos núcleos do Norte e do Sul. Segundo Joana Dias Pereira, os anarquistas do Norte lutaram sempre contra a guerra e a participação de Portugal na mesma, enquanto no Sul os intervencionistas, nomeadamente Emílio Costa, tentavam influenciar o movimento sindical, através da propaganda em periódicos como “O Sindicalista”. Na sua primeira edição, este periódico publicou um artigo de Emílio Costa a defender as ideias intervencionistas, e a 31 de janeiro de 1916, lançou a ideia de que, na ideia de alguns dirigentes, a guerra opunha o sindicalismo revolucionário francês ao reformismo alemão. Mas como aponta Joana Dias Pereira, estas “vacilações terão sido, todavia, pontuais”, visto que a maioria dos artigos publicados eram contra a guerra, o que não eliminou, no entanto, as clivagens existentes dentro do movimento sindicalista até em 1917, nas conferências operárias nas quais se discutiu a paz.³⁸⁴

O posicionamento, tanto de “A Greve”, como de “O Sindicalista”, juntamente com as resoluções aprovadas em 1917 nas conferências operárias, sugerem que o movimento sindicalista revolucionário hegemonicamente apoiou a posição internacionalista contra a guerra, muito devido à influência anarquista dentro do movimento operário. Nas conferências em abril e maio de 1917 estiveram presentes em Lisboa 2 secções da UON, 4 Federações de Indústria, 2 Uniões de Sindicatos, 105 sindicatos e 6 secções de sindicatos do Sul. No Porto marcaram presença 71 sindicatos,

³⁸⁴ Pereira, Joana Dias, *Sindicalismo Revolucionário: A História de uma Idéia*, Lisboa: FCSH- UNL, 2008 (Dissertação de Mestrado em História Contemporânea), p. 101-105.

6 Federações Corporativas e 4 Federações de Ofícios vários. As propostas da tese “A atitude da organização operária perante as condições de paz”, foi parcialmente rejeitada no Sul, não por qualquer apoio a ideias intervencionistas que contrariassem as propostas, mas antes por defenderem que as conclusões A a I (ver página 15) eram de caráter político, e, portanto, não diretamente relacionadas com os interesses dos trabalhadores.³⁸⁵ No Norte as conclusões foram aceites, apesar de Manuel Joaquim de Sousa, que representava também “A Aurora” na conferencia, se opor, alegando que “A forma complicada como o assunto estava posto não era de molde a ser compreendido pela grande massa operária e até pela maior parte dos delegados que foram à conferencia”, além de afirmar que “o assunto da tese quase não se abordou”.³⁸⁶

Diversas críticas foram desenvolvidas pelos periódicos libertários e sindicalistas que estiveram presentes, sendo estas conferencias marcadas pelo confronto entre reformistas e anarcossindicalistas.³⁸⁷ Alguns aspetos que, para nós, são mais relevantes sobre estas questões e que devem ser mencionados incluem a reflexão de Manuel Joaquim de Sousa fará posteriormente, criticando o apolitismo ainda prevalente entre muitos anarquistas portugueses, e as conclusões do *Germinal* sobre as conferencias. Adolfo Lima, comentando as observações de Manuel Joaquim de Sousa e de “A Aurora”, de “O Combate”, “A Voz do Povo”, “A Luta Social”, “O Ferro-Viário”, “O Trabalho” e a “União de Funchal”, apontava a falta de apresentação de “teses contrárias que convencessem os que por ventura estavam em erro ao formularem as teses condenadas”. O militante do “*Germinal*” criticava acima de tudo a falta de propostas

³⁸⁵ *Idem, Ibidem*, p.105

³⁸⁶ Lima, Adolfo, “A imprensa operária e as teses da Conferencia Nacional”, *Germinal*, Nº17 e 18, junho-julho de 1917, Lisboa, p. 21-24

³⁸⁷ PEREIRA, Joana Dias, *Sindicalismo Revolucionário: A História de uma Idéia*, Lisboa: FCSH- UNL, 2008 (Dissertação de Mestrado em História Contemporânea), p. 106-109

alternativas concretas e a forma como os vários periódicos se tinham limitado a criticar, ou como o próprio afirmou, “Só adjetivos...É que a critica é fácil e a arte difícil”.³⁸⁸

Perante a tese em si, o “Germinal” apontou positivamente que na sua formulação:

“a comissão, sem se tornar pacifista, mostrava vontade, portanto, de que a Conferencia estabelecesse dum modo prático e concreto qual o procedimento positivo, e, não meramente negativista, que o operariado português deveria seguir perante as clausulas do tratado da paz e as suas consequências”.³⁸⁹

Mas especificamente sobre a conferencia do Sul, os aspetos positivos parecem ter ficado por aqui. O periódico criticou a rejeição das conclusões A a I, a ausência da proposta de “outras em sua substituição”, e defendeu que a aprovação das conclusões J em diante “levou a Conferencia à triste situação de não responder à essência da tese formulada pela comissão”. Reconhecendo que a tese era “complexa” e de “dificuldade prática e concreta”, o “Germinal” ainda assim considerou que se a mesma tivesse sido estudada pelos militantes “antes de irem para a conferencia”, com a “indispensável antecedência para uma reflexão aturada e um juízo consciente”, poderiam ter chegado a diferentes resultados. Após enumerar e comentar as várias clausulas da tese³⁹⁰, o “Germinal” realça que, ao rejeitar as mesmas:

³⁸⁸ Lima, Adolfo, “A imprensa operária e as teses da Conferencia Nacional”, *Germinal*, Nº17 e 18, junho-julho de 1917, Lisboa, p. 21-24

³⁸⁹ A., “Uma inconsequência da Conferencia Operária do Sul”, *Germinal*, Nº17 e 18, junho-julho de 1917, Lisboa, p. 6-10

³⁹⁰ As clausulas da tese eram as seguintes:

- A) Nem povo deve ou pode ser coagido a suportar o domínio doutro povo sob que pretexto for.
- B) Aos povos deve ser permitida, sem sofismas, a plena determinação acerca das suas ligações ou associações com outros povos.

-
- C) Os Estados devem renunciar a quaisquer anexações territoriais e ao regime de nação armada.
 - D) Os Estados unitários devem transformar-se em federações de povos que, sem coação, a elas adiram.
 - E) A base das federações deve ser a comuna ou município (concelho) autónomo.
 - F) Todos os territórios de estratégia e de hegemonia económicas que podem servir de motivo a futuras lutas, devem ser declarados neutrais, criando-se neles zonas internacionais à semelhança do canal do Suez. E assim: estabelecer uma faixa neutra entre o mar do Norte e o Golfo Pérsico, pelo centro da Europa e Península Balcânica, aos Vales do Eufrates e Tigre. Tornar internacionais e neutras as linhas férreas transcontinentais.
 - G) Exigir o termo da diplomacia secreta e que seja permitido ao povo tomar conhecimento, em toda a sua plenitude, da complexidade do problema internacional, sem restrições, sem reservas, sem documentos truncados ou falsificados, sem mentirosas ou tendenciosas declarações, sob que pretexto for!
 - H) Exigir que terminada a guerra, se faça plena luz acerca de tudo o que se passou e irá passando, sem censura ou qualquer outro estorvo ou peia que impeça a libérrima expressão do pensamento e que a verdade não seja conhecida.
 - I) Exigir que o delegado ou delegados à futura conferencia da paz não sejam políticos partidários, nem que estejam sob pressão de defesa de quaisquer interesses ou responsabilidade na atual situação.
 - J) Exigir uma industrialização consciente e natural, sobre a base do aproveitamento dos recursos regionais.
 - K) Exercer a expropriação da propriedade inculta e sua exploração pelas associações operárias rurais.
 - L) Exigir a industrialização da educação, modificando-se os programas no sentido de criar uma consciência trabalhadora técnica que saiba aproveitar e industrializar a riqueza regional onde vive. Encerramento ou transformação das escolas de mera cultura intelectual.

“a Conferencia Operária do Sul abdicou da sua intervenção na vida social mundial, foi contrária aos princípios da Internacional operária e do Ideal humanitarista que julga defender, e isolou-se no mais tacanho, no mais mesquinho e reacionário nacionalismo, não saindo egoisticamente do campo dos interesses materiais e cómodos, e procurando manter-se num puro negativismo, que além de ser uma covardia intelectual, é uma abdicação moral, uma imoralidade!”.³⁹¹

Esta perspectiva traduzia muito daquilo que tinha sido até então a análise intervencionista, e a sua ideia daquilo que eram as falhas do movimento anarquista e sindicalista do período que antecedeu a Grande Guerra, a necessidade dos libertários e operários se envolverem intimamente na vida social e política, não apenas na económica, e de participarem na construção de alternativas políticas que dissessem respeito ao proletariado internacional. A alternativa, o abstencionismo de que acusavam os internacionalistas, prejudicava o movimento, mantendo incapaz de participar na “vida social mundial”.

-
- M) Abolição imediata de todas as leis de exceção e todas as providencias liberticidas, quer decretadas com o pretexto da guerra, quer anteriores, sem pretexto algum.
 - N) Contrapor ao Estado centralizador e coletivista, uma organização social baseada nos agregados naturais profissionais, essencialmente de política científica.
 - O) Para realizar e impor tais fins convida toda a imprensa operária e associações profissionais a tratar dos assuntos ou problemas expostos e destas reivindicações, por meios de artigos, sessões, palestras, conferencias seguidas de discussões, lições, transcrições e leituras elucidativas.

³⁹¹ Idem, *Ibidem*.

Conclusão:

Vários anos após o fim da Primeira Guerra Mundial, o anarquista Adriano Botelho, militante da Confederação Geral do Trabalho, ao falar sobre a cisão no movimento libertário entre intervencionistas e anti intervencionistas, afirmou que os primeiros tinham optado por defender “os países da «democracia»”, enquanto os segundos se tinham mantido “coerentemente internacionalistas”. Descreveu as ideias dos intervencionistas do “Germinal” como “erróneas”, e realçou a forma como entre os mesmos se encontravam vários militantes que acabaram por abandonar o campo anarquista, como Severino de Carvalho, Sá Viana e Augusto Machado.³⁹²

Manuel Joaquim de Sousa, brevemente após o fim da guerra, em 1923, recordando as argumentações intervencionistas a favor das democracias europeias, afirmou em retrospectiva que:

“Afinal, finda a guerra, verifica-se que o temido espírito reaccionário dos impérios centrais é imposto do mesmo modo pelos Estados que na guerra entraram em defesa da «liberdade dos povos», o militarismo desenvolve-se extraordinariamente, o nacionalismo, constituindo a pedra de toque dos Estados capitalistas, traz um considerável acréscimo de espírito patriótico pela adoção nas escolas primárias de novos livros excessivamente animados desse espírito, enquanto que para as lutas operárias já os Estados se utilizam de todos os elementos militares contra a classe trabalhadora”.³⁹³

³⁹² Dados recolhidos em http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/AHS_JPG/C_Militantes/CBA%20Adriano%20Botelho/Textos%20BNP_N61_CX7022.jpg Acedido em 15/05/2024

³⁹³ Dados recolhidos em http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/AHS_JPG/C_Militantes/CSMJ%20Manuel%20Joaquim%20de%20Sousa/Textos/Boa%20Paz/BNP_N61_CX43011.jpg Acedido em 15/05/2024

E sobre a França das revoluções dirá “de 1793, 1833, 1848, 171; a França berço da Liberdade e dos Direitos do Homem; a França da Comuna e do sindicalismo revolucionários; a França espiritual e civilizadora”, longe de cumprir tudo aquilo que os intervencionistas esperavam dela, foi de todas as nações aquela que “após a guerra, encarnou o espírito da reação conservadora”, e ainda “a que mais se encarna, na ação internacional contra as aspirações libertadoras dos povos e particularmente da classe trabalhadora”.³⁹⁴

Edgar Rodrigues, militante e historiador do anarquismo, também exprimiu o mesmo sentimento de oposição ao intervencionismo décadas mais tarde, afirmando em defesa de Neno Vasco que este se tinha mantido “rigorosamente fiel aos postulados anacionalistas, antiguerreiros”, durante a guerra.³⁹⁵ O sentimento entre boa parte dos anarquistas mesmo anos e décadas depois do conflito que ensanguentou a Europa e a África e dividiu o movimento socialista em todas as suas variantes, era de que uma minoria de militantes tinha abandonado os seus princípios libertários, baseando-se em crenças e previsões que acabaram por não se concretizar. Na pior das hipóteses acusava-se mesmo os intervencionistas de terem vindo parar ao campo anarquista por engano, e de não terem combatido a guerra porque não eram verdadeiramente libertários.

Alguns historiadores nos Estados Unidos e Reino Unido têm recentemente procurado mostrar que os intervencionistas, com menos ou mais coerência, se mantiveram na verdade fiéis aos seus princípios. Que o seu intervencionismo provinha simplesmente de um conjunto de interpretações diferentes dos mesmos ideais socialistas e libertários que todos os outros anarquistas que combateram a guerra, e na compreensão de que, longe de renunciarem aos princípios que defenderam ao longo

³⁹⁴ Idem, *Ibidem*.

³⁹⁵ Rodrigues, Edgar, “Breve Historia do Pensamento e Das Lutas Sociais em Portugal”, assírio e alvim, 1977, Lisboa, p. 165.

das suas vidas, acreditavam que esta era uma forma mais realista de atingir os fins revolucionários anarquistas.³⁹⁶

Especificamente sobre o movimento anarquista português, a conclusão que tiramos vai parcialmente de encontro tanto com algumas perspetivas dos libertários citados acima, como dos historiadores mencionados. Nada nos indica que os intervencionistas não tenham sido anarquistas honestos, que genuinamente acreditavam estar a defender coerentemente o legado internacionalista do socialismo, muito pelo contrário. O “Germinal”, e especialmente Emílio Costa, ao longo de cerca de 3 anos promoveu entusiasticamente na imprensa libertária as ideias anarquistas, e serviu-se delas para justificar o apoio às forças da *Entente*. É excessivamente simplista afirmar que os intervencionistas abandonaram os seus valores, como se de um momento para o outro tudo aquilo por que lutaram tivesse sido esquecido. Vimos em especial no capítulo IV como os intervencionistas portugueses se viam a si próprios como internacionalistas e antimilitaristas, que davam continuidade às ideias e aspirações socialistas e anarquistas, enquanto combatiam o dogmatismo que paralisava o movimento, e procuravam analisar e corrigir os erros do mesmo.

Mas simultaneamente podemos constatar ao longo deste estudo a forma como o anarquismo intervencionista se depara com um conjunto de contradições. Os anarquistas do “Germinal” e de “A Questão Social” adotaram um posicionamento contrário ao da esmagadora maioria do movimento organizado anarquista e sindicalista revolucionário, alienando-se do movimento dos trabalhadores. Abandonaram a defesa da união internacionalista dos trabalhadores para defender, através de argumentos racialistas e discriminatórios contra o povo alemão e austríaco, as democracias liberais da França e Inglaterra. Contrariaram as declarações, propostas e táticas antimilitaristas produzidas pelo movimento anarquista português nos anos anteriores à guerra, tais como a deserção, a greve geral contra a guerra e a recusa em combater por qualquer

³⁹⁶ Adams, Matthew S; Kinna Ruth, “Anarchism 1914-18: Internacionalism, anti-militarism and war”, Manchester University Press, 2017.

Estado-nação contra os seus irmãos de classe trabalhadora, ou apoiar aqueles que o faziam. Ao renunciar à condenação de todos os imperialismo e colonialismos, viram-se na posição contraditória de apoiar um bloco de impérios coloniais capitalistas contra outro, enquanto ao mesmo tempo se proclamavam anti-imperialistas e socialistas. Declararam-se defensores da libertação dos povos e do antimilitarismo libertário contra o militarismo alemão, enquanto indiretamente apoiaram o reforço do militarismo francês e britânico. Insurgiam-se contra as narrativas de superioridade racial dos imperialistas alemães, e instrumentalizavam as afirmações racialistas de anarquistas clássicos como Bakunin para atacar o caráter de povos inteiros, assim como na romantização da França revolucionária de 1789, 1848 e 1871.

Os intervencionistas portugueses foram sem dúvida críticos do colonialismo francês, opuseram-se sempre à conquista e anexação de novos territórios pelos vencedores da guerra, desejando apenas a vitória das nações e povos invadidos sobre os seus invasores. Preconizavam a autodeterminação de todos os povos e nacionalidades europeias, excluindo geralmente as africanas e asiáticas das suas considerações, baseando-se em valores libertários como o federalismo, a livre associação de indivíduos e coletividades, a revolta e autodefesa popular contra o invasor e opressor. Para estes, não participar na luta ao lado dos povos da Bélgica e da Sérvia seria a verdadeira renúncia do internacionalismo e da luta contra toda e qualquer dominação, então escolheram apoiar aquilo que consideravam o mal menor. Desta forma desenvolveram teoricamente questões até então menos estudadas no anarquismo, relativamente às lutas de libertação nacional e a sua relação com o socialismo libertário e o internacionalismo.

Mas a grande contradição dos intervencionistas foi terem acreditado que a melhor forma de avançar a causa do socialismo e do anarquismo era apoiar uma aliança de Estados militaristas, capitalistas, imperialistas e colonialistas, que viram apenas o seu poder reforçado pela guerra. Abandonaram um dos princípios mais elementares do anarquismo, a reciprocidade entre meios e fins, ao apoiar a aliança, mesmo que temporária e circunstancial, com classes sociais e instituições que preconizavam objetivos e métodos de ação e organização diametralmente diferentes. Nunca seria

possível conciliar o desejo libertário de uma paz e libertação nacional baseada no federalismo e antimilitarismo, com as intenções expansionistas, e imperialistas dos Estados capitalistas cada vez mais centralizados da Europa.

Por outro lado, os internacionalistas anti intervencionistas do movimento anarquista em Portugal estiveram sempre em grande maioria e mantiveram-se fiéis e coerentes com os princípios que tinham defendido e promovido ao longo dos anos antes da Grande Guerra. À semelhança do que os libertários portugueses já em 1912 no jornal “Terra Livre”, os internacionalistas viram o confronto entre a *Triplice Entente* e a *Triplice Alliance* como um confronto inter-imperialista, uma rivalidade entre blocos militaristas que independente daquilo que promoviam na sua propaganda, não tinham qualquer interesse em lutar pela liberdade dos povos, a democracia ou a igualdade. Como em qualquer outra guerra capitalista de conquista, os trabalhadores só podiam sair prejudicados, qualquer que fosse o vencedor. O proletariado serviria apenas como carne para canhão das classes dominantes e dos Estados. Enquanto os intervencionistas viam a guerra principalmente como o resultado de rivalidades políticas, os internacionalistas desde o início apontaram os interesses capitalistas de expansão dos mercados e conquista de novos territórios como as principais causas.

Como o apoio a qualquer um dos lados em luta beneficiaria a burguesia em detrimento dos povos e dos revolucionários, os militantes anarquistas e sindicalistas revolucionários de “A Aurora”, “A Greve” e “A Sementeira”, escreveram a favor da construção imediata da paz, da recusa em pegar em armas para lutar pelo Estado, e pela continuação da luta de classes. Os anarquistas e sindicalistas enfatizavam que a única guerra na qual o proletariado deveria participar era a guerra de classes, aquela que poderia conduzir à libertação dos povos e de toda a humanidade, pela construção de uma sociedade socialista, baseada na posse coletiva dos meios de produção.

Tal como os intervencionistas, os internacionalistas teorizaram questões de libertação nacional, autodeterminação dos povos, lutas anticoloniais e de género, e a sua relação com o comunismo libertário. Na questão da paz, ambos foram a favor de uma paz sem anexações nem indemnizações, e até favorável ao derrotismo revolucionário, sendo os internacionalistas influenciados em grande parte pela

revolução russa. Influência que fica patente tanto na forma como acompanharam o desenvolvimento da revolução, como na publicação frequente das ideias de Lenin, Trotsky e as conferências pela paz que os revolucionários russos procuraram organizar. A cisão no movimento anarquista e sindicalista revolucionário em Portugal não parece ter sido tão fraturante como noutros países europeus. Além das várias semelhanças apontadas, vimos como autores intervencionistas continuaram a ter liberdade para publicar as suas visões em alguns periódicos internacionalistas, assim como após a guerra militantes de ambos os lados voltaram a colaborar em periódicos como “A Batalha”.

Os anarquistas e sindicalistas internacionalistas mantiveram-se coerentes com os princípios libertários e antimilitaristas, como estes tinham sido expostos e aprovados coletivamente antes de 1914. As suas posições foram aceites de modo geral pelas organizações operárias sindicais, o que terá contribuído possivelmente para o crescimento da influência do anarquismo e do sindicalismo revolucionário entre o proletariado nos anos finais da guerra.

A guerra dividiu o movimento socialista, anarquista e sindicalista revolucionário da mesma forma que dividiu a Europa e o mundo, mas a divisão não se manifestou da mesma forma em todas as localidades. Em Portugal a cisão não parece ter provocado um corte de relações definitivo e irremediável, apesar de alguns intervencionistas se terem afastado do anarquismo alguns anos mais tarde. O que distinguiu os dois lados foi, sim, uma diferente interpretação dos valores internacionalistas e de como alcançar o comunismo, mas foi também a falta de coerência teórica e prática dos intervencionistas, em oposição à reafirmação dos velhos princípios expostos pelos internacionalistas. Tudo isto foi parcialmente provocado por fatores como a origem de classe de uns e outros, sendo os intervencionistas maioritariamente intelectuais burgueses e de classe média, e os internacionalistas maioritariamente operários, assim como pelas influências e contactos internacionais que mantinham (Kropotkin, Jean Grave e movimento anarquistas francês, ou Malatesta, Bertoni e movimento anarquista brasileiro e italiano).

Os anarquistas que apoiaram a França e seus aliados não foram militantes desonestos que deixaram de acreditar no anarquismo, mas quebraram com algumas das ideias mais básicas da sua filosofia. Por outro lado, os internacionalistas não eram dogmáticos incapazes de autocrítica e pensamento científico, mas aqueles que no meio do massacre que ceifou milhões de vidas foram capazes de se manter coerentes na construção da unidade entre os trabalhadores de todo o mundo e da continuação da guerra de classes contra o Estado, o capitalismo e o imperialismo. E como dizia Malatesta, ao salvarem os seus princípios, talvez tenham sido capazes de salvar o futuro do anarquismo e da sua legitimidade no seio do movimento do proletariado, ao não se verem associados com o matadouro da Grande Guerra.

Não deixa de ser importante enfatizar que entre a guerra e a cisão, ambos os lados da barricada anarquista e sindicalista revolucionária continuaram de modos distintos a promover os mesmos ideias: igualdade, liberdade, solidariedade, autodeterminação e luta contra todas as formas de dominação, opressão e exploração. A imagem de marca de todos os libertários entre 1914 e 1918 foi a mesma, a liberdade dos povos de puderem dispor de si próprios.

Arquivos

Arquivo Histórico-Social/Projeto MOSCA

Fontes

A Aurora. Porto, 1910-1919.

A Greve. Lisboa, 1917-1919.

A Questão Social. Cuba, 1916.

A Sementeira. Lisboa, 1908-1919.

O Germinal. Lisboa, 1915-1917.

Terra Livre. Lisboa, 1913.

Referências Bibliográficas

Adams, Matthew S; Kinna Ruth, “Anarchism 1914-18: Internacionalism, anti-militarism and war”, Manchester University Press, 2017.

Baker, Zoe, Means and Ends: The revolutionary strategy of anarchism in Europe and the United States, AK Press, 2023.

Baptista, Jacinto, “Surgindo Vem ao Longe a Nova Aurora...: Para a História do Diário Sindicalista A Batalha 1919-1927”, Livraria Letra Livre, Lisboa, 2019.

Barreira, Luiz Carlos, A função social da escola na ótica de Adolfo Lima, um educador português anarco-sindicalista, Série Estudos – Periódico de Mestrado em Educação da UCDB, Campo Grande-MS, n.22, p. 192-204, jul./dez. 2006.

Bicho, Francisca, Gonçalves Correia: a utopia de um cidadão, Exposição de 21 de maio a 16 de junho, Biblioteca Municipal de Beja – José Saramago.

Candeias, António, “A Escola Oficina Nº1: esboço de análise de uma escola alternativa”, *Análise Social*, (1987), 3 (V): 387412.

Chorão, Luís Bigotte, Para uma História da repressão do anarquismo em Portugal no século XIX, Letra Livre, 2015.

Corrêa, Felipe, “Kropotkin e as estratégias anarquistas: educacionismo, insurreccionalismo e sindicalismo revolucionário”.

Costa, Emílio, *Resumo da Minha Vida*, Seara Nova, julho de 1953.

Cruz, Manuel Carvalho Ferreira, O Movimento Libertário Portuense à Luz do periódico - A Aurora (1910-1919), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Dissertação de Mestrado.

Duarte, Diogo, O anarquismo e a arte de governar: Portugal, última década do século XIX e primeiras décadas do século XX, Outro Modo Cooperativa Cultural, junho, 2023.

Ervin, Lorenzo Kom`boa, *Anarquismo e a Revolução Negra e Outros Textos do*

Anarquismo Negro, Coletivo Editorial Singular, 2015.

Federação Anarquista do Rio de Janeiro, Anarquismo Social e Organização, Brasil, 2008.

Ferro, Marc, A Grande Guerra 1914-1918, Edições 70, 2ª edição, 2023.

Freire, João, “«A Sementeira», do Arsenalista Hilário Marques”, *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3.º-4.º, 767-826.

Freire, João, *Freedom Fighters: Anarchist Intellectuals, Workers and Soldiers in Portugal's History*, Black Rose Books, 2021.

Freire, João, “Malatesta e o anarquismo português”, *Ler História*, nº6, 1985, p. 35-49.

Freire, João; LOUSADAS, Maria Alexandra Lopes Campanhã, *Roteiros da Memória Urbana – Porto: marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*, Edições Colibri, outubro, 2013.

Figueiredo, Fernando, “Os anarquistas e a guerra de 1914-1918”, *História*, Ano XVIII (Nova série), nº25, outubro, 1996, p. 28-35.

Goldman, Emma, *Anarquismo e Outros Ensaio*s, Letra Livre e A Batalha, 2020.

Guimarães, Paulo, *Cercados e Perseguidos: a*

Confederação Geral do Trabalho (CGT) nos últimos anos do sindicalismo revolucionário em Portugal (1926-1938).

Hobsbwan, Eric, A Era do Império: 1875-1914, Editorial Presença, Lisboa, 1990.

Hirsh, Steven; WALT, Lucien Van Der, Anarchism and Syndicalism in the colonial and postcolonial world 1870-1940, Studies in Global Social History, Leiden Boston, 2010.

Levy, Carl, Currents of Italian Syndicalism before 1926, International Review of Social History 45 (2000), pp. 209–25.

Louçã, António, “1916: A Aurora denuncia o significado da Guerra”, História, Nº18, Abril, 1980.

Linhares, Thaís, Anarquismo e a Questão Militar, Trabalho apresentado no III Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da UNESP/Marília, 2019.

Malatesta, Errico, The Method of Freedom: An Errico Malatesta Reader, AK Press, Oakland, 2014.

Marques, João Carlos, Guerra a Guerra: os movimentos anarquistas na Grande Guerra. Universidade de Lisboa, vol. 6, Nº2, Jul./Dez. 2015, p. 157-171.

Mateus, José Gabriel da Fonseca, “O sindicalismo revolucionário como estratégia dos Congressos Operários (1906, 1913, 1920)”, Revista Enfrentamento, ano 7, nº 12, ago./dez. 2012.

Medina, João, “Um semanário anarquista durante o primeiro Governo Afonso Costa: “ «Terra Livre»”, Análise Social, vol. XVII (67-68), 1981.

Nettlau, Max, “A Short History of Anarchism”, 1935.

Pereira, Joana Dias, Sindicalismo Revolucionário: A História de uma Idéa, Lisboa: FCSH- UNL, 2008 (Dissertação de Mestrado em História Contemporânea).

Pina, André Costa, A Federação Maximalista Portuguesa e a sociogénese do Partido Comunista Português, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Sociologia, setembro de 2018.

Rocker, Rudolf, “Anarcho-syndicalism: Theory and Practice”.

Rodrigues, Edgar, A Oposição Libertária em Portugal 1939-1974, Edições Sementeira, Lisboa, 1982.

Rosas, Fernando; Rollo, Fernanda, História da Primeira República Portuguesa, Lisboa, Tinta da China, 2021.

Samis, Alexandre Ribeiro, A minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o anarquista e o sindicalismo revolucionário em dois mundos, 1ª edição, Lisboa, Letra Livre, 2009.

Santos, Maria Manuela Lima; RIBEIRO, Olga Maria Vasco, “A Aurora e o antiguerrismo (1914-1918). AA.VV., Portugal na Grande Guerra”, “Guerristas e Antiguerristas”, Lisboa, CH-UL, 1986, p. 71-103.

Sheffield, Gary, Uma Breve História da Primeira Guerra Mundial, Editorial Presença, 1ª edição, Lisboa, 2018.

Schimdtt, Michael; WALT, Lucien Van Der, Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism, AK Press, 2009.

Sousa, Manuel Joaquim, Últimos Tempos de Ação Sindical Livre e do Anarquismo Militante, Antígona, 1989.

Sousa, Manuel Joaquim, Sindicalismo em Portugal, Afrontamento, 1972.

Teodoro, José Miguel de Jesus, A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927), Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013 (Doutoramento em História. Especialidade em História Contemporânea).

Tierney, Robert Thomas, Monster of the Twentieth Century: Kotoku Shusui and

Japan's First Anti-Imperialist Movement, University of California Press, 2015.

Traverso, Enzo, "Guerra y memoria: Una mirada sobre el siglo XX desde el presente", *Sociohistórica*, Universidade Nacional de La Plata. Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, Centro de Investigações Sócio Históricas, 2003(13-14): 215-228.

Valente, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo*, Circulo de Leitores, 3ª Edição, Maio de 1999.

Vieira, Alexandre, *Em Volta da Minha Profissão: subsídios para a história do movimento operário no Portugal Continental*, Edição do Autor, Lisboa, 1950.

Woodcock, George, "Socialism From Below: A History of Anarchism", 1944.

